

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2017-2021-----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO - PRIMEIRA REUNIÃO
REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DOIS MIL E VINTE.--**

-----**ATA NÚMERO CENTO E DEZASSEIS**-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, por Videoconferência, em Sessão Ordinária, primeira reunião, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor António Miguel Silva Avelãs e pela Excelentíssima Senhora Maria Virgínia Martins Laranjeira Estorninho, Primeiro Secretário e Segunda Secretária, respetivamente.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Aline Gallash Hall de Beuvink, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Margarida Mota Vieira da Silva de Morais, Ana Maria de Campo Pedroso Mateus, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel Pimenta Prôa, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel da Gama Antunes de Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Fábio Martins de Sousa, Fernando Garcia Lopes Correia, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Francisco Américo Maurício Domingues, Gabriel Maria Simplício Baptista Fernandes, Graciela Lopes Valente Simões, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Miguel Mateus Gaspar, Isabel Cristina Rua Pires, Joana Margarida Durão Ferreira Alegre Duarte, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, Jorge Manuel Jacinto Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Barbosa Borges, José Inácio da Silva Ramos Antunes Faria, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rodrigues Moreno, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Isabel Paulino Bentes Penedo, Maria Alexandra Almeida da Cunha Cordeiro da Mota Torres, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Teresa Craveiro Pereira, Mário Jorge Paulino de Oliveira de Almeida Patrício, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrícia Carla Serrano Gonçalves, Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paula Inês Alves de Sousa Real, Paulo Jorge Velez Muacho, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel Tadeu Costa, Raúl Jorge Gouveia da Silva Santos, Ricardo de Sant’Ana Godinho Moreira, Ricardo João de Oliveira Marques, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rui

Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pedro Costa Lopes, Silvino Esteves Correia, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, Susana Maria da Costa Guimarães, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Natacha Machado Amaro, João Carlos de Sousa Pereira, Diana Isabel Bechet Gonçalves Vale, Luís Duarte de Albuquerque Carreira e José Roque Alexandre.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa, Davide Miguel Santos Amado e José António Cardoso Alves.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Nunes do Deserto Videira (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Susana Maria da Costa Guimarães.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Luís Duarte de Albuquerque Carreira.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Roque Alexandre.-----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal John Rosas Baker-----

----- João Maria Condeixa (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Diana.-----

----- Maria Cristina Castel Branco Alarcão Júdice (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Gonçalo Maria Vassalo Moita.-----

----- António Modesto Navarro (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Machado Amaro.-----

----- Ana Margarida de Carvalho (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Carlos Pereira.-----

----- Rita Calvário (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente da CML, Fernando Medina, e pelos Senhores Vereadores, Miguel Gaspar, Paula Marques e Ricardo Veludo.-----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: João Pedro Gonçalves Pereira, Nuno Correia da Silva, Nuno da Rocha Correia e João Pedro Abreu Costa, Ana Jara e Ana Rita Costenla.-----

----- Às quinze horas e oito minutos, constatada a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, declaro aberta a sessão, temos quórum, portanto, vamos começar.-----

----- Temos cinco cidadãos inscritos, o primeiro cidadão é o munícipe Pedro Henriques Aparício, faça favor, pode usar da palavra.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhoras e Senhores Deputados, temos quórum, vamos começar esta sessão.-----

----- Temos cinco cidadãos inscritos e dou a palavra ao Senhor Pedro ■ Aparício. ---

----- **O Múncipe, Senhor Pedro ■ Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todo, não sei se me conseguem ouvir? Seria melhor desligarem os microfones, mas fica a sugestão!-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, tem toda a razão, é melhor desligarem os microfones para se ouvir devidamente!”-----

----- **O Múncipe, Senhor Pedro ■ Aparício**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Antes de mais nada muito obrigada pela vossa paciência de me ouvirem mais uma vez, sobre um tema que já é recorrente naquilo que é a intervenção que venho a fazer na Assembleia Municipal de Lisboa.-----

----- Trata-se da Escola paredes meias com a Assembleia Municipal e pedia a vossa atenção!-----

----- Gostava antes de mais saudar a Mesa, saudar também o único membro do Executivo que dei conta estar presente, o Vereador Manuel Grilo, tem também competências sobre matérias de educação e que peço também a sua especial atenção, como tem sido habitual.-----

----- Gostava de partilhar convosco que o tema da Teixeira de Pascoais é um tema que sobremaneira também me é pessoal, porque ■ na escola. Transitou ao fim de dois anos letivos para o ensino básico e, no entanto, esta escola onde ■ Jardim Infantil ao fim de dois anos letivos continua como provisória, ou seja, é uma escola básica de Lisboa que é provisória desde 2016.-----

----- Preocupa-me de sobremaneira não os temas que tenho vindo extensivamente a partilhar convosco, mas, acima de tudo, quer pelas notícias que ainda ontem e antes de ontem tivemos oportunidade de ouvir da Escola das Laranjeiras, por falta de assistentes operacionais acabou por encerrar, ficou evidente a falta de comunicação e de trabalho em equipa entre a autarquia, os agrupamentos de escolas, a Direção-geral de Saúde e todos os outros órgãos que têm competências nesta matéria de gestão da crise pandémica que atravessámos.-----

----- E fiquei muito surpreendido com a informação que temos hoje disponível no site da Câmara Municipal que afinal existem cem novos assistentes operacionais no quadro da Câmara, que a 1 de Setembro quando o Vereador Manuel Grilo esteve connosco na escola eram perfeitamente desconhecidos e impossíveis! Efetivamente a Teixeira de Pascoais, cumpre aquilo que são os rácios ditos normais em tempos regulares daquilo que são as escolas do ensino básico, no entanto, chamo novamente a vossa atenção que esta escola sendo provisória desde 2016, é uma escola que não pode ser tratada da mesma forma que as demais escolas do nosso país e da nossa cidade. -----

----- Gostava de chamar a atenção que o tema dos assistentes operacionais não é um tema menor, impacta diretamente naquilo que são as rotinas de higienização e limpeza das superfícies, impacta diretamente na deslocação das massas, nas entradas e saídas, na vigilância dos recreios e afins! Se a gestão dos recursos humanos já era feita de forma escassa, mais escasso ficou face à crise pandémica que atravessamos, ou seja, as deficiências estruturais que esta escola já tinha estão por demais evidenciadas. -----

----- Não posso deixar de deixar aqui uma nota do trabalho que tem sido desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa, efetivamente algumas das obras urgentes foram concretizadas no dia 1 de setembro não foi possível verificar se todas foram concretizadas e aguardamos ainda um ponto de situação dos serviços da Câmara, embora tenhamos um relatório do Paulo Vieira, o Chefe de Divisão do Departamento de Educação da Divisão da Rede Escolar, onde são apontadas várias questões que ainda estão por resolver e que gostava de vos dar nota que, por exemplo, temos um novo refeitório, refeitório este instalado no átrio principal da Escola de forma provisória, dando pouca dignidade àquilo que é o ato da refeição dos alunos, entupindo aquilo que é a saída principal de emergência do edifício e, acima de tudo, garantindo que nem sequer tem um ponto de água potável, disponível. ---

----- Temos também a destacar a questão dos sanitários provisórios desde 2016, onde no relatório que o Paulo Vieira nos remeteu é evidente a degradação e quase colapso destes pavimentos. -----

----- Quero dizer que também que, vai ser muito difícil manter os planos de higienização, quer pela falta de assistentes operacionais, quer pela falta de condição que a própria escola tem e, de facto, deixava aqui ainda uma ressalva e pedia novamente a intervenção da 7ª Comissão, uma vez que nesta reunião de 1 de setembro, a Câmara dá boas notícias indicando que, em abril próximo teremos disponível o refeitório da Escola e que possivelmente aquilo que é a sala polivalente ou multiusos, conhecido também como o ginásio. -----

----- Dar-vos nota que abril do próximo ano não coincide com aquilo que era o caderno de encargos da obra que previa que a primeira fase da obra, fosse concluída seis meses após o início da obra. Tendo a obra começado 13 de julho, acredito que 13 de janeiro se as minhas contas não me falham seria efetivamente a data em que deveriam estar prontos os trabalhos da primeira fase. -----

----- Gostaria também de perceber se a 7ª Comissão tem conhecimento ou se a Assembleia podia fiscalizar a atividade do Executivo, tendo noção que esta obra pública está já pelos vistos a assumir uma derrapagem logo na primeira fase e ainda faltam outras duas. -----

----- Deixaria ainda algumas notas, nomeadamente que a Teixeira de Pascoais falta-lhe um porteiro há coisa de dois anos letivos que se reformou, concluo também que as matérias do horário, jornadas duplas, contextos locais, equipas multidisciplinares não têm funcionado, sendo que, neste momento, para salvaguardar as bolhas a entidade prestadora das CAF`s (Atividades de Enriquecimento Curricular) está neste momento a financiar as tais meias horas que não são financiadas, quer pelo orçamento da Câmara, quer pelo orçamento do Ministério da Educação para as AEC`s (Complemento de Apoio as Famílias). -----

----- Só para concluir esta questão dos horários que estão imperfeitos e que foram precisos desfasar e este momento não são responsabilidade de ninguém. Esta questão dos horários que estão neste momento desfasados face às necessidades de ajuste das entradas e saídas da escola, criaram que uma dificuldade financeira a quem faz a prestação dos serviços das CAF`s e das AEC`s, porque os profissionais tem que ser efetivamente mobilizados antes do horário que está contratualizado e, neste momento, eu diria que é a terra de ninguém e orçamento de ninguém, porque não há financiamento que possa ser garantido e salvaguardado. -----

----- E, portanto, dar-vos uma nota que na Teixeira pascoais e acredito em qualquer escola da nossa cidade, os encarregados de educação estão disponíveis para também colaborarem e serem parte da solução que esta crise pandémica nos toca a todos! -----

----- Obrigado. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- E, naturalmente que tendo estado presente e tendo ouvido, o Senhor Vereador Manuel Grilo se quisera hoje fazer-nos chegar algumas suplementar, nós teremos muito gosto em reencaminhar para o Senhor Pedro Henriques. -----

----- Muito obrigado, portanto, dou a palavra ao segundo inscrito que é o senhor António ■■■ Simes, ” -----

----- **O Município, Senhor António ■■■ Simes**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde, Senhor Presidente e a todos os presentes e quero desde já agradecer esta oportunidade de estar aqui a partilhar a situação que me encontro, uma situação muito específica e que possa partilhar desde já. -----

----- Eu moro em Lisboa, sou um microempresário e sou também concessionário de uma pequena cafetaria situada dentro de um parque infantil em Lisboa, que, neste momento se encontra encerrado devido às contingências atuais conhecidas de todos. -----

----- Estou neste momento numa situação muito singular, pois, pelo que me é sabido sou o único concessionário que é obrigado a estar encerrado por uma imposição

legal, ou seja, eu estou dentro do parque e como o parque está fechado não me é permitido abrir como é fácil perceber. -----

---- Eu estou encerrado desde Março e à data de hoje sem qualquer vislumbre de quando poderei voltar a abrir, o que torna a minha situação insustentável economicamente e os apoios da Segurança Social a terminarem, e temos já recorrido ao endividamento para conseguir fazer face a todas as despesas inerentes a ter uma atividade aberta, e manter um posto de trabalho, que tenho uma colaboradora e o meu próprio posto de trabalho como empresário. -----

---- Em princípio de agosto fiz uma exposição para o Gabinete do Presidente, que deu entrada e ao qual eu não tive nenhuma resposta cabal e aquilo que eu venho aqui questionar e que fiz nesse email e que venho aqui questionar é relativamente a que apoios é que a Câmara pode dar a estes empresários como eu, ainda para mais nesta situação que sou mesmo obrigado a estar encerrado, ou seja, estou de braços cruzados, pois não tenho como ir procurar, lutar pelo meu negócio ou reinventar o meu negócio como muito estão a fazer no setor da restauração com as dificuldades que todos nós sabemos. -----

---- Neste momento, eu sei que existem outros fundos, noutras câmaras, nomeadamente o Fundo Municipal de Emergência Empresarial, existe noutras câmaras municipais, nomeadamente aqui ao lado na Câmara Municipal de Sintra, e fui indagar exatamente nesse sentido, para perceber o porquê da não existência desse fundo na Câmara de Lisboa e se está previsto vir aparecer e que tipo de apoios costuma haver para situações destas para empresários como eu. -----

---- Penso, que é tudo e de uma forma sucinta e também não vou ocupar mais tempo e agradeço -----

---- Obrigado.” -----

---- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito obrigado. -----

---- Nós enviaremos as suas questões à Câmara e depois dar-lhe-emos conhecimento. ---

---- Dava agora a palavra à Senhora Maria [REDACTED] Diogo.” -----

---- **A Múncipe, Senhora Maria [REDACTED] Diogo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Muito boa tarde! Muito gosto, muito obrigada pela vossa gentileza e pela vossa atenção de me poderem atender. -----

---- É o seguinte, [REDACTED] Beco da Picheleira, aquilo era uma quinta, acontece que foi dividida em três parte [REDACTED] sem água! Estou farta de pedir ajuda e ninguém me ajuda. ---

---- [REDACTED] entrava pelo 46, fizeram os prédios ao fundo da Praceta Manuel Cerveira Pereira e acontece que [REDACTED], os empreiteiros [REDACTED]. Depois [REDACTED] para obras, era um balúrdio e [REDACTED] de maneira nenhuma, porque senhores [REDACTED]. -----

---- Acontece que, depois consegui escrever para a EPAL para o Senhor Doutor José Sardinha, foi de uma gentileza impecável, [REDACTED] com água. Só que o meu contador está na calçada, os senhores vejam como está o meu contador! Puseram primeiro na boca-de-incêndio, porque tiraram o chafariz, entretanto as pessoas chegavam lá,

mexiam na boca-de-incêndio e eu ficava sem água, estava por exemplo ■■■, e tenho um prédio com oito apartamentos, o prédio tem duzentos anos, com paredes de oitenta centímetros, tenho o prédio todo arranjado e estou ali enclausurado, porque deixaram-me neste “coiso”.-----

----- Estou farta de pedir ajuda ao meu Presidente da Junta, entretanto o Senhor Doutor José Sardinha mudou-me o contador, puseram-mo no chão, onde está assim!----

----- Os Senhores estão a ver? -----

----- E agora eu tenho estado a pedir porque a água está no “coiso”, tenho que dar a volta, são cinquenta metros, e em vez de me porem à porta e fazer uma caixa e porem lá os contadores para a água, porque as pessoas foram morrendo e eu acabei por ficar e não liguei mais.-----

----- Acontece agora que isto está roto, dirige-me à Camara e à EPAL para me porem o contador à porta e mais contadores e não me ligam nenhuma e eu já não sei a quem me devo dirigir, porque realmente não se justifica!-----

----- Houve agora obras no Beco, cortaram-me a canalização esteve a água a correr e quem pagou fui eu! Eu não ando a roubar, senhor! Eu ■■■ e acho que eu tenho o meu direito!-----

----- Estou farta de pedir ajuda ao meu Presidente da Junta, nada, de nada, nada! -----

----- Dirijo-me à EPAL porque preciso realmente!-----

----- Aqui há tempos pediram-me a justificação de como aquilo é meu, cheguei lá e dirigi-me a uma senhora lá estava nos balcões, ela olhou e eu disse-lhe: “Oh, minha senhora chame um arquiteto, um engenheiro, um economista, um advogado, a senhora está aqui a olhar para isto não vê nada”, porque me disseram que com aquilo me punham os contadores à porta. O Senhor acredita que me vim embora a senhora só se ria e não me resolveu o assunto e não chamou ninguém!-----

----- Eu agora por acaso, porque sei que o Senhor Doutor José Sardinha está lá outra vez e escrevi-lhe uma carta, outra vez a pedir ajuda, porque não se justifica que eu viva numa cidade da Europa, num país do primeiro mundo e esteja assim!-----

----- Inclusivamente, estou farta de escrever para a EPAL e dizer que tiraram o meu contador da boca-de-incêndio e chegaram lá acimentaram a boca-de-incêndio e o meu contador continua na rua, na calçada, onde a tampa foi vandalizada, é um buraco onde entra toda a porcaria, onde põem o lixo.-----

----- Quando o Beco andou em obras foram lá dois engenheiros da Câmara, o cheiro era nauseabundo e diz assim, o senhor disse: “Isto é crime de saúde pública”, por isso, eu venho pedir ajuda, porque realmente acho que me devem pôr os contadores à porta e eu pagar todos os meses um tanto.-----

----- Agora outro assunto, uma parte da quinta que está alugada à Câmara, já lá foi o Senhor Mário Loureiro e eu aluguei aquela parte. Foi lá um senhor, eu este ano já não paguei, porque foi lá um senhor que diz que é engenheiro, também, pedi ajuda ao meu Presidente da Junta, nada fez! A quinta tem umas coisas, como dizer, por ali entravam gatunos e quando foi que fizeram a Manuel Cerveira Pereira, fomos assaltados umas poucas de vezes...”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Queira terminar, já terminou o seu tempo!”-----

----- **A Múncipe, Senhora Maria [REDACTED] Diogo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Oh, minha senhora eu venho aqui para pedir ajuda, se a vedação cair para linha do comboio eu não sou responsável, eu venho aqui para informar e os senhores para fazerem a vossa participação, porque eu não sei que é a REFER, o meu Presidente da Junta não faz nada e quando a gente não tem competência dá o lugar a outro.*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Por favor, tem que terminar, porque aqui todos os cidadãos têm os mesmos direitos, se quiser acrescenta mais alguma coisa por escrito, pode mandar que nós teremos isso também em devida conta.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Maria [REDACTED] Diogo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Minha Senhora, eu venho informar que aquilo está a cair para a linha do comboio e se der um problema grave e se os senhores quiserem entram por lá...*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Faça o favor de terminar, sendo certo que também pode usar o direito de se exprimir na sua Assembleia de Freguesia, já que há aí questões...”-----

----- **A Múncipe, Senhora Maria Natalina Diogo,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Mas, eu já lá fui e não fizeram nada!*”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, mas então aquilo que ficou nós efetivamente iremos verificar junto da Câmara e daremos resposta possível. Obrigado!-----

----- O cidadão inscrito Hélder de Sousa, penso que não está presente, portanto, iremos dar a palavra à cidadã Inês Henriques, como Presidente da ANCAT (Associação Nacional de Condutores de Animação Turística).-----

----- Tem a palavra a cidadã Inês Henriques.”-----

----- **A Múncipe, Senhora Inês Henriques,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “*Muito boa tarde, Excelentíssimo Presidente da Assembleia e respetivos membros, Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Excelentíssimos Vereadores, Senhores e Senhoras Deputadas da Assembleia Municipal de Lisboa.*-----

----- *A ANCAT é uma associação sem fins lucrativos e de âmbito nacional que defende os interesses de condutores de animação turística.*-----

----- Apostamos fortemente na área da prevenção e já promovemos até várias sessões de sensibilização na área da prevenção rodoviária e condução defensiva, inclusivamente com a GNR e a PSP.-----

----- Temos uma forte responsabilidade social e cívica e promovemos o comércio local, assim como, temos atenção às necessidades da comunidade local.-----

----- Criámos um Grupo no WhatsApp “O movimento contra as alterações de trânsito zero em Lisboa”, que conta já com cerca de quatro mil pessoas, temos inclusivamente o apoio de entidades locais como os Vizinhos de Arroios, também, da ACP e da ONIs.

----- Viemos aqui comunicar que os projetos “Ciclovias Pop-Up” e a “Rua é Sua” apresentam graves problemas na sua implementação. Existe um desrespeito total pelas regras do Código da Estrada e normas de segurança, graves problemas de mobilidade, obliteração de bolsas e lugar de estacionamento, quer na atividade de animação turística, quer na comunidade em geral e o desrespeito pela saúde pública.---

----- Portanto, vou passar a citar: “As ciclovias e as ruas encerradas ao trânsito são contra produtivas e um contrassenso de uma cidade que se quer a Cidade Verde Europeia. As políticas de imobilidade deste Executivo Camarário, vieram provocar graves congestionamentos de trânsito aumentando consideravelmente os níveis de poluição, de ruído, com efeitos nefastos para a saúde dos residentes e dos trabalhadores da cidade”.-----

----- É o caso da ciclovia da Almirante Reis, eu não gostaria de todo de aí residir, é um barulho e poluição infernal desde que foi implementada uma ciclovia que é mais utilizada pelas ambulâncias e viaturas em situação de emergência do que propriamente por bicicletas.-----

----- Prejudica a mobilidade das viaturas de animação turística que visitam outras partes do país, causando atrasos significativos, porque Almirante Reis é uma das principais artérias da cidade de Lisboa e dá acesso ao Aeroporto, Al, A2, A8 e Ponte Vasco da Gama, ou seja, as empresas de animação turística que fazem trabalhos pelo país todo, veem o seu trabalho condicionado logo à partida quando saem de Lisboa.-----

----- Prejudica a tomada e largada de passageiros, quer seja nos hotéis, quer seja nos alojamentos locais, existe um congestionamento nas entradas e saídas das garagens das empresas de viaturas de animação turística, existe, portanto, um incremento considerável no tempo de viagem programado.-----

----- A maioria dos veículos que opera na cidade são triciclos e quadriciclos elétricos e são descapotáveis, ora, os seus condutores são expostos a exorbitantes índices de poluição, porque há mais engarrafamentos, perdendo-se o dobro do tempo nos circuitos turísticos que estão definidos, o que representa uma quebra significativa da faturação, uma hora converte-se facilmente em duas ou duas horas e meia devido aos congestionamentos.-----

----- Afetam a nossa segurança e saúde, porque somos obrigados a enfrentar trânsito mais denso e mais poluente e estamos mais tempo expostos aos gases de escape e emissões de carbono, porque lembro uma vez mais que são viaturas descapotáveis.-----

----- No caso dos comerciantes também é uma situação bastante crítica, prejudica os comerciantes, nomeadamente as lojas centenárias. Entre outras, é o caso de

Domingos Nogueira, sita na Mouraria que recebia parte dos seus clientes através e promovidos da animação turística, é uma loja centenária e tal já não acontece nestas e noutras lojas!-----

----- *Existe uma acentuada quebra de faturação devido à falta de estacionamento.*-----

----- *Nem sequer existem condições para cargas e descargas que sejam efetuadas em segurança e em condições condignas.*-----

----- *O estacionamento ou falta deles, desde do despacho, houve um despacho camarário, o Despacho n.º123 de 2015, onde foram atribuídos à animação turística cento e catorze lugares, o que acontece é que, desde aí, até agora, já desapareceram 40% desses lugares.*-----

----- *Agora se o Executivo, a realidade é esta! Se o Executivo não considera e não responde aos residentes que são o seu próprio eleitorado, como é que hade ter em consideração a opinião dos operadores de animação turística? Não tem, isto é uma realidade.*-----

----- *Relembramos também que são emitidos cerca de cento e vinte mil dísticos para noventa e seis mil lugares e cada vez mais estão a desaparecer parque estacionamento, como é o caso do Campo Grande, em prol investidores privados e de edifícios privados. Cada vez há menos lugares de estacionamento, quer seja para nós animação turística, quer seja para os residentes e para comerciantes, isto acho que algo muito grave.*-----

----- *Quanto às ciclovias, não foi apresentado qualquer estudo sobre o impacto e implementação das ciclovias, apesar de haver várias entidades que o solicitaram à Câmara Municipal de Lisboa.*-----

----- *E eu gostaria de deixar aqui algumas perguntas, relativamente à segurança dos utilizadores e das regras impostas pelo Código da Estrada:*-----

----- *Como é que se justifica que tenha sido implementada uma ciclovia numa via que dá acesso a cinco hospitais?*-----

----- *E que haja veículos em situação de emergência constantemente a circular nesta ciclovia pondo em risco a segurança de quem utiliza a bicicleta?*-----

----- *Que tenha sido já apresentada uma reclamação por parte da Divisão de Trânsito da PSP à Câmara Municipal de Lisboa?*-----

----- *Que haja mais condutores enervados, stressados pela questão da poluição sonora? Porque isto é um tema básico e está provado cientificamente que a poluição sonora provoca stress e depressão.*-----

----- *Que as pessoas não possam evitar a propagação do COVID19, aquela pandemia do século XXI e manterem-se em segurança utilizando a sua própria viatura e tenham que estar sujeitas a transportes públicos completamente sobrelotados?*-----

----- *Quanto à segurança rodoviária e condições das vias, existem outras prioridades acima da implementação de ciclovias, é que não obstante os esforços da ANCAT em proporcionar ações de sensibilização na área da prevenção rodoviária e condução defensiva, não se consegue milagres e ter estradas e deixa-la compatíveis com a condução de excelência, uma vez que a atual situação das estradas de Lisboa tem os seguinte problemas que vou passar a citar: tem piso danificado, sobretudo no centro*

histórico, têm pedras fora do sítio, provoca avarias enormes nas viaturas, há veículos que derrapam com a chuva e com o óleo, há passadeiras mal sinalizadas, há semáforos mal coordenados que, provocam grandes congestionamentos de trânsito, nomeadamente no Cais do Sodré, Almirante Reis, Avenida da Liberdade, Avenida, Brasília e Avenida da Índia.-----

----- Para terminar, e não vos tomar muito mais tempo, eu gostaria de deixar aqui uma questão à qual eu gostaria mesmo de ter uma resposta. A atividade de animação turística, foi a que mais investiu nas energias renováveis e ecológicas, em Lisboa 80% dos triciclos e quadriciclos existentes são 100% elétricos, posto isto, como é que se explica a não atribuição de dísticos verde aos triciclos Verdes que é uma viatura 100% elétrica, não poluente e ecológica? É que qualquer dístico atribuído pela EMEL é feito única e exclusivamente a viaturas automóveis e motociclos, ou seja, os triciclos estão automaticamente excluídos mesmo que, estejam registados com sede social em Lisboa ou mesmo que sejam residentes, ou mesmo que sejam viaturas ecológicas e neste caso teriam direito a um dístico verde, portanto, não obstante de ser passível o apuramento de razões de discriminação e constituir uma clara violação do princípio da igualdade... ”-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Peço desculpa mas já terminou o seu tempo há dois minutos e meio.”-----

----- **A Muniçepe, Senhora Inês Henriques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Certeza só queria dizer que, de facto, existe aqui uma discriminação evidente em que se está a beneficiar certo tipo de viaturas em detrimento de outras que têm as mesmas características e nós gostaríamos de saber porquê, porque é que os veículos elétricos, neste caso triciclos, não estão contemplados, apesar de serem viaturas elétricas e serem viaturas 100% ecológicas. -----

----- Muito obrigada pelo vosso tempo, eu ficarei a aguardar uma resposta. -----

----- Uma boa tarde.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, peço que respeitem os tempos, porque efetivamente os tempos são todos iguais! Mas naturalmente daremos uma resposta. -----

----- Vamos terminar este período de intervenção do público. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Vamos passar ao Período Antes da Ordem do Dia, em primeiro lugar os votos de pesar, o primeiro voto de pesar é o 116/01 do bloco de Esquerda e seis Deputados Independentes - Voto de Pesar pelo falecimento de Bruno Candé Marques e peço à Segunda Secretária Virgínia Estorninho que leia o voto ”-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 116/01 (BE) – (Subscrito pelo Bloco de Esquerda e 6 Deputados Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Bruno Candé Marques ”;**-----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho,** no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- “Voto de Pesar -----

----- pelo falecimento de Bruno Candé Marques -----

----- No passado dia 25 de julho, o ator Bruno Candé Marques, de 39 anos, pai de três filhos, foi assassinado com quatro tiros à queima roupa em Moscavide. O autor do crime, com cerca de 80 anos, surpreendeu Bruno em plena rua e baleou-o mortalmente, tendo sido posteriormente manietado por populares. -----

----- Bruno Candé Marques, nascido no Parque das Nações, em Lisboa, a 18 de setembro de 1980, ator há vários anos, participou em telenovelas reconhecidas, como ‘Única Mulher’ e ‘Rifar o Coração’, para além de ser um velho membro da companhia de teatro Casa Conveniente. -----

----- Em 2018, sofreu um acidente de bicicleta, por atropelamento, e desde então ficou com sequelas em todo o seu lado esquerdo. Foi-lhe atribuído um atestado de incapacidade, sendo as limitações de mobilidade evidentes. Apesar disso, Bruno continuou a lutar pelos seus sonhos, mantendo-se ativo no teatro e avançando nos manuscritos para o livro que queria dar ao mundo. -----

----- Bruno é identificado como “uma pessoa extremamente afável e sociável, o tio preferido dos sobrinhos e um pai brincalhão, dedicado e ligado à sua família, à sua mãe, hoje com 78 anos. Pai de dois rapazes, de 5 e 6 anos, e de uma menina, que completa 3 anos em agosto, por onde o Bruno passasse criava amigos. -----

----- Bruno Candé Marques foi barbaramente assassinado numa das avenidas mais movimentadas do concelho de Loures, em plena luz do dia, por um assassino que já o havia ameaçado de morte três dias antes, proferindo vários insultos racistas dirigidos ao próprio Bruno e à sua família, de acordo com relatos dos familiares. -----

----- É evidente o caráter premeditado e racista deste crime hediondo e é premente que seja feita justiça, de forma célere e rigorosa. O racismo já matou e continua a matar, por isso, todos os pormenores e motivações do crime devem ser devidamente apurados.-----

----- O assassinato de Bruno Candé Marques choca-nos profundamente e obriga-nos a todos, enquanto sociedade, a refletir. Continuar a olhar para o lado e fingir que o racismo não existe é ingénuo e torna-se perigoso, como ficou comprovado no passado dia 25 de julho, em plena Avenida de Moscavide. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1. Manifestar o seu pesar pelo falecimento de Bruno Candé Marques e endereçar à família e amigos/as sentidas condolências.-----

----- 2. Enviar este voto a -----

----- - Presidente da República -----

----- - Primeiro-Ministro -----

----- - Grupos Parlamentares da Assembleia da República -----

----- - Junta de Freguesia de Moscavide e Portela -----

----- - Assembleia de Freguesia de Moscavide e Portela -----

----- - *Companhia Casa Conveniente* -----
 ----- - *Comunicação social local e nacional.* -----
 ----- Lisboa, 28 de julho de 2020 -----
 ----- *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda*” -----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- Vamos passar à votação **do Voto 116/01 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Paulo Muacho, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. **O Voto 116/01 (BE)** foi aprovado por **unanimidade**. -----
 ----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Rodrigo Mello Gonçalves nesta votação) -----
 ----- **VOTO DE PESAR n.º 116/02 (BE) – (Subscrito pelo Bloco de Esquerda e 6 Deputados Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Maria do Carmo Bica”;** -----
 ----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----
 ----- *Voto de Pesar* -----
 ----- *pelo falecimento de MARIA DO CARMO BICA* -----
 ----- *Após meses de uma batalha contra o cancro, faleceu aos 57 anos Maria do Carmo Bica, uma das vozes que mais se bateram ao longo das últimas décadas pelo combate ao abandono do interior e a organização associativa em torno do desenvolvimento rural na região de Lafões. Conhecida pela sua combatividade, mas também por uma inesgotável energia e capacidade de trabalho, Carmo Bica deixou-nos um legado importante nas lutas ambientais e sociais numa parte do país que ao longo das décadas foi votada ao abandono. Foi candidata à Assembleia Municipal de Lisboa e autarca na freguesia de Campolide.* -----
 ----- *Natural de Paços de Vilharigues, no concelho de Vouzela, Maria do Carmo Bica fez o ensino básico e secundário em Vouzela e São Pedro do Sul. Seguiu para a Escola Superior Agrária de Coimbra, completando os estudos superiores com uma pós-graduação na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Deu aulas a partir de 1986 e no início da década de 1990 começou a sua carreira como técnica superior no Ministério da Agricultura. Atualmente desenvolvia a sua atividade na Rede Rural Nacional, uma plataforma da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural para promover a participação e o trabalho conjunto entre os agentes de desenvolvimento rural em Portugal.* -----
 ----- *O percurso associativo de Carmo Bica levou-a a dirigir durante 18 anos a Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões e a presidir à Cooperativa 3 Serras de Lafões, em Vouzela. Foi também dirigente da Confederação Nacional de*

Agricultura enquanto representante da Associação Regional de Agricultores de Viseu, a qual fundou e foi primeira presidente. Foi ainda dirigente da ANIMAR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. A par desta atividade associativa, Carmo Bica dirigia atualmente o jornal Gazeta da Beira, dedicado à região de Lafões.-----

----- O ativismo em defesa do mundo rural cruzou-se na vida de Carmo Bica com o da defesa dos direitos das mulheres agricultoras e rurais. Em março deste ano, num artigo escrito para um livro editado pela associação UMAR, da qual fez parte, reconhecia que “está tudo por fazer” para promover a efetiva igualdade de género nos meios rurais: “É urgente criar um Estatuto das Mulheres Agricultoras, à semelhança do que já existe noutros países, que inclua medidas que possam contribuir para alterar as condições de vida das mulheres agricultoras, nomeadamente, alterar as condições de acesso à Segurança Social, através da criação de um regime específico e adequado à realidade concreta da pequena agricultura familiar; preferência nos direitos às ajudas directas da PAC, no caso de divórcio e partilha da exploração; medidas de discriminação positiva em candidatura de projectos a fundos comunitários; acesso a um programa de formação adaptado às suas necessidades; incentivos à constituição de organizações de mulheres agricultoras”, defendia nesse artigo.-----

----- A atividade política de Carmo Bica passou pela militância comunista nos anos 1980 e 1990, passando pela UEC e pela direção da JCP. Foi deputada municipal em Vouzela entre 1989 e 1993 e candidata às legislativas de 1991 e 1995, protagonizando depois a candidatura do PCP à autarquia de Vouzela em 1997.-----

----- Numa entrevista dada em 2013, a propósito da sua candidatura à autarquia de São Pedro do Sul encabeçando a lista do Bloco de Esquerda, fala da sua infância e da força que então tinha o preconceito contra as ideias de esquerda na região. “Desde cedo percebi que tinha de ter uma atitude na vida completamente irrepreensível. Para viver aqui e ser respeitada afirmando-me como comunista eu tinha de ser boa aluna, vestir de uma forma discreta, ter uma atitude na vida de forma a que ninguém me pudesse apontar nada. Cresci com esta mentalidade e sempre senti que as minhas ideias eram marginais. Mas cresci convencida de que estava no caminho certo: a defesa de uma sociedade mais justa com igualdade de oportunidades para todos e que isso era absolutamente fundamental para a minha região”.-----

----- A aproximação ao Bloco de Esquerda surge com o convite de Miguel Portas para integrar a lista às eleições europeias de 2004, na qual o Bloco elegeu o primeiro eurodeputado. Carmo Bica integrou depois vários órgãos concelhios e distritais do partido, em Viseu e Lisboa, onde foi eleita autarca na freguesia de Campolide no atual mandato, ao mesmo tempo que se candidatou a este órgão. Fez também parte da Mesa Nacional do Bloco de Esquerda a partir de 2014 e das listas às últimas legislativas pelo círculo de Lisboa. Participou nas correntes internas bloquistas, primeiro no grupo "Manifesto" e agora na "Convergência".-----

----- Na última década, Carmo Bica dinamizou o Grupo de Trabalho de Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural do Bloco de Esquerda e coordenou o Grupo de Trabalho de Agricultura do Partido da Esquerda Europeia. No âmbito do Parlamento Europeu, participou ativamente nas atividades do intergrupo dos Bens Comuns e coordenou vários encontros sobre economia social e terceiro setor promovidos pelo GUE-NGL. E destacou-se também no movimento social pelo encerramento da central nuclear de Almaraz. -----

----- Assinou diversas colunas de opinião onde tratava de temas ligados à agricultura, soberania alimentar e políticas para o interior, feminismo e direitos das mulheres. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 22 de setembro de 2020, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----

----- 1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte de Maria do Carmo Bica, e exprimir aos seus familiares e amigos, as mais sentidas condolências, fazendo um minuto de silêncio. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação **do Voto 116/02 (BE)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Paulo Muacho, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/02 (BE)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Ana Gaspar, Joana Alegre, José Alberto Franco e Rodrigo Mello Gonçalves nesta votação) -----

----- **VOTO DE PESAR n.º 116/03 (BE – (Subscrito pelo Bloco de Esquerda e 6 Deputados Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Voto de Pesar pelo falecimento de Fátima Matos de almeida”;** -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar: -----

----- “Voto de Pesar -----

----- pelo falecimento de Fátima Matos de Almeida -----

----- Fátima Matos Almeida esteve sempre na vanguarda pela defesa do ambiente. -----

----- Foi co-fundadora da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA) há 30 anos e dedicou a sua vida ao ensino da defesa do ambiente. -----

----- Fátima Matos Almeida presidiu à ASPEA durante mais de 20 anos, impulsionou a criação das Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental há 25 anos e das Jornadas de Art'Ambiente há 10 anos. -----

----- Foi membro da direção da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, foi vice presidente da Direcção da Caretakers of the Environment

International e trabalhou para a Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento. -----

----- *Ensinou Educação Ambiental e Sustentabilidade a centenas de jovens e adultos e trabalhou para a implementação da Carta Terra em Portugal.* -----

----- *Fátima Matos Almeida era uma educadora da causa ambiental, uma entusiasta da Cultura - tendo participado no Coro da Casa da Achada - Centro Mário Dionísio - e uma militante do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.* -----

----- *A Assembleia Municipal de Lisboa lamenta o falecimento de Fátima* -----

----- *Matos Almeida a 3 de julho de 2020 e envia as suas condolências à família e aos amigos.* -----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 16 de julho de 2020, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.75/2013, de 12 de Setembro:* -----

----- *1. Lamentar o falecimento de Fátima Matos Almeida a 3 de julho de 2020 e enviar as suas condolências à família e aos amigos.* -----

----- *Lisboa, 16 de julho de 2020* -----

----- *O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- **Vamos passar à votação do Voto 116/03 (BE).** Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/03 (BE)** foi aprovado por **unanimidade**. --

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Paulo Muacho nesta votação)-----

----- **VOTO DE PESAR n.º 116/04 (PCP) – Nova Versão - (Subscrito pelo PCP, PEV e 6 Deputados Municipais Independentes) VOTO DE PESAR “Pelo falecimento de Fernanda Lapa”;**-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra procedeu à leitura do Voto de Pesar:-----

----- *“Voto de Pesar* -----

----- *Fernanda Lapa* -----

----- *“o teatro reflecte todas as contradições,* -----

----- *avanços e recuos do papel da mulher* -----

----- *na sociedade contemporânea.”* -----

----- *Fernanda Lapa* -----

----- *Faleceu no passado dia 6 de Agosto, a actriz e encenadora Fernanda Lapa, nome maior do teatro e da cultura portuguesa.* -----

----- *Fernanda Lapa, nascida em Lisboa em 1943, teve uma vida inteira dedicada ao teatro, onde se estreou em 1962, no Teatro dos Alunos Universitários de Lisboa. A sua primeira peça como actriz foi na Casa da Comédia, da qual foi fundadora.*-----

----- *Diplomou-se em encenação em Varsóvia, na Escola Superior de Encenação, em 1979, com uma bolsa da Secretaria de Estado da Cultura.*-----

----- *Desde então toda a sua riquíssima carreira foi na representação e, sobretudo, na encenação de grandes dramaturgos e na direcção de grandes actores, bem como no ensino e formação de novos homens e mulheres do teatro, seja no plano universitário ou nos palcos.*-----

----- *A criação da Escola de Mulheres, da qual se assinalaram os 25 anos no passado mês de Março, deu expressão no teatro a uma das batalhas de Fernanda Lapa: a da igualdade entre mulheres e homens, no teatro e na vida. A sua ligação à luta pela igualdade remonta ao período da ditadura fascista, tendo nos anos após a Revolução de Abril a correspondente expressão na luta e na conquista de direitos políticos, sociais, económicos e culturais.*-----

----- *Fernanda Lapa foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Espectáculo – STE durante vários mandatos, bem como do Movimento Democrático de Mulheres.*---

----- *Militante do PCP desde 1978, toda a sua militância, activa, presente e empenhada, de grande dedicação ao Partido, foi feita no Sector Intelectual da Organização Regional de Lisboa. Ainda recentemente, no Comício comemorativo dos 99 anos de vida do PCP, Fernanda Lapa participou, com toda a sua generosidade militante, declamando. A sua ligação à luta dos trabalhadores, à defesa da cultura, à causa da liberdade, da democracia e do socialismo estiveram presentes até ao fim da sua vida.*-----

----- *O seu empenho cultural, cívico, mas também militante na luta pelo progresso e pela emancipação do povo português levaram-na a dinamizar as comemorações do Centenário de Bernardo Santareno, durante o ano de 2020, onde se integra a peça “O Punho”, a estrear em Novembro, que homenageia a Reforma Agrária, a luta pela sua conquista e os operários agrícolas que a protagonizaram.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sessão de dia 22 de Setembro de 2020, delibera:*-----

----- *1. Manifestar o profundo pesar pelo falecimento de Fernanda Lapa, expressando à Família e aos Amigos as mais sentidas condolências.*-----

----- *2. Saudar a aprovação por unanimidade pela Câmara Municipal de Lisboa da instituição de um Prémio anual para um espectáculo de teatro sobre a temática "mulheres e igualdade" com o nome de Fernanda Lapa, exortando a Câmara Municipal de Lisboa a concretizar esta decisão o mais breve possível.*-----

----- *3. Dar conhecimento deste Voto à Escola de Mulheres - Oficina de Teatro, a companhia que criou e toda a vida dirigiu, e ao Movimento Democrático de Mulheres, a cujo Conselho Nacional actualmente pertencia.*-----

----- *O Grupo Municipal do Partido Comunista Português*-----

----- *Fábio Sousa*-----

----- *Fernando Correia*-----

----- *Graciela Simões* -----

----- *João Carlos Pereira* -----

----- *Natacha Amaro* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Vamos passar à votação **do Voto 116/04 (PCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/04 (PCP)** foi aprovado por **unanimidade**.

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Paulo Muacho nesta votação) -----

----- (Neste momento procedeu-se a um minuto de silêncio pelos quatro Votos de Pesar.) -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:

----- “Vamos prosseguir, temos aprovação de três atas, vamos começar por isso!” -----

----- Vamos passar à votação **da Ata n.º101 de 3 de março de 2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Ata n.º101 de 3 de março de 2020**, foi aprovada por **unanimidade**.

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 101**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 101** Sessão Extraordinária, realizada em três de março de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Ana Sofia Oliveira Dias Figueiredo (PS), Augusto Miguel Gama Albuquerque (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Ricardo João Oliveira Marques (PS), Luís Duarte Albuquerque Carreira (PS), António Prôa (PSD), Luís Newton Parreira (PSD), John Rosas Roque Baker (CDS-PP), Graciela Simões (PCP), Paula Inês Sousa Real (PAN), Ana Maria Gaspar Marques (IND) e Rodrigo Mello Gonçalves (IND). -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Paulo Muacho nesta votação) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:--

----- Vamos passar à votação **da Ata n.º104 de 14 de abril de 2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Ata n.º104 de 14 de abril de 2020**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 104**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 104** Sessão Extraordinária, realizada em catorze de abril de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: José Roque Alexandre (PS), Fernando Braamcamp (PSD), Vasco Morgado (PSD), John Rosas Roque Baker (CDS-PP), Diana Isabel Bechet Vale (CDS-PP) e João Carlos de Sousa Pereira (PCP). -----

----- (Ausência dos(as) Deputados(as) Municipais Independentes Joana Alegre e Paulo Muacho nesta votação)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, continuou:--

----- Vamos passar à votação **da Ata n.º105 de 28 de abril de 2020**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Ata n.º105 de 28 de abril de 2020**, foi aprovada por **unanimidade**.-----

---- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da **Ata 105**, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- **Ata n.º 105** Sessão Extraordinária, realizada em vinte e oito de abril de dois mil e vinte, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Pedro Delgado Alves (PS), John Rosas Roque Baker (CDS-PP) e João Carlos de Sousa Pereira (PCP). -----

----- (Ausência dos (as) Deputados (as) Municipais Independentes Joana Alegre e Paulo Muacho nesta votação)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos ter agora a leitura do expediente, peço à Senhora Segunda Secretária que proceda à Leitura do Expediente.” -----

----- **A Senhora Segunda Secretária, Virgínia Estorninho**, no uso da palavra procedeu à Leitura do Expediente: -----

----- “Senhor Presidente, não consegui imprimir o expediente, aconteceu uma coisa qualquer no meu computador!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Certo, então, não sei se o Senhor Deputado António Avelãs, quer proceder à Leitura do Expediente?-----

----- Senhor Deputado António Avelãs, tem o expediente presente?” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----

----- “Não, não tenho! Não era suposto ter!”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Um momento que eu devo conseguir fazer! -----

----- Vou ler eu o resumo do expediente:-----

----- Assembleia da República - Iniciativas do Grupo Parlamentar Os Verdes. -----

----- Perguntas ao Governo sobre:-----

----- 1.1 - Avaliação de Solos contaminados no Parque das Nações. Gravação; -----

----- 1.2 - Covid 19;-----

----- 1.3 - Encerramento do lar na Mansão de Santa Maria de Marvila, Lisboa. -----

----- Dar conhecimento:-----

----- 1.4 - Dificuldade de contato telefónico com os serviços de saúde de proximidade;

----- 1.5 - Obras de requalificação do Conservatório Nacional;-----

----- 1.6 - Ateneu comercial de Lisboa.-----

----- Iniciativas do Grupo parlamentar do PCP: -----

----- 2 - Perguntas várias ao Governo sobre:-----

----- 2.1 - Situação de saúde pública na avipronto, Azambuja.-----

----- Dar conhecimento:-----

----- 2.2 - Balanço da Atividade na 1ª Sessão XIV (Assembleia da República); -----

----- 2.3 - Articulação tarifária e promoção da redução de preços dos transportes nas ligações entre áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais limítrofes.-----

----- Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- 3 - Dar conhecimento das deliberações da reunião ordinária do conselho Metropolitano de Lisboa (Editais nº 18 a 24/CML/2020).-----

----- Assembleia de Freguesia do Parque das Nações.-----

----- 4 - Moção “diminuição do ruído Ponte Vasco da Gama”. -----

----- Assembleia Municipal de Sesimbra -----

----- 5 - Editais nº 96 e 110 / 2020. -----

----- Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica.-----

----- 6 - Voto de Louvor aos funcionários e colaboradores. -----

----- Associação Conversa Amiga. -----

----- 7 - Projeto cacifos solidários.-----

----- Plataforma em defesa das Árvores.-----

----- 8 - Regulamento Municipal do arvoredo de Lisboa. -----

----- Federação Portuguesa de Cicloturismo. -----

----- 9 - Contributos e posição pública. -----

----- Fórum Cidadania Lisboa. -----

----- Dar conhecimento: -----

----- 10 - Sobre as obras Escola primária Teixeira Pascoaes;-----

----- 10.1 - Projeto STA/STONE capital para o antigo Hospital da marinha;-----

----- 10.2 - Projeto quarteirão da pastelaria suíça;-----

----- 10.3 - Palácio Silva Amado;-----

----- 10.4 - Protesto pela ocupação da Time Out da Praça D. Luís I;-----

----- 10.5 - Plantas do Éden à venda no OLX; -----

----- 10.6 - Convento de Santo António da Convalescença (Freguesia de S. Domingos de Benfica);-----

----- 10.7 -50 Anos da morte de Cassiano; -----

----- 10.8 - Protesto por demolição da ala poente do antigo Convento de Santa Joana; -

----- 10.9 - Projeto de hotel no edifício da Confeitaria Nacional.-----

----- Associação Nacional de Assembleias Municipais.-----

----- 11 - Artigo do Presidente da ANAM. -----

----- Está lido o expediente que está disponível na Assembleia Municipal.” -----

----- “Vamos então, continuar e vamos passar ao Período da Ordem do Dia antes do dia conforme a Lei estabelece e há vários documentos apresentado e eu peço ao Deputado António Avelãs para dar a palavra conforme é hábito aos senhores deputados inscritos” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Por uma questão de confirmação, foram comunicadas as seguintes inscrições para o PAOD e por esta ordem: PCP, PEV, PS, PSD, BE, PAN, Independentes do CPL (Cidadãos por Lisboa), CDS-PP, Rui Costa, PMT e Rodrigo de Mello Gonçalves.-

----- Se porventura falta alguém, faça o favor de corrigir!-----

----- Dou então a palavra à Senhora Deputada do PCP, Natacha Amaro e prepara Cláudia Madeira.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhor Secretário, boa tarde a todos e a todas. -----

----- Para esta sessão o PCP apresenta três documentos, o primeiro é um voto de saudação ao 41º Aniversário ao Serviço Nacional de Saúde no quadro atual onde estão colocadas enormes exigências em termos de saúde da população, o Serviço Nacional

de Saúde demonstrou ser um instrumento e solução para garantir o acesso de todos à saúde, mesmo com todas as limitações e insuficiências decorrentes de décadas de desinvestimento. -----

----- Para continuar a tratar os doentes COVID mas também preparar-se para o período de inverno que se aproxima, com todas as consequências que se conhecem na saúde pública, recuperar as consultas, exames e cirurgias que não foram feitas nestes meses e garantir o acompanhamento e tratamento de todas as outras patologias, é necessária uma política clara de reforço do Serviço Nacional de Saúde. Com mais financiamento, mais pessoal na área da saúde, mais e melhores equipamentos e instalações, reforço dos meios de diagnóstico e terapêutica, entre muitas outras valências. Comemorar a criação do 41º aniversário do SNS é saudá-lo e a todos os trabalhadores que o compõem e suportam, mas também é exigir uma resposta urgente a todos os problemas já sobejamente identificados. -----

----- Apresentamos, também, nesta sessão uma Moção sobre a reabertura deste ano lectivo. É um momento decisivo na vida de milhares de crianças e jovens da nossa cidade e este ano fica particularmente marcado, também, pela pandemia e todas as questões que lhe estão associadas. O quadro da educação em Lisboa não é famoso e têm sido várias as manifestações de preocupação por parte de escolas, trabalhadores, estudantes e famílias, por um lado a falta pessoal nas escolas, a falta de equipamentos, problemas estruturais que continuam por resolver, hoje mesmo no período do público tivemos mais uma vez uma intervenção de um pai relativamente a uma escola aqui da cidade de Lisboa, a que se soma a falta de garantias no plano da saúde. -----

----- Esta Moção que o PCP apresenta hoje propõe exigir do governo as medidas necessárias para dotar as escolas de pessoal e meios técnicos e materiais, que a Câmara Municipal de Lisboa com o Ministério da Educação envide esforços para assegurar o número suficiente de trabalhadores e ainda a garantia dos vínculos laborais dos trabalhadores não docentes. -----

----- A propósito de início de ano letivo, uma referência à Recomendação do PAN sobre transporte escolar e transição digital, consideramos que, apesar da proposta de dotar as escolas de computadores que possam ser emprestados ser aceitável, não nos revemos no espírito dos considerandos desta Recomendação e, pensamos, ela não vai ao essencial dos problemas presentes, muitos deles constam desta nossa Moção que trazemos hoje aqui. Do nosso ponto de vista essa Recomendação do PAN, deveria defender mais investimento em infra-estruturas, mais pessoal, mais condições para um regresso consciente e com as devidas condições de higiene e segurança. Daí a nossa abstenção nessa proposta do PAN, sobre uma matéria que de certa forma está relacionada com está nossa Moção. -----

----- Por fim, trazemos também uma Recomendação sobre a situação dos moradores que estão a ser despejados de um prédio na Rua Cruz dos Poiais. A situação destas nove famílias é preocupante e particularmente no quadro atual de pandemia, em que todas as vulnerabilidades se agigantam e o direito à habitação é ainda mais periclitante, entendemos que seria importante que a Câmara pudesse ajudar a encontrar uma solução. Daí propomos que a Câmara forneça a esta Assembleia o

conhecimento que tem desta questão e qual o acompanhamento que tem conseguido fazer a este caso, bem como, sugerimos que possa, junto do proprietário do imóvel auxiliar na procura de uma solução para estes moradores. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada Cláudia Madeira e prepara o Deputado do Partido Socialista Pedro Alves e Carla Madeira. -----

----- Cláudia Madeira, faça favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada, boa tarde a todos.-----

----- Nesta sessão, “Os Verdes” apresentam uma saudação ao 41º aniversário do SNS, que merece a nossa homenagem e agradecimento pela dedicação dos profissionais de saúde ao longo dos anos e, muito particularmente, neste período excecional que vivemos.-----

----- A pandemia de COVID-19 tornou ainda mais evidente a sua importância, ao mesmo tempo que fomos assistindo a uma desresponsabilização do sector privado.-----

----- O SNS (Serviço Nacional de Saúde) é uma das principais conquistas do 25 de Abril e uma peça chave para o desenvolvimento e a justiça social, e mesmo os que o olharam de lado, vêem-se obrigados a reconhecer a sua importância. Mas não basta apenas reconhecer. A melhor homenagem é criar as condições que o SNS precisa para cumprir a sua missão. -----

----- Apresentamos também duas recomendações na área do ambiente.-----

----- Numa, propomos que a Câmara estude a implementação de uma rede complementar de papeleiras inteligentes. Atualmente, existem várias soluções para a deposição e recolha de resíduos, mas as papeleiras acabam por não permitir a diferenciação dos resíduos sólidos, o que dificulta a sua separação e reciclagem.-----

----- Estes equipamentos já foram instalados noutras localidades e julgamos que a cidade ficaria a ganhar com esta medida, pois permite um processo de recolha mais eficiente, o aumento da sua capacidade e a diminuição da frequência da recolha do lixo. -----

----- Na outra recomendação, propomos que a autarquia estude a possibilidade de criar coberturas verdes nos postos de abrigo das paragens de autocarro, pois desempenham um papel fundamental devido às suas funções ecológicas. São importantes para as respostas de adaptação às alterações climáticas, a criação de ecossistemas, a amenização das temperaturas, a retenção de poeiras e a diminuição da poluição sonora, entre outras vantagens. -----

----- Esta é também uma forma de requalificar os espaços públicos, dando um papel importante às questões ambientais.-----

----- Lisboa é a Capital Verde Europeia e “Os Verdes” trazem estas duas propostas que se traduzem em novas maneiras de pensar e agir, e que são oportunidades para

melhorar a qualidade de vida e os padrões ambientais em Lisboa, concretizando o princípio ecologista "Pensar global, agir local".-----

----- Sobre os restantes documentos, votaremos contra o voto do CDS sobre o Acordo de Abrãao, pois este acordo é omissivo em relação à solução dos dois estados, como preconizam as decisões da ONU. Israel renunciou, apenas por agora, à anexação parcial da Cisjordânia, e “Os Verdes” reafirmam que a solução justa para este conflito passa pelo reconhecimento do Estado da Palestina e não por acordos que legitimam a soberania israelita. -----

----- A Saudação do Bloco (BE) pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados terá o nosso voto favorável, porque é importante responder à tragédia humanitária em Moria, mas o que é preciso saber é se o executivo tem condições para receber estas pessoas de forma adequada, pois não podemos ignorar que recentemente houve problemas no acolhimento de refugiados.-----

----- Votaremos a favor da moção do PCP sobre o início do ano letivo, pois é importante que se pugne pelo ensino presencial, com as devidas condições para proteger todos e, mais do que nunca, é preciso reforçar a Escola Pública, desde logo com mais trabalhadores, menos alunos por turma e mais meios técnicos e materiais. ---

----- Sobre a recomendação do PSD relativa à ciclovia da Avenida Almirante Reis, “Os Verdes” não podem concordar com a reversão desta intervenção. Devia haver estudos e mais envolvimento das partes interessadas, mas a solução não pode ser esta, também sem estudos. Sobre este assunto, votaremos a favor da recomendação do Deputado Independente Rodrigo Mello Gonçalves que é mais sensata. -----

----- Votaremos a favor da moção do BE sobre as CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), porque também não estamos de acordo com este processo de eleição, reforçando que esta alteração nada tem a ver com o processo de regionalização, a que sucessivos Governos andam a fugir apesar de estar previsto na Constituição. As próprias CCDR são resultado desse adiamento e, para “Os Verdes”, o que se impõe para potenciar o desenvolvimento e combater as assimetrias regionais é avançar com o processo de criação das regiões administrativas, nos exatos termos constitucionalmente previstos, e não avançar com estas alterações. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- Tem a palavra o Deputado do PS, Pedro Alves.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Colocava só uma questão, nós pretendemos usar da palavra relativamente a uma das questões apresentadas pelo PSD e pelo Deputado Rui Costa e, portanto, à semelhança do que tem acontecido em reuniões anteriores, se calhar fazia mais sentido usar da palavra a seguir à intervenção da apresentação da Recomendação, caso assim a Mesa o entenda? Caso contrário posso usar da palavra desde já!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “É seguir a ordem das inscrições.” -----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito bem, então Deputado Pedro Alves tem a palavra.” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Pedro Alves (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----
----- Senhoras e Senhores Deputados, na sequência do que dei nota, e a intervenção que farei neste momento prede-se precisamente com uma recomendação que estará hoje em debate apresentada pelo Grupo do PSD, relativamente à discussão sobre a localização da sala de consumo vigiado que é parte do serviço de apoio integrado na área das dependências que o Município e a Freguesia do Lumiar estão a desenhar para o território da freguesia.-----
----- Temos um problema na área das dependências há largos anos, desde 2014 que estamos a fazer este levantamento localmente a partir da Comissão Social de Freguesias com o envolvimento dos residentes e com o envolvimento da população local, efetivamente chegamos a uma fase que a concretização desta resposta passada pelo início da edificação do espaço, ao mesmo tempo que decorre um processo de consulta pública sobre a mesma.-----
----- A moção do PSD incide precisamente sobre a localização do espaço e é importante frisar e era o que gostaríamos de dar nota também que, a localização é matéria, enfim, a margem que a lei confere não é ampla e, portanto, aquilo que foi possível fazer em articulação com o Município, identificação do espaço é este que nos parece cumprir os requisitos do diploma legal em vigor e que também foi validada com a Administração Regional de Saúde e também pelo SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências) que tem vindo a acompanhar desde o início este processo.-----
----- Adicionalmente também a questão sobre a gestão do espaço decorre, portanto, a discussão pública, portanto, isto é há uma consulta pública a decorrer que tem tido recolha de contributos por parte da população, que terá uma sessão de discussão pública no início de Outubro e que para a qual há total abertura da parte das autoridades locais, das autoridades do município e dos vários intervenientes que envolvem o tecido social da Freguesia do Lumiar, nestes aspetos, portanto, nesse sentido, a proposta que nos é apresentada sobre sua localização não será acompanhada com um voto favorável do Grupo Municipal do PS precisamente, porque avaliada a matéria é fundamental que a resposta social se encontre junto problema.-----
----- E hoje o problema principal é que, de facto, temos consumos a céu aberto a cerca de cem a cento e vinte metros de creches, jardins- de-infância, escolas do ensino secundário e é esse consumo a céu aberto que deixa resíduos, deixa seringas nas hortas pedagógicas, deixa poças de sangue à entrada de edifícios públicos e de residências de pessoas que entendemos ser possível melhorar através da criação de um

espaço dedicado com um acompanhamento de enfermagem, médico, com triagens e com testes de acompanhamento e até despistagem de problema de outra natureza, doenças sexualmente transmissíveis, doenças respiratórias que só uma resposta integrada, conseguimos fazer.-----

----- Achamos que a postura que o PSD tem adotado na Assembleia de Freguesia até ao momento tem sido construtiva, reconhecendo um problema, mas reconhecendo um problema que temos que reconhecer que ele existe num determinado e específico local e é nesse local que temos que ter a resposta no terreno, temos que ter a resposta implementar e, portanto, a alternativa de procurar um espaço onde a sala não faz sentido, onde a resposta não faz sentido, porque precisamente, não temos os consumos e não temos este problema, não nos parece a melhor. Volto a dizer, há total disponibilidade e sempre houve da parte de todas as autoridades envolvidas em tentar identificar as melhores forma de garantir a proteção de comunidade mas, é através de uma resposta desta natureza que se protege a comunidade. -----

----- É isso que acautelar o reforço da saúde pública, é isso que acautelara o sentimento de segurança, por todas as experiencias europeias que tivemos oportunidade de visitar demonstram e que esperemos nós a curto e médio prazo permita desativar o serviço. O objetivo é precisamente logo que ele seja desnecessário seja desativado e, precisamente por isso que a construção foi feita para ser depois adaptada a outras finalidades e seja convertida num outro equipamento social. -----

----- E, portanto, mais do que pararam um processo com uma ampla discussão e com amplo trabalho técnico que corre há muitos anos, parece-nos sim que se deve aprofundar o debate onde ele tem o seu lugar próprio que é o da consulta pública. Sabemos, também, que há uma petição que será discutida aqui na Assembleia Municipal na próxima semana e, obviamente, naturalmente, há tal abertura e espaço da forma como o desenho está feito para acautelar todas estas matérias. -----

----- Finalmente uma pequena nota sobre moção apresentada pelo Deputado Rui Costa, a moção que vai no sentido de similar e onde recomenda que existe e que se desenham um sistema enquadrador para este tipo de respostas. Volto a dizer não é só no Lumiar, também, há uma unidade móvel já em funcionamento com excelentes resultados, noutros pontos da cidade, está prevista também para a Quinta do Loureiro uma resposta similar também com uma sala fixa, mas todo estes processos decorreu nos termos da lei, com as consultas e com acompanhamento local através das associações e das consultas públicas que se pode desenvolver e, portanto, a proposta sendo louvável que permitiria ter uma forma de balizar esta matéria para o futuro ela efetivamente surge a meio de um processo, esta Assembleia Municipal já se pronunciou sobre este tema em 2016, em enumeras moções e recomendações e o acompanhamento do trabalho que era anteriormente do Vereador João Afonso quer atualmente do Vereador Manuel Grilo e o Vereador Ricardo Augusto também pelo meios, tem revelado que este é um assunto que está na agenda da cidade, foi apresentar um diagnóstico sobre os consumos com a articulação com o Governo na devida altura e, portanto, todos os trâmites indispensáveis e concretizadores daquilo que é esta resposta foram dados.-----

----- Uma última e brevíssima nota sobre os dois conceitos que podem ser merecedores de maiores dúvidas. Um que se prende com a ideia da necessidade deste espaço estarem das zonas que estão nas zonas demonstrativamente associadas ao consumo e este é o meu caso, infelizmente, temos uma mancha bastante ampla em que temos a registo da ocorrência de situações de consumo em espaço público e em céu aberto que queremos tirar nesse contexto e a outra que é a não implementação de zonas consolidadas. Ora bem, zonas consolidadas não pode significar fora de zonas urbanas, se assim fosse, se fossem aceites destas recomendações estaríamos numa circunstância de empasse e nenhum ponto da cidade seria possível uma resposta desta natureza, muito tarda e por isso, também, não podemos acompanhar favoravelmente a proposta do Deputado Rui Costa. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto à Senhora Deputada Cláudia Madeira se quer intervir, se tem tempo para isso?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Carla Madeira (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, Senhor Secretário, eu quero intervir. -----

----- O PS congratula-se com a solidariedade do PCP para com o problema das famílias residentes no prédio sito na rua Cruz dos Poais, n.ºs 37^a a 43, na Freguesia da Misericórdia, e cujo proprietário é o IPO. Enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia, Junta onde o PS e o PCP têm um acordo coligatório, também me congratulo com o apoio do PCP nesta Assembleia à situação dramática vivida por estas famílias. -----

----- Esta situação veio ao conhecimento da Junta de Freguesia da Misericórdia em Março deste ano, quando várias famílias nos solicitaram aconselhamento jurídico e apoio social, por terem recebido uma carta do senhorio a comunicar a caducidade dos contratos de arrendamento, e concedendo como prazo para a saída das suas habitações o mês de Setembro. Portanto, um prazo de apenas 6 meses, em plena pandemia. -----

----- Foi efetuado pelos arrendatários tentativa de diálogo com o IPO, expondo a sua situação individual e procurando sensibilizar a instituição para a sua situação de vulnerabilidade, na tentativa de obter uma solução consensual. -----

----- Atendendo à situação pandémica que atravessamos, tivemos todos a esperança de que o IPO teria revisto a sua posição, o que infelizmente não veio a verificar-se. As diligências não surtiram efeito, e o IPO decidiu manter a sua decisão, devolvendo aos moradores as rendas referentes ao mês de Setembro. -----

----- A Junta de Freguesia da Misericórdia tem insistido junto do IPO, procurando sensibilizar para a eminente tragédia que ocorrerá caso a decisão de despejar estas famílias se efetive. Na próxima quinta-feira, vai ter uma reunião com o Conselho de Administração do IPO. Também a Câmara Municipal de Lisboa, através da sua

Vereadora da Habitação, Vereadora Paula Marques, tem vindo a diligenciar e a apelar ao IPO para que reveja a sua posição. -----

----- Como é público e notório, a grave crise originada pela pandemia que grassa em Portugal e no mundo, veio acentuar as assimetrias sociais, mormente nas famílias de parcos rendimentos, como as que ocupam o edifício, algumas constituídas por pessoas de idade avançada e outras com menores a seu cargo. Os rendimentos que estas famílias auferem, não permitiram no período concedido pelo IPO, encontrar alternativa habitacional, e o agravamento das condições socioeconómicas geradas pela diminuição de rendimentos, em resultado da crise pandémica, impedem que se alcance resultados a breve trecho. -----

----- Temo, pois, que se avizinha uma tragédia humanitária de que são alvo pessoas próximas, que nesta freguesia criaram as suas raízes, que nela têm as suas redes de solidariedade. -----

----- Existe neste momento todo o empenho da Junta de Freguesia da Misericórdia e da Câmara Municipal de Lisboa na procura de uma solução para esta situação. Por este motivo, o PS apoia esta recomendação e votará favoravelmente a mesma, apesar de ela propor decisões que já foram tomadas e ações que já estão a ser desenvolvidas. -

----- Não posso deixar de fazer um reparo ao referido pelo PCP na recomendação, de que as políticas de habitação não têm vindo de encontro, nem têm sabido responder, às necessidades da população. Na opinião do PS, não são as políticas habitacionais que continuam deficientes. O que de facto continua deficiente, é a falta de solidariedade existente na nossa cidade. O que infelizmente não terminou neste período pandemia, foi a especulação imobiliária existente na cidade. Infelizmente, a especulação imobiliária continua a sobrepôr-se aos valores humanitários. -----

----- Portanto, é contra isto que temos que continuar a lutar, salvaguardando o direito à habitação e a defesa das pessoas mais vulneráveis da cidade de Lisboa.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- O PS esgotou o seu tempo. Pelo que dou a palavra à Senhora Deputada do PSD Ana Mateus e prepara Isabel Pires.-----

----- Ana Mateus, faça Favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Antes de mais os meus cumprimentos ao Senhor Presidente e aos restantes membros da Mesa e a todos os presentes. -----

----- O PSD tendo as recomendações a apresentar, uma delas e vou já começar pela sala de consumo assistido, Lumiar e pese embora a intervenção do Senhor Deputado Delegado Alves, eu não consigo perceber como é que está a dizer que estava uma consulta pública, quando parece-me a mim que foi uma das grandes revoltas dos próprios fregueses será certamente esta questão da consulta não ter ocorrido, não ter havido uma consulta prévia, portanto, um dos maiores flagelos da sociedade é sem

dúvida, o problema relacionado com a adição e, numa primeira instância para os próprios e depois para a família, amigos e para todos nós. -----

----- Queremos antes de mais aqui também dizer que em relação a estas matérias não existe qualquer preconceito ideológico antes pelo contrário, estes problemas existem e têm de ser tratados com seriedade e responsabilidade. -----

----- O que é que nós estamos aqui a ver? Nós estamos aqui a discutir uma questão que é um Decreto-Lei, o Decreto-Lei n.º183/2001 de 21 de junho que estabelece que a localização das salas de consumo assistido, deve tanto quanto possível evitar a exposição a não utentes, o que não é o caso em questão, porque segundo aquilo que nos chegou e pelos vistos também está a decorrer uma petição que ainda iremos ouvir depois na 6ª Comissão e salvo erro noutras Comissões, supostamente esta sala será localizada junto de um local residencial, de um Jardim-de-infância, de diversas escolas, junto de uma universidade da terceira idade e ao pé da estação do metro Lumiar sem que tenha havido aqui, insisto outra vez, na consulta prévia. -----

----- Portanto, recordamos ainda que a Assembleia de Freguesia aprovou sem votos contra e por larga maioria sob proposta, também, do PSD e com votos favoráveis de todos os grupos políticos, a criação de uma sala de consumo assistido numa localização adequada à proteção de saúde, portanto, ou seja, o PSD não é contra a sala de consumo agora não poderá ir contra aquilo que é proibido por Lei que é estar localizada em sítios que são frágeis. -----

----- Portanto, neste sentido o Grupo do PSD o que vem aqui propor é que se proceda então, já que não houve a consulta pública, apesar do Senhor Deputado de ter dito agora que está a haver neste momento, eu desconheço e tanto mais vê-se na revoltados próprios peticionários e nos próprios membros que representam a Assembleia do PSD, portanto, aquilo que se pretende é que se proceda à transferência da mesma para outra zona que reúne as condições necessárias para apreciação da sua finalidade, é só isto que o PSD está a pedir. -----

----- Também, vamos apresentar e estamos a apresentar uma recomendação que, voltamos à guerra que é após a primeira fase de implementação da pista ciclável bidirecional ao longo do eixo da Rua Palma, Avenida Almirante Reis, o trânsito tem-se revelado caótico. As medidas implementadas não que foram acompanhadas de qualquer avaliação dos riscos e das situações podem decorrer de circular de um modo de transporte guiado que é o elétrico. -----

----- Neste sentido, ascendente a implementação da pista ciclável do lado esquerdo da faixa de rodagem, que deixa uma única via para todo o restante tráfego: elétricos, autocarros, transporte particular, motas e pesados. -----

----- Não se conhece qualquer estudo que avalia ou suporta as implicações desta redução de mais de 50% do espaço destinado a circulação, nomeadamente nas ruas adjacentes no comércio nas cargas e descargas os veículos prioritários são obrigados a circular pela ciclovia em marcha de emergência face ao congestionamento da via do lado direito que dificilmente um carro de bombeiros consegue aí circular. -----

----- Com esta solução a já baixa velocidade comercial do transporte público é ainda mais penalizada, com o conseqüente pior serviço aos utilizadores. -----

----- O comércio local já de si que os tiraram com as dificuldades presentes, vê ainda mais prejudicada a sua atividade uma vez que as cargas e descargas são inviabilizadas e acessibilidade as suas lojas drasticamente reduzida. -----

----- Os hotéis e alojamentos locais são também prejudicados no que toca à acessibilidade aos momentos e nas operações de transporte de malas e outros pertences. -----

----- Portanto, assim o Grupo Municipal do PSD propõe tanto que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara: a reversão imediata desta intervenção, até que seja efetuado o escrutínio de todo o processo que levou à implantação desta solução, nomeadamente quem decidiu? Quem executou os estudos e qual o técnico que os assinou? Que serviços da Câmara foram envolvidos ou se não foram? Quais as normas técnicas e legais foram aplicadas? -----

----- Que seja disponibilizada à AML (Assembleia Municipal de Lisboa) também, o estudo que suportou esta solução? Que, caso esse estudo seja inexistente que os serviços competentes da Câmara se pronunciam sobre a solução adotada? -----

----- Que seja criada uma Comissão de Acompanhamento Implementação das Pistas Cicláveis, envolvendo técnicos dos serviços da Polícia Municipal, da PSP, das associações ligadas às bicicletas, das juntas, das associações comerciantes, enfim, de se tentar consensualizar estas intervenções. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada. -----

----- Tem a palavra Senhora Deputada do Bloco de Esquerda, Isabel Pires e prepara Inês Sousa Real. -----

----- Deputada Isabel Pires, por favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Secretário, cumprimentar o Senhor Presidente e todos e todas -----

----- O momento em que retomamos a atividade da Assembleia Municipal, ele coincide também com um momento de enfrentar novos desafios, a nível nacional e a nível local e isto tem a ver com a resposta à crise sanitária que sabemos que não está terminada, mas ao mesmo tempo é preciso ir fazendo avanços na forma como organizamos a cidade e as suas atividades para fazer face à mitigação necessária. -----

----- Por isso, começamos por apresentar um voto de saudação ao Serviço Nacional de Saúde, porque achamos que não é demais assinalar a data da criação de um dos instrumentos mais eficazes no combate às desigualdades, até pela importância fulcral que tomou no ano de 2020, porque hoje está mais do que claro que não fosse o SNS (Serviço Nacional de Saúde) e a resposta sanitária à crise pandémica que vivemos não seria aquela que nós tivemos. -----

----- E, portanto é preciso reforçar a garantia de investimento em serviços públicos essenciais como a saúde deve ser uma constante e por isso consideramos importante

assinalar esta data e a defesa do serviço nacional de saúde, que alguns ainda tentam dizer que é supérfluo e não é necessário.-----

----- Por outro lado, recomendamos também, na recomendação que apresentamos um reforço de verbas para as juntas de freguesia no orçamento para 2021. Isto tem a ver com o que está em curso, há alguns anos, um processo de aprofundamento de delegação de competência, seja do Estado para os municípios como destes para as freguesias, portanto, tem-se verificado que é importante dotar estas últimas de meios suficientes para cumprirem a sua missão e também porque vamos atravessar um ano complicado um ano difícil e exatamente por causa disso, do ponto de vista da crise social e económica que se prevê que possa ainda afetar ainda mais nos próximos meses e que se poderá aprofundar é preciso nesse contexto dotar as freguesias dos meios necessários para fazer face ao ano difícil que se adivinha e, portanto achamos que era importante desde já dar início a esse processo daí a recomendação apresentada.-----

----- Depois apresentamos uma Moção, também, relativamente à eleição das CCDRs (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), sobre essa matéria a posição do Bloco de Esquerda é conhecida e temos vindo a tecer muitas críticas a um processo que está muito longe de ser tão democrático e transparente quanto deveria ser. A eleição de um presidente da CCDR para os próximos cinco anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece obviamente qualquer legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si os cargos de presidente nas várias CCDR, num processo que como disse inicialmente tem muito pouco de democrático.-----

----- Para além de fica cada vez mais evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização que esta consagrada na Constituição da Republica Portuguesa. Por isso nos opomos ao processo em curso e achamos que seria importante dar essa nota nessa Moção.-----

----- Relativamente aos documentos das restantes forças políticas, nós acompanharemos uma grande maioria. No entanto, gostaríamos de deixar já algumas notas: sobre o voto 116/05, do CDS, iremos votar contra e apresentaremos uma declaração de voto por escrito, consideramos que este processo é muito delicado, dura há já largos anos, não se compreende como é possível num voto destes deixar de fora da equação o estado palestiano, que tanto tem sofrido às mãos do estado de Israel. ---

----- E, também sobre a moção 116/02, do CDS, iremos pedir a votação do ponto 1 separadamente que depois deixarei por escrito para os serviços poderem ver melhor.---

----- E estou mesmo a termina, mas relativamente à Recomendação 116/08 do PSD votaremos contra. Nós obviamente não podemos acompanhar o tom da proposta nem o seu conteúdo. Porque as salas de consumo vigiado estão na lei há vinte anos e só agora se está a avançar para uma solução que é absolutamente necessária como até já foi referido nesta reunião. E no caso concreto do Lumiar, houve um trabalho grande e complexo de articulação com a Junta de Freguesia e no local com as pessoas. Construiu-se um projeto completo de ligação aos cuidados de saúde e apoio social, a partir das necessidades identificadas e das recomendações dos profissionais. E,

portanto, achamos que deitar tudo a perder sem razão justificada que não seja o preconceito não é aceitável neste momento. -----

----- E por fim, mesmo a terminar sobre a Recomendação 116/01, dizer que iremos votar abstenção. O ano letivo, como sabemos, está a começar com um desafio sem igual que é a pandemia, tem havido reuniões e contactos regulares entre Câmara e diretores para essa preparação, mas sabemos que decorrente do processo de descentralização, para as quais, aliás, o Bloco de Esquerda foi contra, que implica um novo CMEL com novas nomeações de cada conselho geral, portanto, é preciso tempo para este processo ser terminado e obviamente, o CMEL deve acontecer, deve reunir, mas achamos que é preciso dar o tempo necessário de adaptação às novas regras, nomeadamente a descentralização e ao momento em que vivemos. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- O Senhor Deputado Miguel graça pediu a palavra para um esclarecimento ao Grupo do Bloco de Esquerda, faça favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “Obrigado. -----

----- Antes de mais os Deputados Municipais Independente Cidadãos por Lisboa gostariam de apontar a importância e sinceridade de um dos votos de saudação apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados. A situação no campo de refugiados de Mória é extremamente importante que este assunto seja abordado e debatido aqui nesta Assembleia Municipal, até pelo facto, da Câmara Municipal de Lisboa acolher desde 2015 refugiados de vários programas de recolocação e requerentes de asilo. -----

----- Gostaríamos de pedir esclarecimento, ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda era que se poderia dividir em duas alíneas a parte deliberativa do voto de saudação, dado que são abordados dois assuntos distintos. Um assunto é uma saudação ao Município de Lisboa e outro é um apelo ao Governo. Pois se nada nos obsta em nos falar ao Município Lisboa e ao Vereador Manuel Grilo pelo simples facto que está disponível para responder à catástrofe humanitária em Mória, por outro lado, considerando um pouco bizantino a Esquerda apelar ao Governo para mobilizar equipamentos, orientar parte do financiamento para reabilitação e construção de equipamentos com função habitacional, quando foi o próprio Vereador Manuel Grilo a desperdiçar um milhão de euros em financiamento europeu sem uma candidatura que o anterior Executivo Municipal tinha apresentado em 2017 para ampliar o Centro de Acolhimento Temporário do Lumiar, que bem poderia ajudar esses requerentes de asilo que irão chegar em breve à cidade de Lisboa.-----

----- Aliás, se não estou em erro este mesmo documento foi apresentado com os dois pontos em separado pelo Vereador Manuel Grilo na reunião de Câmara do passado dia 17 de setembro, mas o segundo ponto foi chumbado em Câmara com os votos

contra do PS e dos Cidadãos por Lisboa, abstenção do CDS e do PCP, apenas os votos favoráveis do Bloco de Esquerda e o PSD. -----

----- Não sei se juntarem nos pontos, para ver se ninguém reparava ou se passava ou se foi apenas um lapso, mas qualquer que seja o caso era para dizer que estamos atentos. -----

----- Assim sendo e para terminar, são dois assuntos distintos e dirigidos a entidades diferentes, o Município de Lisboa e o Governo, pedíamos ao Grupo Municipal do Bloco de Esquerda a separação dos pontos de parte deliberativa no voto de saudação.--

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não sei se o Bloco de Esquerda, querem usar da palavra para responder rapidamente?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Quer dizer, eu acho que não foi um pedido de esclarecimento foi uma intervenção no Senhor Deputado Miguel Graça mas, da nossa parte, obviamente que não nos opoemos a que possam ser separados os pontos para votação, portanto, não temos qualquer problema com isso!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Obrigado. -----

----- Tem a palavra, então a Senhora Deputada do PAN, Inês de Sousa Real, por favor e preparam os Independentes do CPL, Teresa Craveiro, Ana Gaspar e António Avelãs.

----- Senhora Deputada Inês de Sousa Real, por favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Secretário, serei eu a falar!-----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimas e Excelentíssimos Deputadas e Deputados e Comunicação Social. -----

----- Iniciamos mais um período de trabalho na Assembleia Municipal de Lisboa, com a enorme diferença de que estamos a viver um duro combate à Covid 19, num contexto marcado por uma grave crise social e económica, ao mesmo tempo que vivemos uma crise climática, cujos efeitos marcam diariamente a agenda a nível nacional e mundial. -----

----- Por tudo isto, esperamos que seja um reinício de trabalhos em que, apesar das eleições autárquicas se estarem a aproximar, independentemente de cores políticas, trabalhemos em conjunto para alcançar um objetivo comum: o bem da cidade de Lisboa e dos seus habitantes. -----

----- Dito isto, hoje trazemos aqui duas recomendações. -----

----- Com a primeira pretendemos contribuir para que o ano escolar corra da melhor forma possível, reconhecendo o esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer. ---

----- Assim, propomos que seja aprovado recomendar à Câmara Municipal que esta reforce o transporte escolar coletivo, gratuito, de modo a abranger mais estabelecimentos escolares, garantindo as condições impostas pelas autoridades de saúde, procurando assim: -----

----- - minimizar o receio dos pais em que os seus filhos utilizem os transportes públicos para ir e vir da escola, oferecendo uma alternativa segura;-----

----- - evitar, desta forma, que tenham de recorrer aos seus veículos privados para este tipo de deslocações; -----

----- - e, por fim, acompanhar as preocupações e medidas já expressas na Estratégia para a Mobilidade de Lisboa, MOVE, no que se refere ao congestionamento de tráfego causado em torno de muitos estabelecimentos escolares. -----

----- Neste mesmo documento, propomos ainda que a Câmara Municipal de Lisboa dote as escolas públicas de computadores e de outros recursos digitais necessários e que proceda a um novo levantamento de necessidades nesta matéria, dado que o anterior foi realizado num período muito atribulado e com elevada pressão, para que, na eventualidade de ocorrerem novos períodos de confinamento, a comunidade escolar possa dar continuidade ao ensino, com a tranquilidade e segurança necessárias. -----

----- Quanto à outra recomendação que hoje apresentamos: a Covid-19 revelou em muitas áreas as nossas fragilidades enquanto sociedade, tendo os direitos humanos estado em perigo agravado. -----

----- De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o número de casos de violência entre parceiros íntimos e contra crianças aumentou até 60% durante o confinamento imposto pela pandemia do novo coronavírus, e Portugal inclui-se nestes números.-----

----- Assim, vimos pedir mais apoios para as vítimas de violência doméstica, neste caso para as que sejam detentoras de animais de companhia e que, por falta de condições para estes, hesitam na sua saída da situação de abuso, colocando-se a si, e muitas vezes aos seus filhos, em risco. -----

----- Sendo usual que um agressor comece a escalada de violência pelos maus-tratos ao animal da família, com o objetivo de intimidar a vítima, sendo este um evidente sinal de alarme para a possibilidade de existir violência doméstica no seio familiar, penalizar e monitorizar estes ataques pode também ser um instrumento de prevenção. -

----- E, no que diz respeito à violência doméstica e a qualquer outra problemática que coloque os direitos humanos em causa, a prevenção nunca é demais!-----

----- Assim, propomos:-----

----- - Que sejam criadas condições nas casas abrigo para que as vítimas possam levar consigo os seus animais de companhia e, sempre que tal não seja possível, para que estes sejam direcionados para estruturas onde estejam protegidos do agressor;-----

----- - A criação pela autarquia de um programa específico para o apoio a crianças e jovens que residam em ambiente familiar em coocorrência de violência doméstica e crimes contra animais de companhia, de modo a proporcionar-lhes uma interação positiva com animais; -----

----- - Implementar como um dos objetivos do programa municipal contra a violência doméstica a sinalização da presença de maus-tratos a animais de estimação enquanto indicador e preditor da violência nas famílias; -----

----- - Incentivar a realização de estudos, junto de entidades ligadas à saúde mental, que visem identificar variáveis psicológicas e sociodemográficas que possam ser preditoras de maior risco para as crianças que passem por este tipo de situações de desenvolverem perturbações emocionais; -----

----- - E, por fim, a promoção de ações de formação/sensibilização sobre maus-tratos a animais de companhia em contexto de violência doméstica, para profissionais de diversas áreas; -----

----- Quanto aos documentos apresentados pelas outras forças políticas, iremos votar em sentidos variados. -----

----- Muito Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra a Senhora Deputada, Teresa Craveiro por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Teresa Craveiro (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde, Senhor Presidente, Caros Deputados, enfim, um ano que nos espera como grandes desafios de cidadania e de acompanhamento ainda no contexto de pandemia. -----

----- Relativamente, a ordem de trabalhos hoje, nós temos um documento que falará o Deputado Avelãs e queremos saudar os votos efetivamente sobre o aniversário do Serviço Nacional de Saúde que conseguiu comportar-se e funcionar como um grande garante daquilo que na pandemia e naquilo que ela está a espelhar. -----

----- No entanto, achamos que deveríamos e continuaremos nós a trabalhar para que haja um debate da rede hospitalar na Área Metropolitana de Lisboa, para que também saíamos e sabemos, enfim, os dinheiros que hão de vir aí, possamos, no fundo, saber aplicá-los e ficaram os próprios profissionais e os utentes com melhor reforço dessa área. -----

----- Relativamente ao voto 116/05, é evidente que não estaremos de acordo com ele, porque traz a outra parte da Palestina. -----

----- Relativamente ao reforço, estamos de acordo com o reforço do Partido Comunista relativamente a todo o ano escolar e, também, do PAN que articula com a questão dos transportes e a questão digital. Os transportes penso que vão levar um grande trabalho permanente até semanalmente, os transportes escolares precisam de um trabalho muito apurado. -----

----- Por último, relativamente às recomendações, não estamos de acordo com algumas delas, chamamos atenção que a questão da Quinta do Ferro é importante, mas que é um trabalho já alargamento trabalhar com os Bip-Zip e precisa que o pelouro do Urbanismo também pegue nesta matéria, não é do pelouro da Habitação só! -----

----- E simultaneamente, aquela proposta que vem aqui sobre o IPO é preciso que o IPO também não tenha um tratamento especulador e tenha um comportamento, de facto, de como proprietário no ponto de vista da coesão social, portanto, pensamos que poderá a Câmara articular, mas nunca jamais vir da Câmara a comprar no quadrante corroborando comportamento. -----

----- Por último, não estamos de acordo com o pôr em causa completamente a questão da ciclovia da Almirante Reis e simultaneamente, porque estamos de acordo e aparece-nos importante avaliar o comportamento das ciclovias e aí votaremos com uma proposta sobre a mesma. -----

----- E por último, relativamente à sala assistida é evidente que não podemos aproveitar esta matéria que é sempre controversa, aproveitar para estar na estaca zero! É um caminho que se vai fazendo, é um caminho pedagógicos que tem que se fazer com as populações porque, de facto, também, a situação como está até há pouco tempo e aí a própria Comissão Social da Freguesia corrobora que não pode continuar. -

----- Portanto, votaremos no fundo desta maneira e achamos que é preciso é que as Juntas de Freguesias e os pelouros monitorizem as soluções. As soluções do urbanismo tático não são só penas nas esplanadas, o urbanismo tático é também nestas matérias quando avançamos e verificamos quais é que são os efeitos e o que é que podemos recuar ou avançar!-----

----- Era um bocadinho esta mensagem que gostávamos de deixar, monitorizar, articular com a população e avançar nas propostas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, António Avelãs (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dizer que apresentamos uma recomendação, dirigida ao Conselho Municipal de Educação de Lisboa, por entendermos que num período imprevisível como é o que vai acontecer nas nossas escolas é a ação conjunta dos poder de proximidade, ou seja, o Conselho Municipal, mas também as juntas de freguesia num trabalho conjunto, coordenado em que há troca de experiências, em que a discussão de projetos pode ser fundamental para responder de uma forma muito eficaz às situações que se vão do pôr, nomeadamente no que diz respeito ao transporte dos alunos, no que respeito à ocupação dos tempos livres, no que diz respeito à recuperação dos alunos com mais com mais atrasos, etc. -----

----- Pensamos que excepcionalmente os presidentes de junta ou os responsáveis pela educação, deveriam ser chamados a participar nesta primeira reunião do Conselho Municipal de Educação, para coordenar respostas e termos uma visão global do que se passa na educação em Lisboa. -----

----- Muito obrigado. -----

----- Eu não sei se ainda há tempo para a Ana Gaspar usar da palavra? Já não tem tempo!” -----

----- CDS, Margarida Penedo, faça favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Mas deixem-me só dizer uma coisa?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não tem tempo!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Gaspar (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Desculpem só num segundo!-----

----- É que para nós parar de algum modo e percebemos tudo, mas parar de algum modo esta questão das salas de consumo assistido, queridos companheiros de todos os quadrantes e sabem como extinto, é parar o futuro e isso não podemos fazer, em nome daqueles que desejamos todos nós amparar e ao quais precisam de nós cada vez mais! Não se pode parar o futuro mesmo! -----

----- Obrigada!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Tem a palavra o CDS com os Deputados Margarida Penedo e Diogo Moura, e prepara o Deputado Independente Rui Costa.” -----

----- Senhora Deputada Margarida Penedo, por favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Margarida Penedo (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- O Acordo Abraão assinado por um lado por Israel e por outro lado pelo Bahrein e pelos Emiratos Árabes Unidos decide normalizar a convivência e estabelecer relações diplomáticas plenas, entre este estado lança a base para uma paz duradoura no Médio Oriente, só isto por si já seria motivo de saudação e o CDS nem sequer consegue compreender como é que há algum fanatismo impede que se vote a paz numa zona do globo tem sido tão massacrada. -----

----- Salientamos três aspetos que são os seguintes; por um lado segundo este acordo Israel suspende os planos de anexação para grandes áreas da margem ocidental do Rio Jordão e com isto afasta um dos principais fatores de atrito nas relações de Israel com os Estados Árabes da região e abre caminho à uma Constituição de um Estado Palestiniiano, antes disso, não havia caminho nenhum! -----

----- Este acordo de normalização entre o Estado de Israel e estes dois Estados do Golfo é o terceiro momento e é um momento crucial num processo iniciado em 1979 com a assinatura do Tratado de Paz com o Egito, sim! Eu recebi algumas observações a dizer que os acordos de Camp David tinham sido em 1978, é verdade! Mas o Tratado de Paz, que se lhe seguiu e a que este acordo de Camp David deu origem foi assinado em Washington em 1979, por Menachem Begin de Israel da parte de Israel e Muhammad Anwar al-Sadat por parte do Egito. Mais tarde em 1994, houve um segundo momento com o entendimento entre Israel e a Jordânia. -----

----- O terceiro aspeto é que a serenidade e a normalização da vida do Médio Oriente é um interesse estratégico não só dos Estados imediatamente implicados na região, mas

de todos os estados do mundo e de todas as forças que estão genuinamente empenhados em contribuir para a paz e para a segurança global. Fazemos votos entre outras coisas e, sobretudo, que este exemplo, se multiplique, porque até se conseguir a paz efetiva em toda aquela zona ainda vai ser preciso dar mais alguns passos. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário. -----

----- Boa tarde a todos, esperto que estejam de boa saúde. -----

----- O CDS traz hoje à Assembleia, para além deste voto que foi agora apresentado, um outro voto de saudação a Ana Rocha de Sousa que conhecem de atriz e, também, realizadora e que foi extinta muito recentemente na edição deste ano no Festival de Cinema de Veneza e, portanto, deixamos aqui uma saudação que nos parece mais do que justa um reconhecimento internacional de uma portuguesa e, portanto, é motivo de orgulho para todos.-----

----- Mas temos também uma Moção sobre dessalinização da água e a criação de estações. Eu não vou maçar com aquilo que é o conteúdo texto, com veem ele é muito completo e é bastante informativo sobre aquilo que é a situação atual em Portugal, mas, também, no mundo neste últimos cinco anos, em particular com aquecimento do planeta, aquilo que é a interferência e as implicações que tem, não só no presente, mas que vai ter num futuro muito próximo e, portanto, é necessário criar meios eficientes de gestão de recursos híbridos.-----

----- E, portanto, um deles é o planeamento das estações de salinização de água do mar a instalar, obviamente em regiões mais críticas e, portanto, o que aqui exortamos o Governo é que faça este mesmo estudo com a Academia, com entidade competentes e com os municípios para que se possa implementar o mais rápido possível, para que não cheguemos a um momento de escassez em que a preparação desta solução será de difícil implementação a curto prazo. -----

----- Apresentámos, também, uma Recomendação sobre a Quinta do Ferro. É um assunto trazemos aqui desde 2008, voltamos a trazer em 2012, 2016 e ainda este ano.--

----- A Quinta do Ferro é situada na Freguesia de São Vicente maioritariamente o seu território propriedade do Município de Lisboa e a verdade é que necessita urgentemente de uma regeneração urbanística. Foram feitos alguns procedimentos e projetos no âmbito do Bip/Zip e um projeto urbanístico por parte do Arquiteto Tiago Mota Saraiva, mas a verdade é que falta aqui o pendor principal deste tema que é o pelouro do Urbanismo. Tem que ser com a alavanca, “o empurrão”, entre aspas se me permitem, do pelouro do Urbanismo que poderemos voltar a dar as condições mínimas a estas pessoas. Nós estamos a falar de pessoas que em 2020, do século XXI, num ano em que estamos a sofrer este surto pandémico, muitas delas não têm água potável, não têm saneamento básico, virem casas que arderam, e casas que estão

inacabadas e, portanto, isto dá a ver a forma como algumas pessoas vivem em condições completamente desumanas.-----

----- E, portanto, pedia-vos que nos acompanhassem neste ponto, a sensibilizar a Câmara nesse sentido, porque me parece de elementar justiça até por uma questão humana, mas também de confortabilidade e de habitabilidade numa cidade que muitas vezes tem esta realidade que está escondida e não é conhecida por muitos. -----

----- O tempo é muito pouco, mas eu queria ainda comentar a Recomendação sobre as salas de consumo assistido, no Lumiar. A posição do CDS sobre as decisões que a Câmara tomou em relação ao Lumiar e Quinta do Loureiro são conhecidas, também temos dados que comprovam o contrário daquilo que vem sendo dito pelo Bloco de Esquerda e, também, pela Câmara Municipal a Lisboa. -----

----- O PSD coloca no seu texto uma recomendação que a prova a sala de consumo assistido no Lumiar, o CDS não votou a favor na Assembleia de Freguesia do Lumiar, nesse sentido. Votou sim, que o processo se encontra a correr estava mal executado sem conhecimento da população e, portanto, foi isso que nós estamos favoravelmente, que houvesse maior participação. -----

----- Dizer, também, que o CDS desde 2018 tem apresentado inúmeras recomendações na Assembleia de Freguesia do Lumiar exatamente neste sentido.-----

----- As questões são conhecidas, a opção pela sala de consumos assistido, nós temos a falar na quarta freguesia onde existe consumo e, portanto, as primeiras salas têm sempre uma opção de sala de consumo assistido móvel. Há vários especialistas que dizem o contrário, o próprio João Goulão do SICAD, afirmou muito recentemente, o combate a toxicodependente tipo *fast* e, portanto, este tipo de resposta já não é uma prioridade para a SICAD, existem unidades hospitalares, nomeadamente na Freguesia do Lumiar que podem dar uma resposta e podem receber este tipo de equipamentos. ---

----- Indo ao encontro daquilo que é a proposta do PSD e que nós concordamos, há uma violação grave por parte da Junta e da Câmara do Decreto-Lei n.º 183 de 2001 quando refere que não pode haver este tipo de equipamentos junto a zonas centrais e comerciais, quem conhece a zona sabe que há estabelecimentos de ensino, creches, o próprio CAF (Centro de Artes e Formação) da Junta de Freguesia é mesmo ao lado, portanto, estamos a falar de uma zona e de uma instalação, um equipamento que viola claramente a Lei, portanto, não é como o Bloco Esquerda disse aqui há pouco “é preconceito”, não é a violação da lei! E a Câmara e a Junta de Freguesia atuam com uma violação da Lei. -----

----- Depois o Senhor Presidente da Junta diz que há uma consulta, pois muito bem, nós, neste momento, estamos assistir à construção deste equipamento, a consulta pública foi aberta, continua aberta há imenso tempo, a obra continua avançar, mas a Junta, hoje foi dito que sim que vai fazer em Outubro, mas não promoveu até hoje uma discussão pública, não tem respondido aos fregueses e, também, não promove sessões de esclarecimento.-----

----- De resto, o próprio PS propôs em Assembleia de Freguesia do Lumiar, já em Setembro de 2008 que houvesse um largo e amplo debate público na freguesia. Ora, o próprio Partido Socialista na Freguesia de Lumiar não o fez até hoje e já passaram

exatamente dois anos. E, portanto, eu pergunto para que serve então uma consulta pública, se a consulta pública não é tida em conta e já temos uma obra? Como digo é ilegal ao abrigo do Decreto-Lei n.º 183 de 2001 é ilegal e, portanto, era isto que nós queríamos falar da tónica, em primeiro a violação, em segundo naquilo que é a opção.-

----- Mas hoje de manhã, eu não sei se os senhores deputados tiveram oportunidade de assistir! Hoje de manhã foi publicado o relatório do Observatório Europeu para a Droga e Toxicodependência e foi apresentado publicamente até deu em direto em vários canais de televisão, pelo do João Goulão e o Doutor João Goulão do SICAD, diz que o relatório conclui que os padrões de consumo alteraram-se e que os consumidores não consomem já no local de tráfego. E, portanto, um dos critérios para que exista uma sala de consumo assistido fixa, é estar no local onde há consumo e consequente tráfego. O que acontece neste momento e os estudos europeus o comprovam é que, neste momento com a “urberização”, digamos assim, da compra de droga, elas já não é consumida no local de compra e, portanto, isto acaba por deitar por terra uma das teorias da constituição e da implementação das salas de consumo fixo. -----

----- E, portanto, deixamos também aqui este apelo, para que a Câmara e a Junta de Freguesia voltem a olhar para este assunto, olhem para este relatório, falam com o SICAD que é o angelizador primeiro desta matéria e que percebam que esta solução tem que ser revista, exatamente por causa deste relatório e por outras matérias.-----

----- Perguntar se é respeitada aquilo que é a vontade da população, porque a população não participou em nenhum debate público alargado, neste momento, temos não uma, mas duas petições que entraram Assembleia Municipal contra a sala de consumo assistido no Lumiar e, portanto, eu acho que é preciso primeiro dar voz a estas pessoas e pensarmos e refletirmos em conjunto numa solução, uma solução que como já aqui alguém disse, que tenha respeito por estas pessoas e por aquilo que é o apoio, o encaminhamento, mas retirar as pessoas do consumo e do tráfico de droga. ----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rui Costa e prepara o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT.-----

----- O Deputado Rui Costa beneficia, também, do tempo do Deputado Raúl Santos.”--

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rui Costa (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu contrariamente daquilo que vem sendo dito pelo PSD e pelo CDS, não acredito que haja uma ilegalidade na escolha do local para a sala de consumo assistido do Lumiar, aliás, preocupa-me exatamente que não seja possível se indicasse se há ou não uma ilegalidade, é que em boa verdade os conceitos que estão definidos na Lei são de tal forma amplos que nenhum tribunal a não ser no caso de uma violação

absolutamente flagrante, poderá dar razão a qualquer providência cautelar ou a qualquer queixa.-----

----- E o que se quer, de facto, e o que eu pretendo com a Recomendação não é acabar com as salas de consumo assistido ou com a sua perspectiva, é legitimá-las pelo apoio e pela não oposição da população, que não pode ser confortada com o facto consumado de apenas uma localização que a população estará a favor ou contra as próprias salas em si e não entrará no debate e, por outro lado que haja critérios mínimos que, haja critérios mínimos que auto-vinculem a Câmara Municipal nesta matéria, designadamente, na questão da proximidade de estabelecimento escolares, que não tem sequer necessidades de explicar aqui. -----

----- Agora, como é evidente para o Senhor Presidente da Junta que é um homem honesto, que é um homem sério, que abraça convictamente esta causa, aquilo que lhe é mais conveniente é, de facto, a defesa da ausência destes esquemas de definição e de predefinição para que possam ser indicados os locais de localização das salas e, enquanto isso não for feito, não é sério, não conquistarão a população e, sobretudo servem muito mal a causa que pretendem, de facto, servir. -----

----- Infelizmente, é assim e em boa consciência apresento esta proposta, porque sei que contra a população, com certeza, nada farão e colherão os efeitos e exporão provavelmente, as pessoas que pretendem ajudar em situações piores, mas, enfim, cada um fica com a sua consciência e com o modo de exercício do seu mandato.-----

----- Entretanto, alguém que não assumiu estas responsabilidades devidamente, se anda a rir por outro lado, levando o Senhor Presidente de Junta a cruz ao calvário! -----

----- Disse!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT e prepara o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves. -----

----- Senhor Deputado José Inácio Faria, faça favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio de Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Secretário, em primeiro lugar gostaria de perguntar ao Senhor Presidente, já agora, porque é que a seguir ao meu nome e ao da Senhora Deputada do PPM aparece a menção de convidados, mas, enfim! -----

----- Passando à intervenção, gostaria de referir que nesta primeira sessão ordinária depois das férias, o Grupo Municipal do Partido da Terra, traz aqui a este Plenário duas recomendações. -----

----- A primeira Recomendação é a n.º 116/11, pela “defesa urgente das lojas com história de Lisboa, face aos impactos da epidemia da COVID-19 no comércio”, e esta recomendação surge da preocupação que este Grupo Municipal sente pelos impactos socioeconómicos da pandemia do COVID-19 no comércio local e à especial vulnerabilidade das lojas com história, cuja o património história e identidade, entendemos que urge preservar. -----

----- Apresentamos assim uma Recomendação para a criação de um Plano Específico de Emergência para a Proteção e Promoção das lojas com história, que abranja não só o reforço em sede do orçamento municipal, do Fundo Municipal Lojas com História, mas também, a ampliação do conjunto de benefícios fiscais concedidos a este tipo de estabelecimentos e o alargamento do alcance deste projeto a todas as freguesias de Lisboa na ótica da preservação do comércio como fator social e não puramente económico.-----

----- O segundo documento que o Partido da Terra traz aqui é a Recomendação n.º 116/12, para uma melhor mobilidade para as pessoas portadoras de deficiência visual e recomendamos algumas medidas no sentido de melhorar a mobilidade para as pessoas portadoras de deficiência visual que circule na cidade de Lisboa. Há seis anos atrás, esta Assembleia Municipal aprovava por unanimidade, o Plano de Acessibilidade Pedonal com o objetivo de transformar a via pública de Lisboa mais inclusiva a todos os que a usam no sentido de a tornar mais confortável e segura para quem circula na cidade, principalmente para quem tem dificuldades de locomoção, como é o caso das pessoas portadoras de deficiência visual.-----

----- Volvidos seis anos, nada disto aconteceu, Lisboa continua a ser uma cidade só para alguns e muito pouco inclusiva para quem é portador de alguma deficiência, especialmente de deficiência visual, sendo particularmente difícil circular em passeios em mau estado de conservação, atravessar passadeiras sem sinalização sonora, perceber onde se transita de uma via pedonal para uma ciclável e evitar obstáculos semipermanentes não sinalizados como são o caso das esplanadas espalhadas um pouco por todo o lado.-----

----- Por outro lado, a rede de transportes públicos ainda não é o aliado que todos desejávamos na promoção da autonomia desta franja da população, razão pela qual entendemos hoje aqui apresentar algumas recomendações que poderão servir para melhorar a qualidade de vida e potenciar a inclusão das pessoas portadoras de deficiência visual nas dinâmicas sociais na cidade de Lisboa.-----

----- Relativamente, aos documentos apresentados pelos demais grupos municipais gostaria de destacar os seguintes: em primeiro lugar a Recomendação n.º 116/09 apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, “pista ciclável na Avenida Almirante Reis, Rua da Palma, o caos no trânsito mais poluição e a morte anunciada do comércio”, porque vai ao encontro das preocupações que o MPT, também hoje aqui traz através da sua recomendação, que eu acabei de referir, “melhor mobilidade para as pessoas com deficiência visual” e porque também nós, ao longo das últimas sessões desta casa, fizemos várias referências a esta ciclovia que entendemos ser perniciosa para a cidade e para os lisboetas, porque coloca em risco quem circula de bicicleta e é uma ameaça para quem a atravessa e cria situações de perigo para quem o faz de automóvel circulando a menos de um metro e meio de distância.-----

----- A supressão de uma das faixas de circulação, para além de comprometer a segurança de quem usa aquela artéria, compromete também a fluidez do trânsito no sentido Martim Moniz - Areeiro, para já não falar do facto dos veículos de emergência

que utilizam a ciclovias, o que coloca em risco a segurança de todos, especialmente dos ciclistas. -----

----- Termino, Senhora Secretária, referindo que não iremos acompanhar a Recomendação n.º 116/04 do PAN, “pela garantia de apoio às vítimas de violência doméstica que tenham animais de companhia”, o MPT não poderá votar a favor e por isso abster-se-á, porque entendemos que não deve haver distinção entre vítimas de violência doméstica com ou sem animais de companhia, para nós vítimas de violência doméstica são todos aqueles que sofrem violência física, emocional e psicológica às mãos de familiares, independentemente de terem ou não animais de companhia. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves e prepara Paulo Mucho.-----

----- Senhor Deputado Rodrigo de Melo Gonçalves acumula tempo do PPM.-----

----- Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, por favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Melo Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais. Gostaria brevemente referir a recomendação que trago hoje a este plenário e que tem a ver com a disponibilização dos estudos sobre as ciclovias na cidade de Lisboa.-----

----- Sabemos que a Câmara tem estudos, porque o Vereador Miguel Gaspar já o referiu por diversas vezes à comunicação social que, a Câmara tem estudos internos e externos sobre as ciclovias na cidade e os seus impactos, inclusive há um estudo que é feito pelo técnico e que continua a ser monitorizada essa situação e, por outro lado, a Câmara diz que os tem, mas não os divulga! E não há razão nenhuma que leve a que esta informação não esteja disponível, quer a Assembleia Municipal que tem obrigação de fiscalizar a ação da Câmara, quer a própria população que tem sofrido os impactos das ciclovias a diversos níveis e que quer, sobretudo perceber o racional das escolhas e os estudos que lhe estão inerentes e a Câmara pura e simplesmente não os divulga.-----

----- Ainda hoje de manhã numa entrevista ao Observador, é perguntado ao Senhor Vereador Miguel Gaspar, se os dados são públicos? O Senhor Vereador respondeu; “São se tiverem que ser!” Não, o ponto é exatamente ao contrário, os dados devem ser públicos para que a Câmara possa ser escrutinada e para que as pessoas possam compreender o porquê das ações que a Câmara está a realizar e daí esta recomendação sobre a disponibilização dos estudos, quer a Assembleia Municipal, quer era toda a cidade através dos sites da Câmara ou da EMEL.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----
----- O PPM informa que subscreve esta recomendação do Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----
----- Palavra para o Deputado Paulo Muacho, que é a última intervenção antes da Câmara.”-----
----- **O Senhor Deputado Municipal, Paulo Muacho (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Muito obrigado.-----
----- Muito boa tarde a todos.-----
----- Nós apresentamos hoje uma Recomendação para homenagear Alcindo Monteiro, pelos seus 25 anos do seu assassinato.-----
----- Alcindo Monteiro foi brutalmente assassinado no dia 10 de junho de 1995, por militantes de extrema-direita em pleno Chiado no coração da cidade de Lisboa. Uma cidade com memória é uma cidade que não repete o seu passado e que constrói um futuro mais igualitário para todos. Reforçar a igualdade e o combate à extrema-direita é, no nosso entender especialmente importante nos dias de hoje e, por isso, também, entendemos a importância desta homenagem a Alcino Monteiro.-----
----- Para além da placa evocativa que o Senhor Presidente da Câmara já prometeu colocar no local onde aconteceu o crime, no próximo dia 1 de outubro que era a data do aniversário do Alcindo Monteiro e, também, porque uma cidade antirracista deve sê-lo não só nas palavras e nos atos simbólicos, mas também, nas suas políticas e na prática, propomos aqui a criação de um programa de bolsas de estudo com o nome do Alcino Monteiro, que possa desta forma homenagear a sua memória e contribuir para aprofundar o estudo os temas do racismo, do colonialismo, dos direitos das minorias.--
----- E esta também só para terminar, gostaria, também, de referir que esta foi uma proposta que nós trabalhamos juntamente com a família do Alcino Monteiro e que conta com o apoio deles e que não poderia deixar de ser para a podermos apresentar aqui hoje.-----
----- Muito obrigado e boa tarde.”-----
----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----
----- Entretanto, o CDS também subscreve a Recomendação do Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves.-----
----- Pergunto à Câmara se quer intervir?”-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- “O Vereador Miguel Gaspar pediu a palavra.”-----
----- **O Senhor Vereador Miguel Gaspar**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----
----- Senhores e Senhores Presidentes, eu acho que há aqui relativamente a esta recomendação do Deputado Rodrigo Melo Gonçalves, acho que há aqui uma informação que é pertinente a dar, de facto, eu tenho na minha mão o requerimento do

Senhor Deputado com um conjunto de pedidos sobre os dados que eu refiro em Agosto numa entrevista à Rádio Renascença, esse requerimento do Senhor Deputado é de dia 16 de agosto, mas esse requerimento só foi enviado pela Assembleia para o meu gabinete no dia dos 18, mas de setembro, ou seja, na passada sexta-feira. Por isso, eu até percebo que o Senhor Deputado ache que nós não estávamos a responder, mas eu não podia responder! -----

----- Dito isto, eu acho que sim senhora, é legítimo e faz todo o sentido que a Câmara de Lisboa tenha que dar toda a informação que os senhores deputados entendam como necessária e eu respondo desde já, obviamente responder a este seu requerimento que não poderia ser deixar de ser a minha obrigação. -----

----- Agora, também, mais duas notas que eu acho que é importante referir. Quando eu referi ainda hoje na entrevista do Observador, falei de dados de tráfego, por exemplo, são dados que estão no sistema de semáforos que acabamos de instalar há meses na Almirante Reis e já nos permite saber o tráfego antes e depois mas, são sistemas da Câmara e, portanto, para darmos essa informação temos que a preparar para que seja fornecida, outra coisa é consultar o sistema, outra coisa é dar essa informação. Nem discuto se essa informação que podemos trabalhar para que seja cada vez mais pública, como sabe tem uma política de dados abertos é provável que sim, mas à data de hoje essa informação não está no sistema de dados abertos.-----

----- Agora, também, não me parece é que a sua sugestão, de haver um *site* com todos os estudos e todas as ciclovias etc., enfim, eu acho que uma ciclovia é como um centros de saúde, como passeio, com uma passadeira, como um viaduto, acho que há os termos próprios de publicitação, sem prejuízo da minha obrigação de esclarecimento senhores deputados. -----

----- Eu também gostaria, também, de vos dar nota, ainda não tive a oportunidade de ir à 8ª Comissão para falar de algumas ciclovias e desde já me disponibilizo para ir, portanto, penso que a minha disponibilidade para informar a Assembleia, é conhecida, mantenho, mas achei importante informar os senhores deputados deste facto.-----

----- O Senhor Deputado no requerimento que apresenta hoje, diz não teve resposta da Câmara, mas a Câmara só recebeu a pergunta na passada sexta-feira e acho isto uma informação relevante. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado! -----

----- Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todas e a todos, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, Caros colegas Vereadores e quem nos ouve. -----

----- Eu queria só a propósito da recomendação e a situação das famílias do edifício na Rua Cruz dos Poiais, reiterar aquilo que a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Misericórdia disse! Eu soube da situação através quer de moradores, quer de

algumas associações locais, quer da própria Junta de Freguesia, reuni já com as famílias. Também, fiz, uma diligência por telefone junto do Senhor Presidente do Concelho de Administração do IPO, seguirá naturalmente, também uma missiva minha formal, mas dizer-vos que estaremos apoiar e solidários com estas famílias e que nunca é de mais referir que esta situação que estamos a viver. Estamos numa situação de pandemia, com questões de saúde associadas e graves, e que esta situação que estas famílias estão a viver são inquilinas de um organismo público que é o IPO e o IPO é uma presença fortíssima na cidade de Lisboa, com largo trabalho de colaboração com a Câmara e dizer que estranho, de facto, a situação que estas famílias estão a passar. Tanto mais, sendo uma instituição pública na cidade Lisboa com a importância que o IPO tem até em matérias de saúde. -----

----- Sobre a questão da Quinta do Ferro, referir que é um espaço habitacional em que a edificação tem os seus proprietários, tem proprietários residentes, tem proprietários que são senhorios e que têm inquilinos. A propriedade que há na Quinta do Ferro são com terreno, não há edificado do município. -----

----- Foi feito um trabalho através do Programa BIP/ZIP que foi ganhador, também, de acordo com proprietários e proprietários residentes e, também, inquilinos. Mas fundamental para este processo é, também, da Associação dos Amigos da Quinta do Ferro, da sua consolidação e de uma proposta que é importante para o trabalho que se tem que se fazer na Quinta do Ferro. -----

----- Mas deixar claro, assim como foi referido, é necessária uma grande intervenção do ponto de vista do planeamento urbano e urbanística da reconfiguração daquela zona e não só pelas condições de vida dos moradores, mas também, em particular pelo défice, digamos, intervenção urbanística que aquele pedaço de cidade tem. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Vereadora. -----

----- O Senhor Deputado Rodrigo Mello Gonçalves, quer fazer uma interpelação à Mesa, portanto, tem prioridade! Faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Melo Gonçalves (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Sim, Senhor Presidente só para tentar esclarecer o que se passou na sequência das palavras do Senhor Vereador Miguel Gaspar, porque, de facto, no *site* da Assembleia Municipal na página específica, onde podemos ver a evolução do requerimentos o que está no *site* da Assembleia Municipal é que o meu requerimento segui para a Câmara no dia 17 de agosto e o ofício do Senhor Presidente da Assembleia está datado do dia 17 de agosto, daí e ter passado um mês do prazo regimental e eu ter dito que não tinha resposta. Agora não sei se, de facto, o requerimento só chegou ao Senhor Vereador recentemente a informação que está no *site* da Assembleia Municipal induz em erro, se for esse o caso e era isso que eu gostava de esclarecer!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Vereador Ricardo Veludo, por favor!”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Secretário. -----

----- Senhor Presidente, boa tarde aos cidadãos que nos estão acompanhar, aos Senhores Deputados e aos meus colegas Vereadores.-----

----- Eu queria prestar aqui um breve esclarecimento sobre a recomendação do CDS, relativamente à Quinta do Ferro, com a parte propositiva eu me identifico, portanto, genericamente, concordo, de facto, a Quinta do Ferro é um território muito difícil, é um território muito fragmentado do ponto de vista da estrutura da propriedade que é essencialmente privada, e essas habitações que foram referidas e as questões de insalubridade é em edifícios privados mas, não obstante são uma preocupação da Câmara porque, é uma zona está insalubre genericamente e que precisa de uma solução que tem complexidade e é em parte a justificação para o longo período para se encontrar um caminho para a resolução terá a ver com isso.-----

----- Já foi feita alguma coisa, porque foi feito um levantamento com informação cadastral mais precisa, houve aqui este trabalho, também, de capacitação e mobilização social, através dos BIPS/ZIPS que permitiram, também, ativar a comunidade residente e proprietários. -----

----- Já me foi apresentado pelos serviços de urbanismo, aquilo que era o projeto foi desenvolvido nessa sequência, no âmbito, do Programa BIP/ZIP, o que me transmitiram foi que o projeto não reunia o acordo dos proprietários e havia questões, também, que o faseamento colocava dificuldades em termos de execução prática para esse projeto.-----

----- Eu solicitei aos serviços do urbanismo da Câmara no início de agosto ou no final de julho, já não consigo precisar a data, para avaliar por um lado, qual a situação que ali temos e como é que podemos montar uma operação que requalifique urbanisticamente mas, sobretudo que seja exequível, porque aqui mais do que encontrarmos um projeto que seja qualificador nós precisamos de uma solução que seja exequível e que seja possível implementar. -----

----- E, portanto, estamos empenhados com isso e, portanto, esta recomendação que propõe à Câmara ou que recomenda à Câmara que até ao final do primeiro trimestre de 2021 apresente uma solução é algo que nos empenharemos em fazer, caso a recomendação venha a ser aprovada e queria desde já demonstrar a minha adesão, digamos, ao sentido da recomendação. -----

----- Depois, relativamente à recomendação do Movimento Partido da Terra, sobre as lojas com história, tenho aqui alguma dificuldade por um lado, portanto, tem aqui um conjunto de cinco pontos e muito rapidamente, no primeiro ponto propõem-se um programa específico, mas esse programa já existe porque é o Programa Loja com História e na realidade, os apoios financeiros que estão orçamentados, que

inicialmente houve um fundo municipal de duzentos e cinquenta mil euros, que foi e nem de perto nem de longe utilizado, por isso, foi re-orçamentado nos últimos anos para cento e cinquenta mil euros e queria dar conta que em 2018, os comerciantes a apresentar candidaturas que totalizaram sessenta mil euros em 2018, noventa mil euros em 2019 e em 2020, creio até junho de 2020 cerca de oitenta e cinco euros. -----

----- Portanto, existe um programa que aciona disposições de proteção do ponto de vista do arrendamento, existe um fundo com apoio financeiro à modernização, capacitação, ao *marketing*, etc., dessas lojas. As candidaturas estão continuamente abertas e o fundo não é esgotado em cada ano, portanto, entendemos que esta seria a resposta aos pontos 1, 2 e 3 da recomendação. -----

----- Relativamente à plataforma para comércio eletrónico que é objeto do Ponto 4 da recomendação, o Grupo Trabalho das Lojas com História informou-me que foi proposto a este comerciante a adesão a uma parceria como os Correios de Portugal, O CCT e que tem uma plataforma onde se poderiam incluir e promover estes estabelecimentos comerciais, a adesão foi praticamente nula de acordo com a informação dos serviços, por isso, não antecipo que exista grande justificação, pelo menos pela vontade demonstrada pelos próprios comerciantes em ter-se na plataforma específica para essa finalidade para além das várias das outras plataformas privadas que existem.-----

----- Não obstante a componente marca Lojas com história ela existe, ela é “*marketizada*” pela Câmara Municipal de Lisboa e é promovida pela Câmara Municipal.-----

----- No Ponto 5, faz-se referência a uma questão que tem a ver com a extensão a todas as freguesias de Lisboa e eu queria esclarecer o senhor deputados que não existe nenhuma restrição geográfica, ou seja, qualquer estabelecimento comercial do concelho de Lisboa, pode candidatar-se a esta classificação de Lojas com História, portanto, o Ponto 5, também, não acrescenta àquilo que já é, digamos, o Regulamento do Programa Lojas com História.-----

----- Portanto, no essencial, digamos, acompanhamos o Movimento do Partido da Terra no desejo de querer apoiar as Lojas com História, mas, na verdade as propostas em concreto a que se refere ou já estão em execução ou estando disponíveis e não tiveram adesão dos comerciantes. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador. -----

----- Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio de Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, para o Senhor Vereador?” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio de Faria (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Em primeiro lugar, Senhor Vereador, relativamente àquilo que referiu o que está em causa, é a própria adesão que foi praticamente nula, para já pela idade, como saberá, de muitos dos proprietários e lojistas que não sabem sequer utilizar estes instrumentos. -----

----- E, segundo, Senhor Vereador, o que nós pretendíamos no Partido da Terra, seria que fosse a própria Câmara a tomar a iniciativa no Ponto 4 na criação desta plataforma *e-commerce*, porquê? Porque, obviamente este serviço organizado e prestado pela Câmara não terá os mesmos custos que através dos CTT, obviamente, porque é um serviço que é pago.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Não sei se o Senhor Vereador pretende usar da palavra?”-----

----- **O Senhor Vereador Ricardo Veludo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, muito obrigado Senhor Secretário.”-----

----- Senhor Deputado, José Inácio Faria, eu acho que, digamos, as considerações que referiu agora justificam plenamente a desnecessidade da plataforma *e-commerce*, porque na realidade os meios financeiros estão disponíveis, ou seja, até pela utilização do fundo municipal, eventualmente isso poderia ser concretizado. A razão de fundo tem a ver com, por razões diversas a não adesão dos próprios comerciantes, portanto, não vamos pôr funcionários municipais a operar a plataforma fazer a exposição dos produtos das lojas, como é evidente!-----

----- Portanto, havendo os meios financeiros, havendo a plataforma, tendo a parceria, parece-me que há uma desnecessidade em relação a essa medida. Mas se os próprios comerciantes se dirigirem à Câmara, os da Loja com História a propor isso, pois cá estaremos para os apoiar e encontramos uma forma de concretizar, nesse sentido, acompanhamos e temos toda abertura. -----

----- Obrigado.-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Vereador.-----

----- Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado!-----

----- Vamos proceder as votações com a maior brevidade possível!-----

----- Eu peço que desliguem os microfones quando não é necessário, peço aos grupos que comuniquem rapidamente o seu sentido de voto quando interpelados, para isto poder correr o melhor possível.-----

----- Houve inúmeros pedidos de votação por pontos, eu fui tomando nota, mas pode ter escapado algum, porque aparecem a toda a hora. -----

----- Quando puser a votação qualquer documento farei uma pausa para que se houver alguma votação por pontos que me tenha escapado, para dizerem e é evidente que dava jeito não era altura de dar acesso ao canídeo, neste momento para a intervenção. -

----- **O Voto n.º. 116/05 – (apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Voto de Saudação pelo Acordo e pela Paz no Médio Oriente”.**-----

----- (O Voto n.º. 116/05, fica anexado a esta Ata como **Anexo I** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1.2 do Voto 116/05 (CDS-PP)**. Votos contra do PCP, BE, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenções do PS, PAN e do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 1.2 do Voto 116/05 (CDS-PP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 1.1, 2 e 3 do Voto 116/05 (CDS-PP)**. Votos contra do PCP, BE, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves. Os **Pontos 1.1, 2 e 3 do Voto 116/05 (CDS-PP)** foram aprovados por **maioria**. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro no pontos 1.1, 2 e 3) -----

----- **O Voto n.º. 116/06 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PEV) - “Voto de Saudação 41º Aniversário do serviço Nacional de Saúde”.**-----

----- (O Voto n.º. 116/06, fica anexado a esta Ata como **Anexo II** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 116/06 (PEV)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia

Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/06 (PEV)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- **O Voto nº. 116/07 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) - “Voto de Saudação Pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados”.** -----

----- (O Voto nº. 116/07, fica anexado a esta Ata como **Anexo III** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **1ª parte do Ponto 1 do Voto 116/07 (BE)**. Voto contra do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do CDS-PP, PCP, PAN, MPT, PPM e do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PS, PSD, BE, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **1ª parte do Ponto 1 do Voto 116/07 (BE)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação da **2ª parte do Ponto 1 do Voto 116/07 (BE)**. Voto contra do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do CDS-PP, PCP, PPM do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, MPT, PEV, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. A **2ª parte do Ponto 1 do Voto 116/07 (BE)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **O Voto nº. 116/08 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) - “Voto de Saudação aos 15 de Setembro de 1820 e ao Povo de Lisboa”.** -----

----- (O Voto nº. 116/08, fica anexado a esta Ata como **Anexo IV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 116/08 (BE)**. Não há botos contra, abstenção do PCP, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal

Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/08 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- **O Voto nº. 116/09 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) - “Voto de Saudação aos 41 Anos do Serviço Nacional de Saúde”.** -----

----- (O Voto nº. 116/09, fica anexado a esta Ata como **Anexo V** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 do Voto 116/09 (BE)**. Votos contra do PSD, abstenção do CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 do Voto 116/09 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 do Voto 116/09 (BE)**. Votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 2 do Voto 116/09 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- **O Voto nº. 116/10 - (apresentado pelo Grupo Municipal do PCP - Retificado) - “Voto de Saudação - 41 Anos do Serviço Nacional de Saúde, defender e reforçar o SNS é a solução”.** -----

----- (O Voto nº. 116/10, fica anexado a esta Ata como **Anexo VI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 116/10-Retificado (PCP)**. Votos contra do CDS-PP e PPM, abstenções do MPT e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/10-Retificado (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, nesta votação) -----

----- **O Voto nº. 116/11 - (apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Voto de Saudação a Ana Rocha de Sousa”.**-----

----- (O Voto nº. 116/11, fica anexado a esta Ata como **Anexo VII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Voto 116/11 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Voto 116/11 (CDS-PP)** foi aprovado por **unanimidade**. -----

----- **A Moção nº. 116/02 - (apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Gerir Eficientemente os Recursos Hídricos, Garantia a Abastecimento de Água Potável e o Regadio nas Zonas Críticas, Minimizar a Redução de Biodiversidade e a Desertificação dos Solos”.**-----

----- (A Moção nº. 116/02, fica anexado a esta Ata como **Anexo VIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Moção 116/02 (CDS-PP)**. Votos contra do PCP, abstenções do BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 da Moção 116/02 (CDS-PP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, nesta votação) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Moção 116/02 (CDS-PP)**. Votos contra do PCP, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da

Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Moção 116/02 (CDS-PP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do CDS-PP e do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, nesta votação) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Moção 116/02 (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Moção 116/02 (CDS-PP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência do Deputado Municipal Independente António Avelãs e do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, nesta votação) -----

----- **A Moção n.º. 116/03 - (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) - “Contra o Processo de Eleição Indireta dos Presidentes das CCDR e pela Instituição Efetiva das Regiões Administrativas”.** -----

----- (A Moção n.º. 116/03, fica anexado a esta Ata como **Anexo IX** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Moção 116/03 (BE)**. Votos contra do PS, PSD, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, abstenções do PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, votos a favor do CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 1 da Moção 116/03 (BE)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Moção 116/03 (BE)**. Votos contra PSD, CDS-PP, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, abstenções do PAN, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PS, PCP, BE, PAN, PEV, PPM, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 2 da Moção 116/03 (BE)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- **A Moção n.º. 116/04 - (apresentado pelo Grupo Municipal do PCP) - “Reabertura do Ano Letivo 2020-2021”.** -----

----- (A Moção nº. 116/04, fica anexado a esta Ata como **Anexo X** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Moção 116/04 (PCP)**. Não há votos contra, abstenção do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Moção 116/04 (PCP)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, nesta votação) -----

----- **A Recomendação nº. 116/01 – Nova Versão (apresentado por 6 DM IND) - “A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação”.** -----

----- (A Recomendação nº. 116/01, fica anexado a esta Ata como **Anexo XI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/01-Nova Versão (6 DM IND)**. Não há votos contra, abstenção do PS, BE, PAN, MPT, PPM, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/01 -Nova Versão (6 DM IND)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação nº. 116/02 – Nova Versão (apresentado pelo Grupo Municipal do CDS-PP) - “Pela delimitação da Área de Reabilitação Urbana (“ARU”) da Quinta do Ferro”.** -----

----- (A Recomendação nº. 116/02, fica anexado a esta Ata como **Anexo XII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/02-Nova Versão (CDS-PP)**. Não há votos contra, nem abstenção, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da

Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/02-Nova Versão (CDS-PP)** foi aprovada por **maioria**.-----

----- **A Recomendação n.º. 116/03 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PAN) - “Transporte escolar e transição digital – ano escolar 2020/2021”.**-----

----- (A Recomendação n.º. 116/03, fica anexado a esta Ata como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 Recomendação 116/03 (PAN)**. Votos contra do PS, abstenção do CDS-PP, PCP, BE, PEV, PPM, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, votos a favor do PSD, PAN, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 Recomendação 116/03 (PAN)** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 Recomendação 116/03 (PAN)**. Votos contra do PS, abstenção do, PCP, BE, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, PEV, PPM MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 Recomendação 116/03 (PAN)** foi **rejeitado**.-----

----- (Registando-se empate na presente votação com 33 votos contra, 33 votos a favor e 9 abstenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez uso do voto de qualidade previsto no n.º 1 do art.º 69º do Regimento da Assembleia. Em resultado do exposto o ponto 2 foi rejeitado uma vez que o Presidente da Assembleia Municipal votou contra.)-----

----- **A Recomendação n.º. 116/04 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PAN) - “Pela garantia de apoio às vítimas de violência doméstica que detenham animais de companhia”.**-----

----- (A Recomendação n.º. 116/04, fica anexado a esta Ata como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/04 (PAN)**. Votos contra do PS, abstenção do PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PAN, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal

Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/04 (PAN)** foi **rejeitada**. -----

----- **A Recomendação nº. 116/05 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PEV) - “Coberturas verdes nos postos de abrigo das paragens de autocarro”.** -----

----- (A Recomendação nº. 116/05, fica anexado a esta Ata como **Anexo XV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/05 (PEV)**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, PPM, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/05 (PEV)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação nº. 116/06 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PEV) - “Implementação de rede complementar de papeleiras inteligentes em Lisboa”.** -----

----- (A Recomendação nº. 116/06, fica anexado a esta Ata como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/06 (PEV)**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/06 (PEV)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação nº. 116/07 – (apresentado pelo Grupo Municipal do BE) - “Pelo Reforço da Verba destinada às Juntas de Freguesia no Orçamento para 2021”.** -----

----- (A Recomendação nº. 116/07, fica anexado a esta Ata como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/07 (BE)**. Não há votos contra, abstenção do CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado

Municipal Independente Raúl Santos, Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/07 (BE)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação n.º. 116/08 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PSD) - “Por uma melhor localização da sala de consumo assistido do Lumiar”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/08, fica anexado a esta Ata como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/08 (PSD)**. Votos contra do PS, BE, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenção do CDS-PP, PCP, PAN, PPM, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PSD, MPT e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves. A **Recomendação 116/08 (PSD)** foi **rejeitada**. -----

----- **A Recomendação n.º. 116/09 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PSD) - “Pista ciclável da Avenida Almirante Reis/Rua da Palma – O Caos no Trânsito, Mais Poluição e a Morte Anunciada do Comércio!”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/09, fica anexado a esta Ata como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação 116/09 (PSD)**. Votos contra do PS, PCP, BE, PAN, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, não há abstenção, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PPM do Municipal Independente Raúl Santos, e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 1 da Recomendação 116/09 (PSD)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação 116/09 (PSD)**. Votos contra do PS, BE, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, não há abstenção, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PAN, PEV, MPT, PPM do Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves e Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 2 da Recomendação 116/09 (PSD)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 116/09 (PSD)**. Votos contra do PS, BE, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenção do PCP, votos a favor do PSD, CDS-PP, PAN, PEV, MPT, PPM, do Municipal Independente Raúl Santos e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves. O **Ponto 3 da Recomendação 116/09 (PSD)** foi **rejeitado**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 4 da Recomendação 116/09 (PSD)**. Votos contra do PS, BE, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, abstenção do PCP, PEV e do Deputado Municipal Independente Rui Costa, votos a favor do PSD, CDS-PP, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 4 da Recomendação 116/09 (PSD)** foi **rejeitado**.-----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PAN na votação do Ponto 4)-----

----- **A Recomendação nº. 116/10 – (apresentado pelo Grupo Municipal do PCP) - “Pelo direito à habitação para os moradores do prédio sito na Rua Cruz de Poiais, Nº 37, 39, 41 e 43”.**-----

----- (A Recomendação nº. 116/10, fica anexado a esta Ata como **Anexo XX** e dela faz parte integrante)-----

----- Vamos passar à votação dos **Pontos 1 e 2 da Recomendação 116/10 (PCP)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. Os **Pontos 1 e 2 da Recomendação 116/10 (PCP)** foram aprovados por **unanimidade**.-----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 116/10 (PCP)**. Votos contra CDS-PP, PPM e do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, abstenção do PSD, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, MPT, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente

Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 3 da Recomendação 116/10 (PCP)** foi aprovado por **maioria**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PAN nesta votação) -----

----- **A Recomendação n.º. 116/11 – (apresentado pelo Grupo Municipal do MPT) - “Pela defesa urgente das “Lojas com História” de Lisboa face aos impactos da epidemia da Covid-19 no comércio”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/11, fica anexado a esta Ata como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/11 (MPT)**. Não há votos contra, abstenção do PS, PCP e BE, votos a favor do PSD, CDS-PP, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/11 (MPT)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PAN nesta votação) -----

----- **A Recomendação n.º. 116/12 – (apresentado pelo Grupo Municipal do MPT) - “Melhor mobilidade para pessoas portadoras de deficiência visual”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/12, fica anexado a esta Ata como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/12 (MPT)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/12 (MPT)** foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- (Ausência do Grupo Municipal do PAN nesta votação) -----

----- **A Recomendação n.º. 116/13 – Nova Versão (apresentado por 2 DM IND) - “Homenagem a Alcindo Monteiro nos 25 anos do seu assassinato”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/13, fica anexado a esta Ata como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 Recomendação 116/13 (MPT)**. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 1 Recomendação 116/13 (MPT)** foi aprovada por **unanimidade**.--

----- (Ausência da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar nesta votação) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 Recomendação 116/13 (MPT)**. Votos contra do PSD, CDS-PP, PPM, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. O **Ponto 2 Recomendação 116/13 (MPT)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação n.º. 116/14 – (apresentado pelo DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves e subscrita pelos Grupos Municipais do CDS-PP e PPM) - “Pela Imediata Disponibilização dos Estudos Referentes à Implementação de Ciclovias e Respetivos Impactos”.** -----

----- (A Recomendação n.º. 116/14, fica anexado a esta Ata como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação da **Recomendação 116/14 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves)**. Votos contra PS, abstenções da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, BE, PEV, PAN, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro. A **Recomendação 116/14 (DM IND Rodrigo de Mello Gonçalves)** foi aprovada por **maioria**. -----

----- **A Recomendação n.º. 116/15 – (apresentado pelo DM IND Rui Costa apresentada no âmbito apreciação da Recomendação 116/08 (PSD) - “Pela**

definição de critérios para instituição ou emissão de parecer pela Câmara Municipal de Lisboa quanto à instituição de salas de consumo assistido. -----

----- (A Recomendação n.º 116/15, fica anexado a esta Ata como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante) -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 1 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)**. Votos contra do PS, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenções do CDS-PP, BE, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho e do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, votos a favor do PSD, PCP, PAN, PEV, 1 DM PS, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 1 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 2 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)**. Votos contra do PS, BE, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenções do CDS-PP, MPT, PPM, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, votos a favor do PSD, PCP, PAN, PEV, 1 DM PS, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves, do Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 2 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)** foi **rejeitado**. -----

----- Vamos passar à votação do **Ponto 3 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)**. Votos contra do PS, BE, PEV, do Deputado Municipal Independente António Avelãs, da Deputada Municipal Independente Ana Gaspar, da Deputada Municipal Independente Joana Alegre, do Deputado Municipal Independente José Alberto Franco, do Deputado Municipal Independente Miguel Graça e da Deputada Municipal Independente Teresa Craveiro, abstenções do PAN, MPT, da Deputada Municipal Independente Patrícia Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Paulo Muacho, votos a favor do PSD, CDS-PP, PCP, PPM, 1 DM PS, do Deputado Municipal Independente Raúl Santos, do Deputado Municipal Independente Rodrigo Mello Gonçalves e do Deputado Municipal Independente Rui Costa. O **Ponto 3 da Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa)** foi **rejeitado**. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, acabamos estas votações e agora peço ao Deputado António Avelãs que acompanhe as declarações de voto e ainda há algumas declarações orais. -----

----- Dê a palavra, se faz favor!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Mesa tem muitos pedidos de declaração de votos, sendo que em alguns casos a mesma força política pediu declaração de voto sobre muitos pontos, se calhar vai usar simultaneamente.-----

----- E eu não tenho a certeza de ter registado tudo, portanto, se faltar alguém é muito fácil diz; eu também quero fazer, e faz, não há problema nenhum. -----

----- O primeiro pedido que eu tenho de Declaração de Voto é do PCP, portanto, faça favor, Senhor Deputado do PCP, por favor!”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Natacha Amaro (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhor Secretário. -----

----- As nossas declarações de voto orais são duas, a primeira é sobre um Voto 116/05 do CDS-PP sobre o Acordo de Abraão. Na sequência da grosseira violação das regras estabelecidas no direito internacional em concreto, violando todas as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, sobre a Palestina e sobre o território de Israel que constituiu a instalação da Embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém. A assinatura do Acordo de Abraão pretende dar sequência a uma política de obliteração de todas as deliberações das Nações Unidas, referente à obrigação da retirada de Israel dos Montes Golã na Síria e nos territórios palestinianos ilegalmente ocupados. Uma paz justa e duradoura só poderá ter lugar quando Israel respeitar o direito internacional, quando o povo palestiniano obtiver a sua liberdade e independência e quando foram restaurados os seus direitos legítimos. -----

----- A outra declaração de voto oral que solicitámos tem a ver com a Recomendação 116/04 do PAN, sobre os apoios às vítimas de violência doméstica que detenham animais de companhia. A garantia de apoio às vítimas de violência doméstica deve ser assegurar de forma universal a todos aqueles que são alvo daquele flagelo, a defesa deste princípio passa pelo reforço dos serviços públicos com meios materiais e humanos adequados para que se garanta a eficácia de medidas de prevenção da violência. A presente proposta de recomendação está desfasada da realidade que se vive no nosso país, onde, apesar dos passos dados desde a primeira iniciativa legislativa sobre proteção de mulheres vítimas de violência doméstica. Uma iniciativa do PCP de 1989 e posteriormente aprovada em 1991, muito falta ainda por fazer! -----

----- Para podermos acompanhar algumas das recomendações que aqui se apresentam seria necessário que estas viessem acompanhadas da necessidade de a Câmara diligenciar, também, junto do Governo para assegurar o investimento público que é necessário para a proteção efetiva das vítimas de violência doméstica, através da contratação de psicólogos para as esquadras e equipas multidisciplinares de apoio aos tribunais, o reforço do número de técnicos de reinserção social, o reforço na formação de professores profissionais de saúde, magistrados, agentes das forças de segurança,

alargar programas com agressores, assegurar proteção e acompanhamento regular todas as vítimas, este é um combate de todos os dias sem rodeios com os pés bem assentes na realidade.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Deputada.-----

----- O CDS-PP pediu, também, para falar sobre várias moções, faça favor, Senhor Deputado do CDS-PP.”-----

----- **O Grupo Municipal do PCP**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- O CDS-PP, gostaríamos de apresentar uma declaração de voto oral relativamente ao Voto de 116/07 do Bloco de Esquerda, sobre a capacidade de acolhimento de refugiados na cidade. O CDS-PP entende que Lisboa deve ser uma cidade de acolhimento com esta definida em todos os documentos e estratégias municipais, mas não pode ser feito e daí se ter absterido no Ponto1 este documento, da forma como nomeadamente o Senhor Vereador Manuel Grilo fez a receção aos refugiados e aquilo que nós vimos nos últimos meses que foi tratamento dado a refugiados e requerentes de asilo na cidade de Lisboa e não fosse o Pelouro da Proteção Civil, sabe sê-la Deus o que é que teria acontecido.-----

----- Também, Declaração de voto oral, relativamente ao Voto 116/09 do Bloco de Esquerda, sobre os 41 Anos do Serviço Nacional de Saúde.-----

----- O Bloco de Esquerda engana-se, porque diz que o CDS-PP é contra o Serviço Nacional de Saúde, o CDS-PP, aliás, apresentou uma proposta de criação do Serviço Nacional de Saúde ao contrário na altura de que seriam o Bloco de Esquerda, UDP que não apresentou proposta nenhuma e, portanto, nessa forma absteremo-nos no Ponto 1.-----

----- Em relação, ao Voto 116/10 do PCP, também, sobre a Saudação ao Serviço Nacional de Saúde. O CDS votou contra porque, mais uma vez o PCP faz e apresenta um voto mal-intencionado e inadmissível de ataque cerrado ao setor privado da saúde.

----- Depois nas recomendações, o CDS absteve-se na Recomendação 116/05, apresentado pelo PEV, sobre a Coberturas verdes nos postos de abrigo, não é pedido um estudo de viabilidade económica e, portanto, não nos parece que no mesmo documento se peça num ponto para estudar e no segundo logo para se implementar, efetivamente tem que se estudar, isto é uma solução que é cara, é uma solução que tem que ser aferida porque, a *JCDecaux* neste momento é quem tem a concessão e a colocação dos abrigos de autocarros e, portanto, parece-me que num ponto pedir um estudo e no seguinte implementar não nos fará sentido, a ideia é boa, mas, neste momento, não nos parece da forma como está dirigido o documento que possamos votar favoravelmente.-----

----- Depois foi uma Recomendação 116/10 do PCP, relativamente ao prédio na Rua dos Poiais, o mesmo! O PCP propõe-nos no Ponto 1 e no Ponto 2 na parte deliberativa para que a Câmara peça informações sobre o assunto e aí concordamos, mas logo no Ponto 3 pede logo imediatamente uma solução e a solução que apresenta é que a Câmara adquira o edifício. Ora, não nos parece que cada vez haja um problema de habitação na cidade que a solução seja comprar! A Câmara sim, como já disse a Senhora Deputada Carla Madeira, encontrará uma solução para ajudar estas pessoas, irá acompanhar o assunto juntamente com o Pelouro da Habitação, de forma que estas pessoas, obviamente, não percam o seu direito legítimo à habitação. Agora ele não passa pela compra simples e automática de edifícios.-----

----- Por fim, ainda em relação à Recomendação 116/13, dos dois Deputados Municipais Independentes, sobre Alcino Monteiro. Nós somos obviamente favoráveis a que haja uma homenagem que perdure na cidade de Lisboa, relativamente àquilo que aconteceu que é inaceitável, os extremismos venham de onde vierem e de onde forem são inaceitáveis. Agora não votamos, favoravelmente, aliás, votamos contra os Pontos 2 e 3, porque entendemos que esta medida deve ser vista do ponto de vista genérico e equiparada a outras medidas na cidade de Lisboa e a Câmara Municipal de Lisboa não tem este tipo de bolsas e, portanto, não me parece que faça sentido nas competências do Município haver este tipo de bolsas mas, sim a outro nível, nomeadamente funcional ou académico.-----

----- Obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- O Partido Socialista também pediu para fazer declarações de voto, sobre várias matérias faça favor, Senhor Deputado.”-----

----- **O Grupo Municipal do PS**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário.-----

----- Tenho uma dúvida mas é relativamente à contagem dos tempos, não sei se estão a contar bem os tempos, mas são três minutos para cada declaração de voto, portanto, nós estamos a junta-las todas, estamos todos a fazer um esforço de concentração, mas é preciso também ter atenção a isso.-----

----- De qualquer modo o PS saúda o Acordo de Paz, que foi assinado embora este em concreto ignora um conjunto de pontos essenciais para aquela que é a verdadeira paz, o que indica que não houve um acordo como nós o conhecemos. Houve, de facto, uma normalização das relações e a suspensão dos planos de anexação de Vale do Jordão e, portanto, isso é muito importante.-----

----- Abstivemo-nos na questão de congratular o Governo dos Estados Unidos da América, seis semanas de um ato eleitoral presidencial não nos parece que seja muito adequado que seja feito.-----

----- Relativamente aos Votos 6, 8, 9 o PS não pode deixar de dar aqui nota de que, enquanto pai do Serviço Nacional de Saúde na criação do Serviço Nacional de Saúde, não podemos deixar de congratular e de nos associar a estas saudações ao 41º Aniversário do SNS e, também, naturalmente, ao grande investimento que tem sido feito pelo Governo naquilo que é essencial desta altura da pandemia, não votando naturalmente os considerandos, não concordando com todos eles, focamos naquilo que é essencial e o que é essencial, efetivamente é a celebração do SNS que, em Portugal existe e é uma mais-valia para Portugal para todos nós e, também, por isso, somos um exemplo a seguir por muitos países por este mundo fora. -----

----- Relativamente à Moção n.º 2 do CDS, o PS votou a favor, mas apesar de concordarmos genericamente com aquilo que foi apresentado é uma moção que não tem no seu teor qualquer ligação a Lisboa, não há uma referência à cidade, parece que foi algo que saiu de um congresso de uma reunião interna do partido e que aqui se apresentou e serve em Lisboa e Carraceda de Ansiães porque, nada há, quer disser Carraceda de Ansiães não porque há a questão da salinização, mas de resto poderia ser em qualquer Câmara costeira do país e, por isso, era bom que houvesse um pouco mais de trabalho relativo à cidade de Lisboa.-----

----- A Moção n.º 3 do Bloco Esquerda, nós somos favoráveis à regionalização, a criação das regiões administrativas e, por isso, votamos a favor desse ponto, naturalmente, não acompanhamos o Bloco de Esquerda na parte da eleição indireta, porque ela continua a ser o método democrático, aliás, quantas vezes não recorremos nós a eleição indireta, não desconcordamos dele, mas concordamos naturalmente com o aprofundamento dos modelos de participação e o aprofundamento desses modelos são essenciais. -----

----- Dizer que quanto à Moção n.º 4 e à reabertura do ano letivo apresentado pelo PCP, o PS votou favoravelmente, apesar de o Governo já ter anunciado um reforço de mil e quinhentas contratações. O Vereador Manuel Grilo ainda ontem na 7ª Comissão anunciou que os rácios estão a ser cumpridos, mas há efetivamente aqui um conjunto de cautelas devido ao momento de pandemia que estamos a ter em conta que, pode ter que levar a um reforço extraordinário. Por isso, votamos favoravelmente porque consideramos positiva e oportuna a Moção apresentada pelo PCP. -----

----- As questões do transporte escolar do PAN e o apoio às vítimas da violência doméstica mereceram o voto contra do PS. Bem, por um lado, a primeira é mais uma proposta avulsa do PAN, não tem um estudo, não tem fundamento, “achismo”. O PAN costuma fazer isto, frequentes vezes, e ai tentar-nos impor a sua ditadura do costumes e no outro mistura um assunto demasiado sério para que possa ser tratado numa recomendação, sem um aprofundamento maior como, aliás, merece. Todos nós defendemos que deve ser posto fim à violência doméstica, também achamos que é importante continuarmos a lutar contra a violência dos animais, não podemos é pôr tudo no mesmo saco, portanto, “cada um a cada qual”. -----

----- Senhor Presidente terminava, dando nota de que quanto à Recomendação n.º 9, nós tivemos que votar contra, a do PSD, quanto à pista ciclável porque, não se pode acabar com todas as ciclovias e independentemente dessa questão há uma outra que é

fundamental, há um trabalho que está a ser produzido na 8ª Comissão, que é presidida por um Deputado do PSD e hoje o PSD quis pôr tudo em causa, por em causa o trabalho dessa comissão que, está a analisar duas petições sobre a ciclovia da Avenida Almirante Reis e tem um trabalho que está a ser realizado e, no entanto, posto em causa pelo PSD que preside essa Comissão e quando está a ser preparado um relatório para vir aqui ser discutido, portanto, antecipando-se o PSD vem aqui pedir que volte tudo trás, perguntar o que é que fez o quê, quando há uma Comissão específica para estes assunto e, portanto, mais uma vez não vale tudo há o momentos certo e o momento certo é na Comissão e é ai que deve fazer, por isso, naturalmente, o PS votou e votará sempre contra este tipo de política feita nossa Assembleia Municipal.---

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Deputado Luís Newton pediu uma interpelação à Mesa, faça favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Secretário e dirijo-me, também, ao Senhor Presidente. --

----- A minha interpelação à Mesa é no sentido da boa condução dos trabalhos e da qualidade dos trabalhos que têm vindo a degradar-se substancialmente ao longo desta reunião, levando inclusivamente a atrasos sucessivos e eu deixava um apelo que é a gestão dos acessos aos microfones fosse feita diretamente pelos serviços, não há forma de continuar a gerir os trabalhos desta forma, isto não responsabiliza nenhum deputado municipal individualmente, de facto, está muita gente à volta desta Assembleia e é natural que, em determinado momento possa ocorrer uma ou outra distração, uma ou outra vontade de poder querer fazer uma intervenção, mas, com isso inevitavelmente, temos vindo aqui a ter atrasos sucessivos de degradação da qualidade do serviço que prestamos à nossa comunidade. -----

----- E, portanto, eu fazia o apelo Senhor Presidente, instrua os serviços para encerrar os microfones de todos, só disponibiliza os microfones do Senhor Presidente e de quem tem, e do Senhor Secretário, obviamente, e dos membros da Mesa, e de quem tem a palavra dada pela Mesa. -----

----- Volto a dizer, não é responsabilizado nenhum deputado de forma individual, mas é, de facto, estamos muitos e isto tem vindo a degradar substancialmente a qualidade da comunicação que queremos fazer a comunidade que servimos. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Tem a palavra agora para uma declaração de voto, o Bloco de Esquerda, faça favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- Senhor Secretário, as nossas declarações de voto vão ser todas por escrito, como eu referi!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- O Senhor Deputado José Inácio Faria do MPT, por favor!” -----

----- **O Grupo Municipal do MPT**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, José Inácio de Faria (MPT)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Secretário. -----

----- O MPT gostaria de apresentar uma declaração de voto oral, aliás, já tínhamos pedido durante a votação à Recomendação n.º116/04 do PAN, sobre a garantia do apoio às vítimas de violência doméstica que detenham animais de companhia e gostaríamos de referir que em relação a esta recomendação, o MPT votou contra porque, para além dos argumentos que o PS acabou agora de apresentar e com os quais concordamos na íntegra, o MPT entende que não deve nem pode haver distinção entre vítimas de violência doméstica com ou sem animais de companhia. Para nós vítimas de violência doméstica são todos aqueles ou aquelas, que sofrem de violência física, emocional ou psicológica às mãos de familiares, aliás, independentemente de terem ou não animais de companhia. -----

----- O MPT segue o princípio basilar do direito segundo o qual onde a lei não distingue, não cabe ao intérprete distinguir e aqui o PAN pretende claramente abrir uma descrição que consideramos totalmente incompreensível.-----

----- Relativamente às questões da proteção dos animais, o MPT entende que todos devem ser objeto de proteção e, aliás, a Lei assim o faz, nem outra coisa poderia ser e não está isso aqui em causa, independentemente de terem animais de companhia ou não, e que a violência doméstica deve ser tratada sem depender de quaisquer outros fatores ou circunstâncias que não lhe digam diretamente respeito e não estejam diretamente relacionados com o crime cometido.-----

----- Entendemos é que não se pode “misturar alhos com bugalhos”, isto é, confundir vítimas de violência doméstica com animais vítimas, também, eles de violência. É em nosso entender meter tudo no mesmo saco, como disse o Manuel Lage e bem, e é um apanágio do PAN com o qual não podemos concordar, portanto, a declaração de voto é para justificar a votação contra do Partido da Terra a esta Recomendação do PAN. ---

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhor Deputado.-----

----- Chegou agora o pedido do PAN, também, para fazer uma declaração de voto. -----

----- Eu não tenho mais nenhuma inscrição, a não ser esta agora do PAN, se por porventura passou alguma e é possível, façam favor de dizer.-----

----- Neste momento, tem a palavra Inês Sousa Real do PAN.” -----

----- **O Grupo Municipal do PAN**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Em relação àquilo que são as votações das recomendações e moções que aqui hoje acabámos de fazer, queríamos dar nota que quer em relação à recomendação do Senhor Deputado Independente Rui Costa, quer em relação à proposta do PSD, para uma melhor localização da sala de consumo assistido no Lumiar, justificar não só a nossa abstenção, relativamente ao ponto da suspensão, o Ponto 3, mas reforçar aquela que é a nossa plena convicção de que estamos a falar de matérias relacionadas com os direitos humanos, nomeadamente naquilo que também deve ser um desidrato desta Assembleia Municipal no combate aos confundidos assistidos que são um verdadeiro flagelo cuja dimensão atinge, não só as próprias pessoas, mas também, obviamente, o seu núcleo familiar.-----

----- E, portanto, se por um lado temos que estar nesta coesão de interesses entre daquilo que é a nossa necessária salvaguarda das crianças que frequentam o Jardim-de-infância, as escolas nas proximidades, por outro não nos podemos em momento algum esquecer desta dimensão e desta tragédia que o consumo de drogas atinge as pessoas e também as suas famílias.-----

----- Queria também, dar aqui uma nota não necessariamente por via da defesa da honra, mas poderei usar ainda o tempo que me resta da declaração de voto, em relação àquilo que foram as considerações a respeito da recomendação do PAN para a criação de espaços que permitam acolher vítimas de violência doméstica que detenham animais de companhia.-----

----- Eu não podia concordar mais com o Senhor Deputado do MPT, relativamente àquilo que é a não discriminação entre pessoas que possam ser vítimas de violência doméstica, o problema é que isso já está acontecer, senhores deputados!-----

----- E precisamente por já estar acontecer e porque temos vítimas de violência doméstica que, por terem animais de companhia se veem, inclusivamente na contingência de ter a única alternativa a rua e ficarem em situação de sem-abrigo, precisamente por não terem para onde ir acompanhadas dos seus animais, que são muitas das vezes o único elo de ligação a estas pessoas, é por isso que o PAN apresentou esta recomendação.-----

----- E contrariamente à política do “achismo”, já tínhamos saudades dos mimos do Senhor Deputado do PS, Manuel Lage a quem aproveito para cumprimentar em relação as nossas recomendações, de facto, não assenta num “achismo”, mas, sim em considerações e validações devidamente sustentadas por aquilo que nos diz a ciência e os diferentes relatórios nacionais e internacionais a este respeito.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto 116/05**:-----

----- “**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- Voto 116/05 (CDS-PP) - Saudação Pelo Acordo Abraão e pela Paz no Médio Oriente-----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa (CPL) abaixo assinados, eleitos na lista do PS, votaram contra o Voto 116/05 - Saudação Pelo Acordo Abraão e pela Paz no Médio Oriente, apresentado pelo CDS na reunião da AML do dia 22 de setembro por entenderem que o acordo agora assinado entre os EUA e os dois estados árabes, contrariamente ao que afirma o texto proposto, não ” marca as bases para um estabelecimento de uma paz duradoura”, antes é um fator de agravamento do conflito ao ignorar os legítimos interesses do povo palestino. O caminho para uma paz duradoura e tão justa quanto possível foi desde há muito traçado pela Organização das Nações Unidas, que deu lugar a várias conferências e acordos. Respeitasse Israel, como compete a qualquer Estado de direito, as recomendações da ONU e a paz possível teria sido já consolidada. -----

----- Entendem os signatários que é ignóbil, mas apresentado como positivo no texto do CDS, que com este acordo, Israel “suspenda planos para anexação de vastas áreas da margem ocidental do rio Jordão”. De facto, Israel apenas anuncia suspender (até quando?) uma sua prática criminosa e internacionalmente condenada: a ocupação ilegítima de território palestino através da implantação dos chamados “colonatos”. -----

----- As forças genuinamente empenhadas em garantir a paz e a segurança nesta área do globo não podem apoiar um ato unilateral que ignora os legítimos interesses de uma das partes envolvidas – o povo palestino – e cujo objetivo é apenas o reforço da influência, na região, dos EUA, os mesmos EUA que, contra o entendimento da comunidade internacional, decidiram reconhecer Jerusalém como capital de Israel, para onde informaram transferir a sua embaixada, numa atitude provocatória para com os palestinos, a ONU e a comunidade internacional e que dificultou ainda mais o caminho para um processo de paz duradoura. -----

----- O texto apresentado pelo CDS é, no nosso entender, unilateral e faccioso. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa,-----

----- Ana Gaspar -----

----- José Alberto Franco -----

----- Maria Teresa Craveiro-----

----- Miguel Graça”-----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Voto 116/05:**-----

----- “Declaração de Voto relativa ao Voto 116/05 (CDS-PP) - Saudação Pelo Acordo Abraão e pela Paz no Médio Oriente -----

----- A deputada e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar contra o Voto 116/05 (CDS-PP) - Saudação Pelo Acordo Abraão e pela Paz no Médio Oriente pelos seguintes motivos:-----

----- a) A assinatura do Acordo Abraão entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, sob patrocínio da administração americana de Donald Trump não pode ser

considerada, como no voto em questão, um marco na paz do Médio Oriente já que não tem em consideração nem refere, em nenhum momento, o Estado da Palestina. Em nenhum momento se fala da necessidade de acabar a política de colonização e ocupação de território palestino.-----

----- b) O povo palestino luta, há décadas, pela sua libertação e pelo fim de uma política ocupacionista e violenta dos governos israelitas. Este fator é essencial para qualquer acordo de paz para a região que possa ser duradouro, com uma solução de 2 Estados.-----

----- c) Além disso, em comunicado, a Liga Árabe afirmou que afirmou que estabelecer relações de paz com Israel é uma "opção estratégica para os países árabes", mas apenas quando a Palestina "conseguir a sua liberdade".-----

----- c) o voto em questão omite toda a história da luta do povo palestino e que tem provocado várias reações internacionais ao Acordo de Abraão, que não responde a essa matéria.-----

----- Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou contra no Voto 116/05 (CDS-PP) - Saudação Pelo Acordo Abraão e pela Paz no Médio Oriente.

----- Lisboa, 22 de setembro de 2020 -----

----- A Deputada e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda,-----

----- Isabel Pires -----

----- Ricardo Moreira -----

----- Tiago Ivo Cruz” -----

----- **Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos Por Lisboa,** apresentou a seguinte **Declaração de Voto 116/07:**-----

----- “Declaração de Voto -----

----- Voto 116/07 (BE) - Saudação Pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados-----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa abaixo indicados, relativamente ao Voto 116/07 (BE) - “Saudação pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados”, gostariam antes de mais de apontar a importância e a seriedade do tema abordado nesta iniciativa do GM do BE. -----

----- A situação no campo de refugiados de Moria é grave e é extremamente importante que este assunto seja abordado e debatido na Assembleia Municipal de Lisboa, até pelo facto da Câmara Municipal de Lisboa acolher, desde 2015, refugiados de vários programas de recolocação e reinstalação de requerentes de asilo.-----

----- Porém, se os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa abaixo indicados votaram a favor da primeira alínea da parte deliberativa, pois nada nos obsta em saudar o Município de Lisboa e o Pelouro dos Direitos Sociais “por se mostrar disponível para responder à catástrofe humanitária em Moria”.-----

----- Por outro lado, optariámos pela abstenção na segunda alínea da parte deliberativa deste voto de saudação — que apela ao Governo para “mobilizar equipamentos e orientar parte do financiamento europeu para a reabilitação e construção de equipamentos com função habitacional por forma a aumentar a

capacidade de receção” — devido ao facto de ter sido precisamente neste mandato que o próprio Pelouro dos Direitos Sociais viria a desperdiçar 1 milhão de euros em financiamento europeu, referentes a uma candidatura que o anterior executivo municipal tinha apresentado em 2017, para ampliar o Centro de Acolhimento Temporário de Refugiados no Lumiar, que poderia estar hoje com melhores condições para receber estes requerentes de asilo que irão chegar em breve à cidade de Lisboa. -----

----- Os Deputados Municipais Independentes dos Cidadãos por Lisboa, -----

----- Miguel Graça -----

----- Maria Teresa Craveiro -----

----- António Avelãs -----

----- Joana Duarte -----

----- Ana Gaspar -----

----- **O Deputado Municipal Independente Rodrigo de Mello Gonçalves,**
apresentou a seguinte **Declaração de Voto 116/07:**-----

----- “**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- **Voto 116/07 (BE) - Saudação Pelo reforço da capacidade de acolhimento de refugiados**-----

----- Lisboa assistiu este ano a lamentáveis episódios que evidenciaram a incapacidade da Câmara de Lisboa de acolher refugiados em condições adequadas, a falta de cooperação entre os serviços camarários e os restantes, e a incompetência do pelouro dos Direitos Sociais, conduzido pelo Vereador Manuel Grilo do Bloco de Esquerda, na gestão deste assunto. -----

----- A situação e as más condições em que se encontravam os refugiados em Lisboa levaram inclusive a Assembleia Municipal Lisboa a agendar um debate de actualidade sobre o assunto, ao qual o Vereador do Bloco de Esquerda nem sequer se dignou a comparecer e a prestar contas pelo seu trabalho.-----

----- Este voto de saudação apresentado pelo Bloco de Esquerda é pois uma tentativa de branquear aquilo que foi a sua desastrosa gestão desta temática durante o período de confinamento, bem como o facto de o pelouro dos Direitos Sociais ter sido incapaz de concretizar uma candidatura a fundos comunitários que permitiria financiar e reforçar a capacidade de acolhimento de refugiados, conforme foi aliás denunciado pelo Vice-Presidente da Câmara no passado mês de Maio em declarações à imprensa.-----

----- Perante o exposto, não poderia deixar de votar contra o voto 116/07.-----

----- Lisboa, 24 de Setembro de 2020, -----

----- O Deputado Municipal Independente, -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves” -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda,** apresentou a seguinte **Declaração de Moção 116/02:**-----

----- “**Declaração de Voto relativa à apreciação da Moção 116/02 (CDS-PP) - Gerir Eficientemente os Recursos Hídricos, Garantir o Abastecimento de Água Potável e o**

Regadio nas Zonas Críticas, Minimizar a Redução de Biodiversidade e a Desertificação dos Solos-----

----- A deputadas e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar abstenção no ponto 1 da Moção 116/02 (CDS-PP) - Gerir Eficientemente os Recursos Hídricos, Garantir o Abastecimento de Água Potável e o Regadio nas Zonas Críticas, Minimizar a Redução de Biodiversidade e a Desertificação dos Solos pelos seguintes motivos:-----

----- A dessalinização não é uma opção neutra. Esta intimamente ligada ao modelo de desenvolvimento, agrícola e de produção energética e tem consequências claras e diferentes nos seus custos e benefícios. A discussão sobre dessalinização tem sido feita em relação ao Algarve e aos seus problemas concretos. -----

----- De um modo mais geral, a crise climática tem como consequência a falta de água e mesmo secas em áreas do planeta. É, portanto, essencial travar combater estes fenómenos, mas também adaptar o território para os seus efeitos. -----

----- Ora, não se pode organizar uma região para servir determinadas industriais de forma incompatível com a exploração sustentável dos recursos, desde logo a água. Uma região que à partida já tem problemas de falta de água não pode ser organizada para ter inúmeros campos de golfe em que a irrigação não recorre, maioritariamente, sequer a águas residuais. De igual modo, organizar a agricultura dessa região para espécies muito exigentes de uso de água é um erro.-----

----- Assim, urge em primeiro lugar uma organização do território para a sustentabilidade ambiental e para garantir as necessidades das populações. O lucro de alguns sectores não pode estar acima dos limites do planeta e as necessidades da sociedade. Resolvido este problema, a dessalinização da água pode ser discutida precisamente para complementar a resposta à população e não para garantir um modelo insustentável. Se necessário recorrer a esta opção, a prioridade será o recurso a energias renováveis, ciente dos seus impactos e de necessidade de maior produção. -----

----- Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou abstenção na no ponto 1 da Moção 116/02 (CDS-PP) - Gerir Eficientemente os Recursos Hídricos, Garantir o Abastecimento de Água Potável e o Regadio nas Zonas Críticas, Minimizar a Redução de Biodiversidade e a Desertificação dos Solos-----

----- Lisboa, 22 de setembro de 2020.-----

----- A Deputadas e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda, -----

----- Isabel Pires -----

----- Ricardo Moreira -----

----- Tiago Ivo Cruz” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/01:**-----

----- “Declaração de voto do Grupo Municipal do PCP-----

----- **Recomendação 116/01 (6DM IND) NOVA VERSÃO - A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação**-----

----- Sessão Ordinária de dia 22 de Setembro de 2020 -----

----- O Grupo Municipal do PCP votou favoravelmente a Recomendação 116/01 (6DM IND) NOVA VERSÃO - A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação.-----

----- A proposta de recomendação apresentada pelos 6 Deputados Municipais independentes parece querer transformar um órgão consultivo em um órgão deliberativo “para que sejam tomadas as medidas necessárias de apoio às crianças e jovens em idade escolar”.-----

----- Ora o Conselho Municipal Educação (CME) é um órgão consultivo, cabe ao Governo tomar as medidas necessárias em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Não obstante tal facto, amplamente escrutinado na proposta de Moção por nós apresentada sobre a abertura do ano lectivo nesta sessão, consideramos importante que o CME reúna, nos parâmetros agora sugeridos (participação dos “responsáveis pela área da Educação nas Juntas de Freguesia”).-----

----- De relembrar a Recomendação apresentada pelo PCP, em 8 de Outubro de 2019, “Início do Ano Lectivo 2019/2020”, aprovada por unanimidade que referia no seu ponto 3, recomendar à CML “Revitalizar o Conselho Municipal de Educação”.---

----- Assembleia Municipal de Lisboa, em 22 de Setembro de 2020 -----

----- A Deputada Municipal do PCP -----

----- Natacha Amaro -----

----- **O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/01:** -----

----- “Declaração de Voto relativa à apreciação da Recomendação 116/01 (6DM IND) - A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação-----

----- A deputada e os deputados municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda declaram votar abstenção na apreciação da Recomendação 116/01 (6DM IND) - A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação pelos seguintes motivos:-----

----- Este ano letivo inicia-se com um dos maiores desafios até então: lidar com uma pandemia global. Por isso mesmo, tem sido feita a preparação desde há várias semanas, com reuniões diretores de agrupamentos e CML. A crescer à necessidade de adaptar as escolas à nova situação sanitária, o Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, que procedeu à descentralização de competências para os municípios leva a problemas acrescido. Uma pesada herança do Ministério da Educação de falta de funcionários e condições físicas de grande parte das escolas passou a ser responsabilidade do município, algo que é um erro do ponto de vista do Bloco de Esquerda (tendo votado contra a descentralização).-----

----- Ora, o Decreto-Lei nº 21/2019 implica a criação de um novo Conselho Municipal de Educação, com pessoas nomeadas por cada Conselho Geral, pelo que é preciso que seja dado às escolas a oportunidade de ainda fazerem esse processo.-----

----- Considerando as condicionantes existentes este ano, e concordando com o papel relevante do Conselho Municipal de Educação, consideramos que é preciso dar o tempo devido para que as condições estejam reunidas, devendo continuar a ser feito o trabalho de articulação entre os vários intervenientes da comunidade escolar.-----

----- Pelo acima exposto, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda votou abstenção na apreciação da Recomendação 116/01 (6DM IND) - A Ação necessária do Conselho Municipal de Educação.-----

----- Lisboa, 22 de setembro de 2020 -----

----- A Deputada e os Deputados Municipais, eleitos pelo Bloco de Esquerda,-----

----- Isabel Pires -----

----- Ricardo Moreira -----

----- Tiago Ivo Cruz”-----

----- **O Grupo Municipal do CDS-PP, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/08:**-----

----- “DECLARAÇÃO de VOTO -----

----- Recomendação 116/08 do PSD -----

----- Os Deputados Municipais do CDS-PP, declaram que se abstiveram na recomendação acima referenciada por considerarem que: -----

----- O CDS tem vindo a manifestar, ao longo dos anos, a sua posição relativamente às salas de consumo assistido, sejam fixas ou móveis, tendo como prioridade máxima o acompanhamento clínico do consumidor e, principalmente, a sua recuperação e libertação face à dependência, assente em apoio social e económico.-----

----- As salas de consumo assistido estão previstas na estratégia nacional desde 2001 sendo que, em Portugal, não existe nenhuma unidade fixa implementada. Nos últimos anos, tem-se verificado uma tendência decrescente no sucesso destas salas, uma vez que as estratégias de combate ao consumo e tráfico têm tido sucesso, segundo o SICAD.-----

----- Nesse sentido, a discussão que hoje se trava na cidade de Lisboa tem por base um compromisso eleitoral do Bloco de Esquerda, aceite em posterior acordo de governação da cidade com o Partido Socialista. Na base da apresentação de propostas, o CDS tem solicitado inúmeros dados ao executivo que fundamentem a decisão sobre as salas de consumo fixas, sendo que os dados recolhidos são manifestamente insuficientes.-----

----- Defensor desta solução, o presidente da Junta de Freguesia do Lumiar Pedro Delgado Alves, do PS, manifestou desde a primeira hora a sua intenção em receber, na área geográfica da freguesia, o referido equipamento. Uma decisão pessoal e política que nunca foi discutida com a população.-----

----- Simultaneamente, a localização da sala de consumo assistido fixo tem por base a confluência do consumo e do tráfico de estupefacientes. Ora, em análise dos dados existentes e fornecidos pelas entidades oficiais, a freguesia do Lumiar e em particular a zona 10 do PUAL estão em 4º lugar no que respeita a local de consumo/tráfico sendo que, nas freguesias com maior incidência, o município e entidades parceiras optaram por unidades de consumo assistido móvel que, em abono da verdade, cumprem o desígnio de apoio aos dependentes e a mais valia de se deslocarem, ao longo dos tempos, acompanhando os locais e padrões de consumo, o que não é possível com uma sala fixa.-----

----- *Especificamente sobre a opção pelo Lumiar, a decisão do local aferido pela Junta de Freguesia do Lumiar e pela CML violam deliberadamente o DL 183/2001, que refere que a instalação destes equipamentos não podem estar a pelo menos 500 metros de zonas residenciais centrais. Ora, o local escolhido não só conflitua com a realidade urbanística como se agrava com a proximidade de estabelecimentos escolares, infantis, seniores e do centro da freguesia.* -----

----- *No texto apresentado pelo PSD é referido que a Assembleia de Freguesia do Lumiar aprovou uma recomendação, com voto favorável dos partidos representados, a favor da criação de uma sala de consumo na freguesia, mas noutra local. Tal afirmação não corresponde à verdade dos factos uma vez que os eleitos do CDS-PP se abstiveram no texto referido e este não defendia, *ipsis verbis*, o relatado. De resto, é a única força política com esta posição.* -----

----- *O PSD refere ainda no mesmo texto, na parte supostamente deliberativa mas que se trata de um considerando, que a CML deve encontrar outra local na freguesia do Lumiar para acolher a sala de consumo assistido fixo, facto com que o CDS, pelas razões expostas na presente declaração, não pode jamais acompanhar.* -----

----- *Por outro lado, o CDS entende que, apesar de acompanhar o PSD na inviabilização da sala de consumo assistido fixo no local indicado, entende não existir fundamentação técnica nem de outra ordem para que exista uma sala de consumo fixo no Lumiar entendendo como solução alternativa as unidades móveis ou equipamento inserido em parque hospitalar.* -----

----- *Importa ainda referir que o CDS tem tido a mesma posição sobre o tema desde a primeira hora, conforme se constata nos documentos submetidos a votação na Assembleia de Freguesia do Lumiar, neste mandato.* -----

----- *O CDS não pode deixar passar incólume o facto do presidente da JF Lumiar ter assumido a realização de um debate público sobre o tema em 2018, confortado pela aprovação de uma moção do PS em Assembleia de Freguesia e que nunca cumpriu. Em suma, a obra encontra-se em execução, a decisão está tomada e o senhor presidente da JF vem dar nota que ao debate terá lugar no mês de outubro próximo. --*

----- *Tal decisão e afirmação é prova inequívoca do desrespeito pelos lumiareses, que não foram ouvidos nem consultados sobre uma decisão com impacto da sua vida, na vida da sua comunidade. Fazê-lo depois da decisão em curso é, no mínimo, menosprezar a população.* -----

----- *Por fim, o CDS alerta que o relatório europeu divulgada na manhã de 22 de setembro pelo Observatório Europeu para a Droga e Toxicodependência vem dar nota de uma mudança drástica nos hábitos de consumo e tráfico, concluindo que a tendência é de que o consumo não ocorre no local de tráfico, o que deita por terra a fundamentação basilar da localização das salas de consumo assistido fixo, pelo que este novo dado deve ler as entidades nacionais e o município a repensar a estratégia definida em 2001.* -----

----- *Lisboa, 22 de setembro de 2020* -----

----- *Pelo Grupo Municipal do CDS-PP*-----

----- *Diogo Moura*” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/11:**-----

----- “*Declaração de voto do Grupo Municipal do PCP*-----
----- *Recomendação 116/11 (MPT) - Pela Defesa urgente das “Lojas com História” de Lisboa face aos impactos da epidemia da Covid-19 no comércio.*-----
----- *O Grupo Municipal do PCP acompanha a preocupação em relação à defesa urgente das Lojas com História, não só no âmbito da epidemia da Covid-19, mas na luta pela subsistência que perdura de há anos para cá.*-----
----- *Não obstante as medidas existentes, as mesmas não têm sido suficientes para darem uma resposta de forma cabal e eficaz.*-----
----- *Reconhecendo a importância e a pertinência das medidas propostas, só por si não serão a solução dos problemas existentes, mas apenas uma forma de mitigar os reais problemas com que se deparam.*-----
----- *Do nosso ponto de vista, a questão fulcral para a defesa das Lojas com História terá que passar primeiramente pela alteração da lei dos despejos.*-----
----- *A Deputada Municipal do PCP*-----
----- *Natacha Amaro*-----
----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 22 de Setembro de 2020”*-----

----- **O Deputado Municipal Pedro Tadeu Costa do PS, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/15:**-----

----- “*Declaração de Voto*-----
----- *Recomendação 116/15 de 22 de Setembro 2020*-----
----- *É já longo o processo de discussão da instalação das casas de consumo assistido na cidade de Lisboa.*-----
----- *Estes equipamentos são o culminar de uma estratégia nacional com já duas décadas de combate às dependências.*-----
----- *Reconhecendo justiça a algumas das críticas, a Junta de Freguesia de Campo de Ourique requereu à camara municipal uma serie de apresentações públicas e compromissos com a população.*-----
----- *Deste processo emanou uma série de condições, para a criação de um projeto piloto na quinta do Loureiro, das quais destacamos as garantias quanto à intervenção comunitária e serviços de saúde naquele equipamento, assim como a assunção de uma série de investimentos fundamentais para aquele território.*-----
----- *Face a estes factos, ainda que com reservas quanto ao processo inicial, votei contra esta recomendação por entender que com as garantias prestadas o equipamento poderá ter um efeito muito positivo no local.*-----
----- *DM Pedro Tadeu Costa*-----
----- *Presidente de Junta de Freguesia de Campo de Ourique”*-----

----- **A Deputada Municipal Alexandra Mota Torres do PS, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/15:**-----

----- “*DECLARAÇÃO de VOTO*-----
----- *Alexandra Mota Torres, Deputada Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Lisboa vem, nos termos e para os efeitos previstos no artigo*

63º, n.º 1 do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Sessão Ordinária de Setembro (1ª reunião) – 22 de Setembro de 2020 a sua declaração de voto favorável, referente à Recomendação 116/15 (DM IND Rui Costa) – “Pela definição de critérios para instituição ou emissão de parecer pela Câmara Municipal de Lisboa quanto à instituição de salas de consumo assistido”, com os seguintes fundamentos: -----

----- A signatária: -----

----- 1. É a favor de uma resposta social para os cidadãos com manifesta adição a estupefacientes; -----

----- 2. É também sensível (e defende) à reconhecida necessidade, por razões humanitárias e de saúde pública, de assegurar a existência de programas de prevenção e contenção do fenómeno da toxicodependência, designadamente os que integram a existência de salas de consumo assistido; -----

----- 3. Reconhece o esforço do Município de Lisboa de proporcionar aos lisboetas as melhores respostas para um problema que sabemos tem uma expressão que afeta muitas famílias e a sociedade de modo geral; -----

----- 4. Não lhe restam dúvidas, por convicção e pela interpretação legal de que a instalação de uma sala de consumo assistido no Lumiar tem total que legitimidade legal, assim como legitimidade democrática dadas as anteriores deliberações desta AML; -----

----- 1. No entanto, parece-lhe, que no caso em apreço, a concreta localização deste equipamento não é o mais adequado, tendo em conta o texto do Decreto-Lei n.º 183/2001, de 21 de Junho; -----

----- 2. Por outro lado, a importância e impacto da construção de um equipamento desta natureza, bem como a sua localização, devem ser o mais amplamente discutidas e participadas e a sua concretização refletida com o menor constrangimento dos moradores, munícipes de Lisboa; -----

----- 3. Pelo que se aduz, mereceu a recomendação o voto favorável por tentar suspender a instalação deste equipamento sem que o referido em 5 e 6 sejam cumpridos para cabal esclarecimento deste processo. -----

----- Lisboa, 23 de setembro de 2020 -----

----- Alexandra Mota Torres -----

----- Deputada do Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal de Lisboa” -----

----- **A Deputada Municipal maria da Graça Ferreira do PS, apresentou a seguinte Declaração de Recomendação 116/15:** -----

----- “ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 22 DE SETEMBRO DE 2020 -----

----- PROPOSTA Nº 116/15, SOBRE EQUIPAMENTO PARA CONSUMO ASSISTIDO À TOXICODPENDÊNCIA, NO LUMIAR -----

----- Voto contra - DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Enquanto membro da Assembleia, pelo Partido Socialista, venho justificar a minha posição de voto Contra. -----

----- Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Santa Clara, em nome de todo o seu Executivo e corporizando as múltiplas observações provenientes da população, para além das várias exposições escritas e verbais já apresentadas,

manifesto, também desta forma e por esta via a n/ total discordância com a construção do equipamento destinado ao apoio ao consumo assistido à toxicodependência, na Azinhaga da Cidade, freguesia do Lumiar, mas, no seu limite, junto ao território de Santa Clara, qual implementação das Centrais Nucleares do país vizinho junto à fronteira com Portugal. -----

----- Porque será que ninguém quer este equipamento na sua proximidade?!!!! -----

----- Santa Clara já vivenciou esta experiência, de má memória, com a colocação, neste mesmo local, de uma unidade móvel. Já conhece os efeitos da atração e permanência dos respectivos utentes, nas imediações. -----

----- E que polícia de proximidade é esta, com apenas um ou dois equipamentos para toda a cidade de Lisboa?!!!! -----

----- Porque é que um problema de saúde individual e pública não se trata nos equipamentos de Saúde, com envolvimento de Assistentes Sociais?!!!! -----

----- E porque será que, nas últimas décadas - e os exemplos estão à vista - se tornou prática corrente remeter para Santa Clara tudo aquilo que ninguém quer?!!!! -----

----- Lisboa, 22 de Setembro de 2020 -----

----- Maria da Graça Resende Pinto Ferreira” -----

*----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “Obrigado Senhora Deputada. -----

----- Temos mais uma intervenção, suponho seja uma declaração de voto, mas a Senhora Deputada Ana Mateus, também, pediu a palavra. -----

----- Não tenho mais pedidos!” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “A Senhora Deputada Ana Mateus não pode fazer já a declaração de voto, já fez o líder de bancada!” -----

*----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:* -----

----- “Eu, não é declaração de voto, foi porque eu entretanto tive aqui um corte e estava a falar em relação ao sentido de voto n.º 116 do PEV, e era só para saber se o PEV está interessado em adicionar aqui a estas instituições a Ordem dos Psicólogos...” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- Oh! Senhora Deputada, já foi votado com a redação que tinha!” -----

*----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:* -----

----- “Não é grave, era só para saber se era possível...” -----

*----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “Sim, mas é como diz o Senhor líder de bancada, temos que ser objetivos!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Ana Mateus (PSD)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----

----- “Claro, claro, está tudo esclarecido!”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Não tenho mais nada!-----

----- Tenho uma nota agora; “Caro Senhor Deputado, sentido da defesa da honra”, mas quem é que assina isto? Eu não sei? E assina IR, quem é, peço, desculpa?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Inês de Sousa Real (PAN)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Inês de Sousa Real do PAN, referi isso na minha intervenção em relação aos comentários do “achismo” do PAN, precediam da defesa da honra e usa o tempo restante das declarações de voto!-----

----- Eu acautelei essa questão”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Senhor Presidente, não tenho mais inscrições.”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Vamos terminar este ponto, realmente este ponto terminou muito depois do que seria espectável, a Câmara tem estado toda a tarde para usar da palavra, portanto eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer iniciar?”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “O Senhor Deputado Luís Newton quer interpelar a Mesa, mais uma vez!-----

----- Faça favor!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Presidente, uma interpelação em duas partes, a primeira dar nota que ainda à bocado a minha figura de intervenção, não foi a declaração de voto da Deputada Ana Mateus, poderia e devia se assim o estivesse previsto fazer uma declaração de voto em nome do PSD e não era em nada prejudicada pela interpelação à Mesa feita pelo líder de bancada.-----

----- Eu tenho uma interpelação à Mesa, é sobre o futuro desta reunião, são neste momento dezanove e quinze e eu temo que se nós continuarmos a reunião nos moldes em que está prevista, nos vamos acabar por ter o debate da Informação Escrita do Presidente partida ao meio e, portanto, que ficar para a segunda parte das perguntas corre o risco de na próxima sessão eventualmente não poder ter o privilégio de ter cá o Presidente de Câmara, que obviamente tem sido e tenho que o saudar, porque se as vezes, também, discordamos noutras alturas também tenho que reconhecer que tem estado aqui de forma, eu diria de forma disponível para o evoluir dos trabalhos da Assembleia Municipal, mas já estamos em sessão à praticamente quatro horas e,

portanto, eu julgo que disto sai prejuízo do trabalho do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, do trabalho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, também, e obviamente dos trabalhos das várias forças políticas que correm o risco de ver algumas delas de que se inscreverem ou ficarem para segundas roundas de perguntas calhar fora do horário e, portanto, passar para a próxima sessão e não terem oportunidade de verem essas suas questões serem respondidas pelo próprio Presidente de Câmara. -----

----- Portanto, ponho isto à consideração da Mesa, para pôr à consideração do Senhor Presidente de Câmara, para ver se é possível ou se faz sentido fazer aqui alguma alteração à Ordem de Trabalhos para não prejudicar a eficácia e obviamente teremos que reavaliar estas situações em sede de Comissão.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Tenho a Senhora Deputada Isabel Pires, o Senhor Deputado Rodrigo de Mello Gonçalves, fazem interpelações à Mesa. Não sei se serão no mesmo sentido ou não!”--

----- Senhora Deputada Isabel Pires, por favor!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Secretário, sim é no mesmo sentido, porque levantamos essa preocupação pela hora já adiantada que estamos, obviamente que temos uma ordem de trabalhos que necessariamente temos que cumprir, mas eu recorro que esta situação de termos uma sessão de Informação Escrita partida ao meio, digamos assim, em duas sessões já aconteceu e não foi de agora enquanto fazemos estas sessões *on-line*, mas presencial e em Conferência de Representantes acordou-se que tentaríamos ao máximo que isso não voltasse acontecer, porque prejudica objetivamente aqueles que estão inscritos mas que ficará necessariamente para mais tarde. -----

----- Portanto, eu recorro-me dessa discussão, recorro-me que ficou acordado que se tentaria, obviamente ao máximo dentro das possibilidades existentes que isso não acontecesse e, portanto, levantamos obviamente essa questão neste momento, percebendo e obviamente que a Câmara aqui, também, esteve este tempo tudo enquanto nós terminávamos a nossa Ordem de Trabalhos, mas gostávamos de colocar isso à consideração dos vários grupos municipais, porque considerando as horas que são tememos que grande parte das intervenções dos Grupos Municipais, ficará para uma sessão em que possivelmente já não estará ninguém da Câmara ou já não estará o Presidente da Câmara e, portanto, poderíamos ter aqui uma forma diferente de articular o trabalho.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor deputado Rodrigo de Mello Gonçalves será no mesmo sentido ou não?” -

----- **O Senhor Deputado Municipal, Rodrigo de Mello Gonçalves (IND)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa:-----

----- “Sim, Senhor Secretário é no mesmo sentido, dado ao adiantado da hora, eu penso que não há condições para nós entrarmos no Ponto da Informação Escrita e,

portanto, sugeria que fosse posto à consideração do Plenário, eventualmente adiantarmos outros pontos da Ordem de Trabalhos e remeter a Informação Escrita do Presidente, pedindo desculpa ao Presidente, obviamente pelas circunstâncias mas para uma próxima sessão! -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Entre tanto o Senhor Deputado Manuel Lage pediu a palavra, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Manuel Lage (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte interpelação à Mesa: -----

----- “Colegas, compreendendo aquilo que foi dito! Eu quero só relembrar que nós temos várias hipóteses, a primeira das quais é os trabalhos para serem interrompidos têm que ser interrompidos antes da apresentação do ponto e não podem continuar qualquer outro, porque legalmente o primeiro ponto tem que necessariamente ser este, primeira questão. -----

----- Segunda questão, nós podemos interromper os trabalhos e retoma-los um minuto depois que, também, já aconteceu! Portanto, creio que já não é a primeira vez! -----

----- Queria dizer mais uma coisa, para não estarmos a fazer perder mais tempo a todos nós e o Senhor Presidente a questão é, a próxima vez que isto acontecer se calhar é não perdermos tanto tempo no PAOD.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Senhor Presidente, por favor!” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu, muito rapidamente e tentando não prolongar esta sessão, eu penso que a questão é muito simples, o Período Antes da Ordem do Dia tinha que ser como foi, infelizmente deveria demorar muito menos, legalmente, mas é o que é! -----

----- Assim sendo, a Câmara esteve aqui desde o princípio para cumprir a sua obrigação e para fazer a sua Intervenção Escrita, nós temos que pedir desculpa ao Senhor Presidente da Câmara, porque houve muita coisa que era dispensável, digamos, para além das exposições legítimas das vossas posições. -----

----- Agora o que eu penso é que neste momento, já tivemos vários modelos, como disse a Senhora Deputada Isabel Pires, já partimos o debate da Informação Escrita, já fizemos isso, agora o que me parece aqui claro é que nunca mais podemos repetir o Período Antes da Ordem do Dia e a Informação Escrita, porque nós já sabemos que será sempre assim e foi hoje. Portanto, a próxima vez já se sabe a Informação Escrita ficará para a segunda sessão, porque efetivamente não teremos condições de assegurar o resultado muito melhor como o resultado de hoje. -----

----- Assim sendo, neste momento eu acho que é, também, legítimo é ouvir a Câmara, porque se a Câmara quiser apresentar a Informação Escrita está no seu direito, estamos no período de confinamento e está no seu direito de começar a Intervenção Escrita, neste momento.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Pedia ao Senhor Presidente, que se pronunciasse!”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito Obrigado, Senhor Presidente.-----

----- Eu não posso não concordar com a proposta que o Senhor Presidente fez, relativamente à futura organização dos trabalhos, acho que, aliás, é o único modelo que dignifica com o debate da Informação Escrita que é eu dos momentos altos, aliás, de prestação de contas da Câmara à Assembleia e debate político da cidade, naturalmente, a Assembleia decidirá isso quando entender e para o futuro.-----

----- Creio que para o debate de hoje a Câmara está em condições desde as três da tarde de proceder a esse debate, por isso é isso que pretendo fazer!”-----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- **1. APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO ATUAL, E NA ALÍNEA E) DO N.º 2 DO ART.º 4.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA; GRELHA H – MÁXIMO 2 HORAS E 40 MINUTOS;**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Assim sendo, dou a palavra ao Senhor Presidente, para começar a Informação Escrita”-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -

----- “Muito bem.-----

----- Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.-----

----- Eu quero em primeiro lugar saudar-vos a todos de forma muito calorosa, espero que possamos, aliás, em breve encontrar um modelo de nos voltarmos a encontrar presencialmente, nem que seja, um modelo com alguma criatividade, que permite juntar segurança, mas também com o debate ao vivo, creio que todos ganharíamos.-----

----- Neste debate da Informação Escrita, creio que é minha obrigação fazer um ponto geral sobre a evolução da pandemia na Cidade de Lisboa, das principais políticas, e dar também o panorama do que foram estes últimos meses de política da cidade, que mediarão, aliás, antes do verão na última Informação Escrita que tive oportunidade de debater aqui com a Assembleia Municipal.-----

----- Eu começava pelo ponto de situação, relativamente à pandemia.-----

----- Como é do conhecimento, creio de todos, nos meses de março e abril a pandemia que atingiu, quando atinge Portugal tem uma expressão muito significativa na região norte, seguidamente uma expressão na região centro, e uma expressão muito menos significativa na região de Lisboa e Vale do Tejo. Entretanto, são tomados um conjunto de decisões, declarado o estado de emergência, o país entrou numa situação de confinamento geral, que levou a uma forte redução do número geral de casos em particular no norte e no centro.-----

----- Na região de Lisboa e Vale do Tejo, a situação manteve-se sempre com níveis relativamente, baixos do ponto de vista de novos casos, mas, ao contrário das outras regiões de norte e centro, não viu diminuir os seus casos, em virtude da declaração do estado de emergência do período de confinamento.-----

----- Seguiu-se um segundo período de desconfinamento, de fim de estado de emergência, da recuperação de uma certa normalidade, em que os dados relativamente à região de Lisboa, e região de Lisboa aqui é uma grande região, é a região que abrange os distritos de Santarém, Lisboa e Setúbal, que apresentaram um número de novos casos significativamente acima de que as outras regiões apresentavam, aliás, numa trajetória que foi uma trajetória um pouco única da região a Lisboa e Vale do Tejo, face ao resto do país, na medida em que, a um baixo número de novos casos encontrava-se a região a subir, quando a região norte e centro, e não falo do Alentejo e do Algarve, porque tem uma dimensão muito mais reduzida. Quando as outras regiões tinham casos de um número muito reduzido de casos, Lisboa encontrava-se numa trajetória ascendente.-----

----- Bom, e foi assim até ao período do verão, e, perante este cenário, o que foram levantadas várias hipóteses, creio que se recordam, os surtos começaram numa fábrica da Azambuja, depois progrediram para polos de obra de construção civil na cidade de Lisboa, com as pessoas a residirem em vários concelhos e agora os municípios aqui da Área Metropolitana, e perante esta situação, que foi criado pelo Governo o gabinete específico para a região de Lisboa, dezanove freguesias foram consideradas em estado de calamidade, uma das quais no Município de Lisboa, as outras com forte continuidade territorial de Loures, Amadora, Sintra, e neste quadro foram criadas equipas multidisciplinares compostas pela saúde, neste caso pelas unidades de cuidados à comunidade, Proteção Civil, Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Juntas de Freguesia e Polícia Municipal.-----

---- Estas equipas fizeram um trabalho absolutamente extraordinária, e não quero poupar neste adjetivo, na medida em que conseguiram fazer algo da maior importância, que foi visitar todos os casos ativos, avaliar se cada caso tinha ou não condições para cumprir os seus confinamento, assegurar que as pessoas tinham condições para o cumprir esse confinamentos, tratando-se dessas condições, questões de alimentação, questões financeiras de emergência, questões de poderem ter acesso aos apoios que o Estado providenciava, até a ser facultada habitação de substituição durante o tempo que as pessoas precisavam para cumprirem o seu período de isolamento e, no fundo, curarem-se relativamente à infeção.-----

----- Este foi um trabalho de filigrana, feito porta-a-porta, casa a casa, quero deixar aqui uma palavra de agradecimento a todos, e que foram muitos, na equipa de Proteção Civil da Câmara, nos vários Departamentos que acabei de referir, no Estado Central, uma palavra muito particular de agradecimento que já tive oportunidade de fazer diretamente, mas quero aqui deixar público na Assembleia Municipal, às Equipas de Unidades de Cuidados à Comunidade, que foram muito expressivas, no fundo, as nossas enfermeiras que lideraram eram grande parte destas equipas nos vários ACES, tiveram aqui um papel absolutamente decisivo, em conseguir algo que

era muito difícil e muito exigente, que é perante uma realidade social, adversa, do ponto de vista da densidade demográfica, de habitação, das questões da mobilidade, até muitas vezes das questões linguísticas, ser capaz de assegurar este processo de confinamento. -----

----- Este trabalho fez com que a realidade de Lisboa se normalizar-se e, no fundo, apresentasse um forte sentido descendente em todos os municípios no conjunto das freguesias, que hoje, aliás, retomaram no fundo uma situação de não distinção face ao total nacional.-----

----- Neste contexto, o que temos verificado nas últimas semanas é um crescimento da pandemia e, por isso, o número de novos casos. O crescimento que tem sido, relativamente, distribuído do ponto de vista do território nacional de norte a sul, com maior expressão como é natural nas zonas do litoral, por isso, nas zonas com maior densidade populacional, com um padrão de infeção, que hoje é diferente do primeiro momento de março, abril. É um padrão, que por um lado insere-se numa trajetória europeia, a generalidade dos países estão a crescer significativamente o número de novas infeções, distribuído territorialmente pelo território, de norte a sul, sem particular, distinção, que não esta a questão da maior densidade populacional, que as cidades do litoral apresentam, com duas diferenças importantes, face aquilo que vimos em março e abril, que é o facto de haver uma maior expressão das infeções relativamente, aos jovens do que em março, abril, e uma segunda de haver uma menor mortalidade associada ao vírus que, naturalmente, está também associada às características da população que aparece infetada.-----

----- Um outro dado que quero sublinhar, é o facto de hoje o país ter uma capacidade do ponto de vista, até de todo o sistema que está hoje montado bastante diferente para melhor do que aquela que tinha em março e abril, e também de ter hoje um aumento da capacidade de testagem bastante significativo, que hoje extravasa o que são os casos considerados diretamente infetados ou imediatamente infetadas, e abrange no fundo, as posições colaterais que vão desde os familiares, as pessoas assintomáticas que possam ter estado em contacto, e para dar uma ideia no mês de março, o país dispunha de uma capacidade de cerca de 4.000 testes diários, no mês de abril, estávamos em cerca de 9.000 testes diários, neste momento já ultrapassamos os 14.000 testes diários, e o objetivo é que se venham a ultrapassar a capacidade de 20.000 testes diários, o que faz mudar o panorama, e tornar o panorama mais robusto.-

----- Significa isto, que perante uma realidade que está em crescimento como temos visto, perante uma realidade. Ainda antes, Senhores Deputados, um dado importante, quando falamos que há um crescimento geral em toda a Europa, Portugal apresenta a sexta posição a nível europeu quando medimos o número de novos casos, *per capita* e, por isso, tendo em conta as diferenças de população ocupamos a 11ª posição relativamente a mortalidade, o que é uma melhoria significativa do indicador de infeções por 100.000 habitantes, face ao número de óbitos pelos 100.000 habitantes, mas, perante esta realidade há sobressair que o país todo hoje se encontra na referida situação de contingência, e a importância que ganham o facto dos comportamentos individuais terem que ser reforçados e ativados, como método de redução da

velocidade de expansão da pandemia. A utilização da máscara, a higiene do ponto de vista da desinfecção das mãos, a distância social, tudo isto, são os principais instrumentos que existem neste momento, para podermos reduzir a intensidade com a qual a pandemia se expande.-----

----- Esta era a primeira nota que queria colocar, uma situação de uma pandemia que está no global do país, na Europa e no global do país em crescimento, uma pandemia que não apresenta particulares diferenças dentro das zonas de maior densidade populacional, uma pandemia que está hoje mais concentrada nos mais jovens, e apresenta menores taxas de mortalidade, do que aquilo que tínhamos em março e abril, com a situação que todos conhecemos.-----

----- Neste contexto é um contexto muito exigente, na medida em que ainda não há a descoberta de uma vacina eficaz, nem sequer de medicamentos que possam auxiliar de forma decisiva e controlar a carga vírica de forma totalmente decisiva e convincente, o momento que estamos a viver é marcado no fundo por dois grandes desafios que são duas grandes incógnitas.-----

----- A primeira, é uma de saber como é que nós vamos lidar com a simultaneidade da época da gripe com a pandemia, e é, no fundo, uma questão que temos estado a trabalhar de uma forma muito estreita com o sistema de saúde, para saber de que forma podemos apoiar nesta gestão do processo. Temos algumas indicações positivas dos países do hemisfério sul, onde a pandemia, onde, no fundo, o inverno já aconteceu, e as indicações desses países são indicações que mostraram uma redução, ou uma menor prevalência da gripe, por questões porventura relacionadas com a combinação dos vírus, também relativamente às medidas de distanciamento das máscaras e de higiene, que poderão ter contribuído para a menor incidência da gripe, mas veremos como o nosso país enfrentará isso.-----

----- E uma segunda parte, que vos queria falar de forma mais detalhada, que se prende com a abertura do ano letivo.-----

----- A abertura do ano letivo, a abertura das escolas até ao ensino secundário, na medida que o ensino secundário já estava definido um protocolo de atuação, com aulas presenciais.-----

----- A abertura do ano letivo é a grande operação, direi eu de desconfinamento, após o estado de emergência que conhecemos.-----

----- É um momento da maior importância, é um momento que tem que ser apoiado por todos, é um momento de grande importância para as famílias, de grande importância para os jovens, de grande importância para a comunidade e para o nosso futuro, mas é naturalmente um processo de grande complexidade, pelos receios que levanta, mas, fundamentalmente, pelas questões práticas que se colocam que é saber como é que nós nos organizamos de forma a conseguir controlar os riscos de infeção.

----- A experiência internacional neste caso ajuda-nos, um conjunto importante de países pode dizer que abriu as suas escolas, sem que isso tivesse um impacto determinante na evolução da pandemia, nomeadamente, os países europeus quando seguiram métodos adequados, há, de facto, há outros casos onde as coisas não correram da mesma forma, e um caso conhecido é o caso de Israel, em que a abertura

das escolas em condições semelhantes àquelas que tinham antes da pandemia fez com que se associasse a esse processo um aumento da pandemia.-----

----- Significa isto, que nós estamos a trabalhar, e começamos a trabalhar desde muito cedo, uns meses antes do verão, com as escolas no sentido de começarmos a trabalhar e com o Ministério da Educação, com o Ministério da Saúde no sentido de prepararmos a abertura deste ano letivo.-----

----- E por isso, foi um trabalho que foi coordenado diretamente pelo Vice-Presidente João Paulo Saraiva, a quem eu pedi que coordena-se, dadas a importância e o conjunto das interações que eram exigíveis, que obviamente, envolveu e mobilizou a área da Vereação responsável pela área da educação, também a Vereação responsável pela área da proteção civil, e foi possível assegurar que nós visitámos, e houve colaboração dos serviços municipais na elaboração dos planos de contingência de cerca de 140 escolas, correspondendo a mais de 2.430 turmas, relativas a mais de cinquenta e cinco mil alunos no Município a Lisboa.-----

----- Participamos ativamente neste trabalho, quero deixar aqui também uma palavra de agradecimento e de reconhecimento a todas as direções dos agrupamentos, a todos os coordenadores de escolas, todos aqueles que conseguiram, todos os professores, todos os profissionais não docentes, que estiveram envolvidos neste grande processo, e acho que hoje podemos dizer, e podemos afirmar que as escolas estão preparadas para a abertura do ano letivo, sabendo que é sempre um processo muito exigente na media em que será expectável que possam acontecer casos de infeção numa escola, mas o que importa é saber como é que se responde a cada caso concreto de forma a evitar que toda uma escola seja de novo encerrada, e que o plano de contingência permita e defina precisamente o que fazer em cada situação.-----

----- O modelo geral adotado, creio que é já do conhecimento da generalidade dos Senhores Deputados, por isso é um funcionamento em bolha, em que se procura que cada turma esteja limitada nos seus contactos de proximidade à própria turma, significa que foi feita uma opção, creio eu inteligente, aliás, a única opção que me parece obviamente viável, que é assegurar que, nomeadamente, nas idades ao nível do primeiro ciclo, que as atividades letivas, o recreio, a alimentação, o antes e o depois, que decorram dentro de um ambiente controlado, mas controlado dentro do ambiente de turma. Não faria sentido, colocarmos uma carga excessiva nas regras dentro da sala de aula e depois termos os meninos a brincar em conjunto, como não seria também viável, pensarmos que os meninos não iriam brincar em conjunto no regresso às aulas, por isso, aliás, seria contrário à própria ideia do regresso às aulas.-----

----- Eu vou acelerar, gostava de dizer que neste processo de forma deliberada, do ponto de vista da Câmara, coincidiu e completamos uma etapa no processo da transferência de competências, que foi a transferência para o Município de toda a responsabilidade relativamente ao pessoal não docente. Fizemos e assumimos esta responsabilidade neste momento, precisamente porque a Câmara se encontrava em condições de garantir que poderíamos responder às necessidades de colocação de pessoal não docente nas escolas com maior rapidez, com maior eficácia, do que o Estado Central estava a ser capaz de fazer nas suas escolas.-----

----- E por isso, depois de um processo bastante complexo, aliás, por falta de candidaturas, uns meses antes do verão, conseguimos proceder à contratação de 100 assistentes operacionais, para reforçar as várias equipas das escolas, eles estão neste momento a trabalhar, estando disponível também uma bolsa de auxiliares que funciona de acordo, ou em resposta às necessidades, que diariamente as escolas vão colocando por ausência de profissionais que são essenciais ao normal funcionamento das escolas.-----

----- Quero com isto dizer, que nós criámos para o pessoal não docente, que é aquele sobre o qual, o único, aliás, sobre o qual nós temos responsabilidade, e assumimos essa nova responsabilidade relativamente às EB 2, 3, que está hoje disponível um caminho que não existe, relativamente a qualquer outra instituição, a qualquer outro serviço no âmbito do Município de Lisboa, que é a capacidade de nós podemos substituir todas as faltas que vierem a ocorrer nestes serviços, de forma a não prejudicar a capacidade operacional, em especial quando eles são ainda mais necessários, dadas as formulas como introduzimos a gestão da pandemia nas escolas.-

----- Foi um esforço muito grande, e eu quero aqui felicitar e agradecer muito trabalho do Vice-Presidente João Paulo Saraiva, foi um trabalho de muito folgo, também toda a Direção Municipal de Recursos Humanos, que esteve envolvida neste trabalho. Hoje, a Câmara conseguiu em muito poucos meses resolver aquilo que era um problema grave de funcionamento das escolas, que era cumprir os rácios da portaria. O Governo já anunciou que está a rever esses rácios, quando fizer essa revisão muito bem, aí estaremos, mas, neste momento em Lisboa, estamos a resolver um problema com muito tempo, que é cumprir as necessidades do pessoal não docente, mas também ter disponível uma bolsa para poder suprir as necessidades das escolas durante o período que estes assistentes são necessários.-----

----- Por outro lado, relativamente ao ano letivo, quero sublinhar um conjunto de novidades deste ano letivo.-----

----- Este é um ano letivo que arranca com cinco escolas novas, no âmbito do Programa Escola Nova, cinco escolas que abrangem mais de 880 alunos num investimento total, superior de 13 milhões de euros, por isso, este ano dá-se um salto importante de escolas novas ou fortemente reabilitadas, que entram em funções, alarga-se a gratuitidade das refeições ao nível do segundo e terceiro ciclo para o escalão B da ação social escolar, isto é, mais um benefício da transferência de competências, por quando esta competência estava no Estado Central, a gratuitidade colocava-se só ao nível escalão A, por isso nós tomamos a decisão de homogeneizar em todos os três ciclos de ensino, homogeneizar nos escalões A e B da ação social escolar, as crianças têm acesso a refeições gratuitas nos refeitórios, assegurados pelo Município.-----

----- E um ano letivo que também, se inicia com a concretização de um programa importante, que foi a aquisição de equipamento informático, que está hoje nas escolas, mas que as escolas podem utilizar para servir as necessidades dos alunos dos escalões, A e B, no primeiro ciclo, ou dos alunos com necessidades educativas especiais para na eventualidade, de por alguma razão, uma turma por efeito da infeção, alguma turma

ter que passar para um regime misto, ou então até passar para um regime de aulas à distância, neste momento, as escolas têm esses computadores para poderem fazer os empréstimos às famílias que deles necessitem, para poder assegurar que o ano letivo se fará com menor perturbação, do que aquela que aconteceria se estes instrumentos não tivessem disponíveis.-----

----- Haveria certamente muito mais a dizer sobre as medidas tomadas relativamente à abertura do ano letivo, mas creio que o fundamental foi este, um trabalho muito grande de preparação, escola a escola, trabalho da Proteção Civil com os agrupamentos, fecho do processo de descentralização na parte do pessoal não docente, acompanhamento das visita e da preparação em cada escola, e posso hoje dizer, que as escolas estão hoje preparadas para poderem acolher as crianças que tanto necessitam que as escolas funcionem.-----

----- Quero também dar uma nota, sobre aquilo que na altura anunciei, e considere relevante, que é o facto de a pandemia reforçar a urgência de avançarmos com as políticas relativamente, a várias áreas de gestão da cidade, das quais destacaria as áreas do espaço público, da habitação e da mobilidade.-----

----- No âmbito do espaço público, é clara a importância hoje, a centralidade acrescida que ganhou o alargamento do espaço público, o espaço público vivido pelas pessoas, desfrutado pelas pessoas, utilizado pelos restaurantes para poderem ter a sua atividade, sobrevivendo e também servindo as necessidades das pessoas, temos, neste momento, catorze ruas que já foram intervencionadas no âmbito do “Programa a Rua é Sua”, uma área pedonal ganha de cerca de 8.000 metros quadrados, com 118 lugares de estacionamento, que foram convertidos em esplanadas, servindo no fundo, o alargamento da fruição do espaço público.-----

----- Relativamente às obras de maior importância, do ponto de vista de espaço público, mantem-se os calendários relativamente à Praça de Espanha, por isso, a primeira fase do Parque Verde estará concluída até ao final deste ano, a segunda fase do Parque Verde até ao final do primeiro trimestre de 2021, e restará depois a instalação da ponte pedonal que ligará a Gulbenkian à nova Praça de Espanha.-----

----- Destaco também a frente ribeirinha, cuja conclusão se aponta entre o final deste ano e o início do próximo ano, é uma obra que está particularmente avançada. A estação Sul e Sueste já têm, aliás, os históricos azulejos, que já estão a ser colocados, e para aqueles que verdadeiramente sentem saudades da zona como ela era, podem passar por lá e repararão que o aterro que foi construído na altura do acidente do metro da construção da linha azul até Santa Apolónia, o famoso acidente na construção da linha do metro, esse aterro já não existe, já não está lá. A praça vista do rio já readquiriu a sua simetria, e também já estão instalados, já começaram a ser instalados e já estão praticamente concluídos, a instalação do Muro das Namoradeiras, que tinha sido retirado do Terreiro do Paço, a quando dessa obra, desse acidente e, após tantos e tantos anos está a regressar ao seu local, o que será certamente uma recuperação importantíssima, e requalificante do espaço público da cidade.-----

----- O Programa da Praça em cada Bairro, continua a avançar a bom ritmo. A Alameda do Beato e a Quinta de Santa Clara estão em obra, o Paço da Rainha e, neste

momento, encontra-se a aguardar visto, o Largo Conde Barão está em adjudicação, e encontra-se em concurso a segunda fase da Praça de Sete Rios.-----

----- Quero ainda dar uma palavra relativamente, ao avanço feito em matéria de habitação, por isso, neste momento, estão atribuídas mais de 2000 casas, desde o início do mandato com uma concentração, por opção política no regime da renda apoiada e nas casas do regime da renda apoiada.-----

----- Relativamente à questão da habitação de renda apoiada, encontra-se em conclusão até ao final deste ano, o novo Bairro Cruz Vermelha, por isso o bairro que substituirá o atual bairro da Cruz Vermelha, com 130 casas que ficam concluídas até ao final deste ano. Estão em concurso 46 novas casas para o Bairro da Boavista, 70 casas para o bairro, também em concurso já aprovado pela Câmara, 70 casas para o Bairro Padre Cruz.-----

----- As obras nos edifícios da Segurança Social continuam a bom ritmo, sendo expectável, que se possam fazer as primeiras atribuições de casas no início do ano de 2021, ao longo do primeiro trimestre de 2021, quando os primeiros edifícios da Avenida da República 102, Campo Grande, Avenida da República 4, por aí adiante, começarem a ficar prontos, é possível hoje já vê-los a bom ritmo, em andamento pela cidade.-----

----- Quero ainda destacar, relativamente, à habitação a aprovação do concurso por parte da Câmara para a empreitada da requalificação dos edifícios da Segurança Social da Alameda e, por isso, na Rua Manuel da Maia cruzando com Alameda, precisamente em frente ao Instituto Superior Técnico, que dará um total de mais de 350 camas por uma nova residência universitária, num investimento total de cerca de 10 milhões de euros.-----

----- Quero ainda destacar também, o facto de já se encontrar em construção as primeiras 128 casas do lote de renda acessível do loteamento das Forças Armadas, nas primeiras 128 das 476 casas de habitação acessível, que vão aí nascer.-----

----- Por último, em matéria de habitação, gostava de dar a notícia também em primeira mão, à Assembleia, que vamos abrir novo concurso para o Programa Renda Segura, isto é, o programa no qual nós vamos ao mercado arrendar casas, para depois arrendar essas casas a um preço mais acessível às famílias, vamos já abrir um novo concurso no dia 23, ficará aberto até ao próximo dia 31 de outubro.-----

----- Por último, Senhores Deputados, queria destacar em matéria de mobilidade, três iniciativas da maior importância. -----

----- Em primeiro lugar, o facto de estar concluído a primeira fase do concurso de autocarros de transporte rodoviário na Área Metropolitana de Lisboa, e quero sublinhar aqui, porque este concurso é da maior importância para o Município de Lisboa, porque este concurso ao nível do transporte rodoviário vai permitir aumentar a oferta em cerca de 40% do transporte público da oferta de transporte público nos municípios contíguos a Lisboa, isto é aumentando muito a oferta, isto é permitindo criar uma alternativa ao transporte individual. Nos dois lotes da margem norte, nos quatro lotes a concurso, os dois lotes na margem norte, são lotes em que o concorrente era um concorrente único, por isso a nossa expectativa é que o processo possa

decorrer de forma mais célere, e que nós possamos em breve ver a marca Carris Metropolitana, a sair e a transportar munícipes dos municípios vizinhos, também para o Município de Lisboa, e que possamos assim dar aqui um salto qualitativo da maior importância, qualitativo e quantitativo na oferta de transporte coletivo, associada também ao novo passe “Navegante.”-----

----- Duas notas adicionais apenas, relativamente, à aquisição de novos autocarros da Carris, em que foi para Tribunal de Contas a adjudicação da aquisição de mais 70, por isso, dando seguimento ao nosso plano de investimentos que não foi parado, nem abrandou durante este período.-----

----- E por último, dar nota também do impacto que está a ter o programa de incentivos à aquisição de bicicletas, em que nós já temos números particularmente significativos de bicicletas, já ultrapassamos as 1000 bicicletas apoiadas com um tempo de resposta, muito bom por parte dos serviços, o que é algo que, em conjunto com a política relativamente, às ciclovias vai permitir criar mais alternativas de mobilidade, particularmente interessante no contexto em que vivemos.-----

----- Senhor Presidente, Senhores Deputados, era isto que tinha fundamental para dizer.-----

----- Muito obrigado, pela vossa atenção”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado Senhor Presidente.-----

----- Presidente, temos que ver como é que continuamos esta sessão, uma vez que alguns senhores deputados estão em questionar isso, isto é se continuarmos na ordem normal ou se fazemos alguma alteração à Ordem de Trabalhos?”-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nós estamos a Informação Escrita do Presidente, a questão é se vamos ouvir todos os que já estão inscritos até às oito e vinte, que é a hora em que em princípio terminaria ou se às oito e vinte interrompemos e continuamos até à meia-noite, podemos continuar até a meia-noite!-----

----- Quem está inscrito para entrevir é o PCP-“-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “É continuar a sessão e depois logo veremos.-----

----- As inscrições que eu tenho registadas são as seguintes: PCP, PEV, CDS-PP, PS, PSD, Bloco de Esquerda, PAN, a Deputada Independente Teresa Craveiro, PPM, e MPT, foi a ordem que me chegou e, portanto, eu dou a palavra ao Senhor Deputado João Carlos Pereira e prepara Carla Madeira.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal, João Carlos Pereira (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito bem saudar o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e os Deputados Municipais, também, como caríssimo Público que nos acompanha.-----

----- Dar aqui uma primeira nota positiva, sobre um anúncio feito relativamente ao metro ligeiro de superfície. Consideramos que a concretizar este anúncio do metro ligeiro de superfície pode representar um contributo significativo na ligação aos concelhos de Oeiras e de Loures e, naturalmente, na mobilidade de quem aqui vive criando uma ou reforçando a rede pública transportes e, com isso aligeirando entrada de carros e mais tráfego na cidade com os diversos e benéficos efeitos conhecidos por todos, nomeadamente, relativamente ao ambiente. Portanto, saudamos e pensamos que esta a concretizar-se é uma medida importante para a cidade, naturalmente que com isto não deixamos de estar contra a opção do Metropolitano em linha circular e, portanto, é bem conhecida a posição do PCP relativamente a esta situação.-----

----- A outra questão que consideramos dramática é a situação económica e social com que estamos e estaremos confrontados, também, na cidade de Lisboa. Níveis elevados de desemprego, uma recessão económica gravíssima, maior fragilização da situação dos trabalhadores e a destruição de muitas centenas de micro e pequenas empresas, nomeadamente do Comércio, enormes perdas para os setores de atividade que têm sido centrais na economia da cidade, o aumento da pobreza e das desigualdades, as insuficiências dos serviços públicos. É falência de um modelo de cidade exaustivamente dedicada ao turismo e ao imobiliário que a pandemia evidencia, sofrendo as consequências de uma política rendida aos interesses dos mercados e não das necessidades das populações. -----

----- Do nosso ponto de vista, não haverá retoma económica se não for defendido o tecido económico da cidade, composto maioritariamente, por micro pequenas e médias empresas, a realidade atual tornou muito evidente o papel central da produção diversificada e equilibrada, articulada e tecnologicamente avançada enquanto condição básica para decidir, garantir e concretizar as opções adequadas ao desenvolvimento da cidade, ao longo dos últimos anos, o PCP trouxe a esta Assembleia por diversas vezes muitas destas preocupações.-----

----- O turismo como atividade económica a nível mundial, sempre foi volátil, alicerçado em prémios de moda, tendências de viagens que vão ao encontro dos ciclos de investimento do capital privado. -----

----- Sempre assinalámos que uma cidade moderna e contemporânea não tem de ser incompatível com uma cidade que produz e que aposta na indústria. Uma cidade que valoriza e dignifica o trabalho, os trabalhadores. -----

----- Lisboa só tem a ganhar em voltar a dar espaço à produção, uma indústria que deve ser de vanguarda e não poluente, geradora de emprego e de riqueza, fator essencial para a sustentabilidade da economia e desenvolvimento. A recuperação da vocação produtiva de Lisboa devolvendo a cidade a vida económica para além do turismo, é, neste momento, uma questão central. -----

----- Outra é a questão da habitação, a nível da habitação em face à crise galopante no setor residencial e do arrendamento. Aquilo que vemos é a subida drástica dos preços de compras e venda da habitação, e o valor das rendas que continuou por muitos anos e continua. A CML (Câmara Municipal de Lisboa) promove uma política de alienação do seu património, não executou em tempo útil uma contenção e regulação do

alojamento local e não conseguiu erguer verdadeiramente uma política municipal de habitação acessível, apesar dos múltiplos programas criados, mas que se revelam exíguos, limitados no espaço no tempo e claramente insuficientes face à procura. Os problemas persistem mantendo-se um panorama nefasto para muitas famílias.-----

----- Por força do crescimento do turismo e da especulação imobiliária os preços da habitação atingiram níveis exorbitantes que persistem. -----

----- Existe também a precariedade habitacional, a gentrificação, a ocupação desmesurada de fogos com o alojamento local, a Lei dos despejos continua por revogar, em que surgem notícias contraditórias e avulsas sobre a possibilidade de transformação de alojamentos locais em habitação permanente. -----

----- Num cenário económico em que tudo mudou nestes poucos meses, persistem a ausência de soluções concretas e atempadas e efetivas, direcionadas para a resolução do problema da habitação para quem quer morar em Lisboa, ao contrário vão aparecendo as soluções e propostas que apenas procuram acautelar interesses do imobiliário privado.-----

----- Em relação à situação pandemia, temos presente o início do ano letivo presencial que saudamos, por ser apesar de tudo o método mais eficaz para mitigar as desigualdades, mas, naturalmente, temos acrescidas preocupações, sendo mais exigentes as necessidades de reforço dos assistentes operacionais e técnicos, os materiais de higienização, as medidas e planos funcionais que permitam concretizar os efeitos bolha e garantir a continuidade de um ensino presencial. -----

----- No início de Julho, o PCP já tinha trazido várias questões muito concretas sobre este combate à pandemia algumas delas, inclusivamente, não foram muito bem recebidas pela maioria e outras e bem foram assumidas como medidas de intervenção concreta e mitigadora.-----

----- Pensamos que é bastante importante o acompanhamento que a Câmara Municipal de Lisboa faz da situação epidemiológica do concelho, devendo conhecer o mapa e epidemiológico da cidade, os tipos de focos que existem e se estão contidos as causas para o aparecimento de surtos, conhecer as características transmissão e os graus de risco. Assim como conhecer as necessárias medidas de prevenção, contenção e mitigação da pandemia postas em prática e o que falta fazer. É fundamental perceber qual a articulação com as diversas entidades e os meios que existem no terreno. Este é um problema que não vale a pena empurrar como se fosse apenas um problema de outros Municípios da Área Metropolitana, a cidade de Lisboa tem, também, de enfrentar dentro dos limites do seu próprio concelho.-----

----- Em várias sessões anteriores da Assembleia Municipal, perguntámos sobre as condições de trabalho dos trabalhadores municipais, os EPI's (Equipamento de proteção Individual) que necessitam de usar no desempenho das suas funções, a adequação das instalações que utilizam diariamente como balneários, refeitórios de outros espaços comuns. -----

----- E seis meses depois de um combate ativo à pandemia perguntamos qual o balanço, efetivamente se faz das medidas tomadas e dos resultados alcançados na cidade?-----

----- A pandemia veio pôr em evidência múltiplas vulnerabilidades, fragilidades e desigualdades que não coloca todos no mesmo plano e expõem os mais frágeis socialmente. -----

----- Há opções tomadas sucessivamente ao longo dos anos na cidade que contribuíram para agravar estas desigualdades é, por isso necessária uma rutura, necessárias novas políticas que invertam este cume, que tire as devidas elações da debilidade e da dependência a que este caminho que conduziu a cidade, que devolve à cidade e as suas primeiras prioridades a quem cá vive e trabalha, uma política para Lisboa que corresponda às necessidades e aos anseios de quem cá vive, que construa uma cidade mais justa e mais desenvolvida e mais próxima dos seus bairros e populações. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer usar da palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Forma muito breve, quero agradecer as palavras do Senhor Deputado relativamente à questão dos dois metros da superfície e ao importantíssimo passo que isso presenta. -----

----- Dar nota, também, à Assembleia que nos encontramos, neste momento num trabalho muito intenso na Área Metropolitana de Lisboa e, também, com o Governo no sentido de estruturar o conjunto da proposta que vai ser a base dos futuros investimentos que a Área Metropolitana de Lisboa quer ver incluídos, quer no programa de recuperação, quer no futuro quadro comunitário de apoio. Foi opinião unânime de todos os municípios, aliás, logo na saída das eleições autárquicas de 2017 que condicionou, aliás, também a minha aceitação à Presidência do Conselho Metropolitano, que era o facto de elegermos a resolução dos problemas da mobilidade em transporte coletivo, como a prioridade central para este mandato. -----

----- E é isso que estamos a fazer e fizemos isto com o passe, fizemos isso com criação da empresa transportes metropolitanos de Lisboa, fizemos isso agora com o concurso único de uma rede única de autocarros que vai servir a Área Metropolitana num concurso que é baseado nos quilómetros percorridos e não na receita obtida e por isso, vamos deixar de ter aquelas entorses no serviço público que é tão importante que seja bem cumprir e agora, levará o quarto pilar que é o pilar de um programa de investimentos e que depois passará, naturalmente, pela concretização da assunção de responsabilidades de autoridade de gestão da Área Metropolitana pelo conjunto de meios de transporte coletivo na Área Metropolitana. -----

----- A segunda nota, eu tenho apreciação diferente sobre aquilo que o Senhor Deputado coloca sobre o que é a base económica que deve ser a base económica da cidade de Lisboa. Eu não conheço nenhuma capital no mundo desenvolvido que tenha na base da sua estrutura produtiva a indústria. As capitais no mundo desenvolvido, são

excelência os centros produtores de serviços, serviços que são eles próprios altamente geradores de emprego, altamente geradores de valor que deve ser uma estrutura diversificada do ponto de vista dos serviços, daí nós temos apostado, naturalmente, na qualificação do turismo, mas também no empreendedorismo, nos serviços de base tecnológica, através do investimento que fazemos de dinamização e valorização todo o *cluster* empreendedor e também do aumento de área de escritórios disponíveis que são, no fundo, a fonte de acolhimento dentro da cidade de Lisboa nesse emprego altamente qualificados.-----

----- Depois relativamente às questões da habitação. Eu a análise que o Senhor Deputado faz não a posso acompanhar. A Câmara Municipal de Lisboa não tem alienado património, aliás, se alguma alienação aconteceu nos últimos anos, ela é perfeitamente pontual nos últimos cinco anos, aliás, ela perfeitamente pontual e delimitada e, aliás, com a aprovação da Assembleia Municipal, pelo contrário, temos conseguido a aquisição de importante património. Gostava, aliás, de sublinhar a última aquisição realizada pela Câmara de Lisboa que foi aquisição da vila operária, da Vila Dias, precisamente para resolvermos um problema de carência de habitação de qualidade muito profunda que naquela zona se sente.-----

----- E Senhor Deputado, podemos sempre dizer que gostávamos de ir mais depressa e se disser isso eu também direi e também posso concordar, mas gostava de sublinhar que este Executivo é o Executivo que destes dos mandatos, Jorge Sampaio, João Soares, que mais habitação tem entregue, desde que nós temos responsabilidade na política de habitação. O Município até este momento só neste mandato, nós já entregamos mais de duas mil casas, temos uma frente de obra, relativamente à habitação de renda apoiada muito significativa, acabei, aliás, de prestar conta que no final deste ano teremos concluído o novo Bairro da Cruz Vermelha, um investimento da maior importância, já estão em concurso a continuação do Bairro Padre Cruz e do Bairro da Boavista, um processo que o Senhor Deputado conhece que tem que correr o ritmo dos realojamentos daquelas áreas que vão sendo demolidas, já fiz menção à Vila Dias que vai entrar neste processo. E depois uma frente extraordinariamente ampla, relativamente a habitação acessível da qual destaco naturalmente, os prédios que foram adquiridos à Segurança Social, mais uma aquisição, não alienação num valor muito importante que vai dar uma nova frente de maior importância na resposta à habitação.-----

----- Por último e ainda relativamente à habitação. Senhor Deputado, não é verdade que a Câmara se tenha atrasado na regulação de alojamento local, a Câmara de Lisboa foi, aliás, a primeira a reivindicar de forma muito vocal e a ter um papel da maior importância na alteração da Lei que o país conhecia, que vinha do Governo ainda PSD/CDS-PP, alteração que pela primeira vez deu algum poder às câmaras para alguma regulação do mercado de alojamento local, porque até a alteração que foi feita no Parlamento há cerca de um ano e qualquer coisa atrás, as câmaras municipais não tinham qualquer poder na regulamentação do alojamento local, e não tinha qualquer poder porque a Lei da República não lhe atribuía, não o permitia, a Lei não permitia qualquer condicionamento de qualquer atividade.-----

----- A Câmara de Lisboa bater-se por essa regulação, fomos, aliás, absolutamente pioneiros na aprovação de um regulamento que determinou zonas de contenção, aliás, creio que, neste momento ainda devemos ser o único município que tem um regulamento em vigor, relativamente à regulação do alojamento local e fomos o primeiro município que lança uma ambiciosa política de apoio à reconversão de alojamentos locais em habitação permanente porque, é a forma mais rápida de podermos acelerar a disponibilização de habitação acessível. -----

----- A habitação acessível é para nós uma absoluta prioridade, relativamente a política urbana que não haja qualquer dúvida nessa matéria e estamos avançar a uma velocidade muito significativa, gostaria de ser mais rápido, bom, isso gostaríamos mas isso, a insatisfação é natural na política e na ação política tenho consciência que estamos a avançar de forma muito importante e determinada numa frente muito importante que é frente de assegurarmos o direito à habitação na cidade de Lisboa, àqueles que, em condições que as pessoas possam efetivamente pagar.-----

----- Obrigado Senhor Presidente.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Tem a palavra então a palavra o PEV, que dispões de oito minutos, Cláudia Madeira faça favor!” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Cláudia Madeira (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim. Muito obrigada Senhor Presidente. -----

----- “Os Verdes” têm trazido a esta Assembleia com muita insistência, infelizmente, o tema dos solos contaminados. E quando queremos começar a acreditar que finalmente os procedimentos são cumpridos, somos confrontados com novas situações, sobre as quais a Informação Escrita é omissa. -----

----- Desta vez, tivemos conhecimento que a CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) terá dado uma resposta a uma denúncia sobre a remoção de solos na Rua Luís I, referindo que a empresa de construção realizou sondagens que não indicaram a existência de solos contaminados e que a Câmara Municipal de Lisboa teria licenciado a obra. -----

----- Diz ainda a CCDR que, recorde-se, é a autoridade regional de resíduos, que no local pôde verificar que se realizaram pequenas escavações para fazer os muros de suporte e para eliminação de uma antiga conduta, concluindo que da obra apenas têm saído solos e rochas e que a maioria das terras são para reaproveitar. Sobre análises ao solo, ao ar e às águas subterrâneas nada é dito.-----

----- Falamos do Aterro da Boavista, onde já foram detetados solos contaminados, aliás há documentos sobre a sede da EDP que referem a existência de bolsas de nafta, o que nos leva a colocar algumas questões, desde logo, se a Câmara tem conhecimento de ter sido pedida à CCDR uma licença de operação de gestão de resíduos para a remoção e tratamento de solos, para caracterizar a tipologia,

quantidade e concentração de poluentes em caso de suspeita de contaminação, pois é isto que diz o Regime Geral de Gestão de Resíduos.-----

----- Aliás, o próprio Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Poente estabelece que «perante a possibilidade dos solos estarem contaminados, a realização de obras de urbanização com impacto no subsolo (...) e a realização de obras de construção nova estão sujeitas a prévia avaliação da qualidade do solo».-----

----- Também o PDM obriga a uma avaliação da perigosidade quando haja indícios de contaminação dos solos face às atividades poluentes pré-existentes.-----

----- Ou seja, é importante saber se a Câmara emitiu o alvará sem ter efetuado o pedido de comprovação, junto das autoridades ambientais, relativamente à perigosidade e contaminação dos solos e, afinal, que estudos sobre a avaliação de solos foram solicitados ao promotor da obra e também que medidas vai tomar para clarificar esta situação, pois não nos parece minimamente normal que a CCDR possa não ter exigido um estudo de caracterização dos solos para avaliação de eventual contaminação?-----

----- Depois, na Informação Escrita, na parte da Direção Municipal de Ambiente, há uma referência, mas apenas isso, a um parecer aos pedidos de licenciamento das operações de descontaminação de solos da Pedreira do Alvito, e solicitamos informações adicionais em relação a esta matéria, pois o que é dito no relatório é muito vago.-----

----- Passando a outro tema, gostaríamos de saber qual é, neste momento, o ponto de situação do Orçamento Participativo deste ano, que, à partida, premiaria projetos com impacto ambiental na cidade, para assinalar o ano em que Lisboa é a Capital Verde Europeia.-----

----- Soubemos que a edição de 2020 não teria ainda sido lançada devido a constrangimentos ligados à pandemia, e gostaríamos de confirmar esta situação, sabendo-se que o processo de submissão de propostas e de votação é maioritariamente feito via internet e SMS.-----

----- Obviamente, não nos podemos esquecer da componente presencial, de forma a permitir a participação de todos os cidadãos, especialmente aqueles que têm dificuldades de acesso aos meios digitais, sendo também necessário garantir todas as medidas de prevenção da COVID-19, mas é preciso assegurar igualmente que os cidadãos não perdem este espaço de participação e decisão.-----

----- Por fim, na página 126, no Departamento para os Direitos Sociais - Interculturalidade, é referida a resposta ao Requerimento n.º 60/2020 do PEV, sobre a Informação COVID-19 à Comunidade Migrante, mas acontece que até hoje não nos chegou nenhuma resposta pelo que solicitamos que a mesma nos possa ser encaminhada com a maior brevidade possível, para podermos acompanhar devidamente o assunto.-----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Deputada.-----

----- O PEV ainda vai usar da palavra, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Sim, boa noite a todos!” -----

----- Na Introdução da Informação Escrita do Senhor Presidente, para o período de Julho a Agosto de 2020, estranhámos que não seja feita qualquer referência às obras em curso na 2ª Circular que, como se sabe, atravessa seis freguesias da capital e se estende-se ao longo de dez quilómetros. -----

----- Em dezembro de 2019 a Câmara aprovou a Proposta nº 914/2019, tendo decidido contratar uma empreitada (nº 134/DMMC/DIOA/19) para “Repavimentação da 2ª Circular”, com um preço base, já atualizado em 2020, de cinco virgula três milhões de euros. -----

----- Ora, nesta fase, a Proposta visa apenas a repavimentação integral da 2ª Circular, que se estima durarem dez meses, decorrendo durante a noite, entre as vinte e um e as seis da madrugada. -----

----- No entanto, nos considerandos da Proposta, a Câmara afirma estudar a inclusão de transporte público entre as Estações Ferroviárias de Benfica e do Oriente, passando pela 2ª Circular até à Alameda dos Oceanos, tendo já concluído ser exequível essa introdução, mediante a realização de obras de alteração neste eixo viário. -----

----- É expectável que uma intervenção desta natureza, provavelmente, trará alterações no eixo da via rodoviária em questão, com implicações nos perfis transversais e nas infraestruturas existentes, incluindo nos acessos por viadutos e nas vias estruturantes circundantes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, que marcou presença no arranque dos trabalhos, na noite de 31 de Agosto, junto ao acesso do Prior Velho à 2ª Circular, destacou que a obra (vou citar) *“não vai alterar em nada o perfil da 2ª Circular (que) vai continuar igual ao que é, com os sentidos que tem, as vias que tem, com as saídas que tem”*. O que é uma novidade, pois no anterior mandato planeou-se retirar entradas e saídas de escoamento de tráfego local. -----

----- Também, como se sabe, a 2ª Circular é diariamente atravessada por mais de cem mil veículos, sendo uma das estradas da capital com maior nível de sinistralidade, a que se juntam problemas de poluição atmosférica e sonora para os bairros envolventes. Além disso, constitui uma barreira que divide a cidade, não permitindo que haja uma aproximação da vivência urbana. -----

----- “Os Verdes” reconhecem ser uma medida fundamental para a cidade e para a qualidade de vida das populações, concordando, por isso, com os objetivos propostos, se tiverem em conta a melhoria da mobilidade, com mais segurança e sustentabilidade ambiental nesta via estruturante da cidade. -----

----- Mas, perante este contexto, muito estranhámos que ainda não tenham sido apresentados, aos Grupos Municipais nem aos munícipes, os estudos viários que sustentem os impactos das posteriores obras de alteração a executar na 2ª Circular. -----

----- Por exemplo, quais as implicações que vai ter nos perfis transversais e nas infraestruturas existentes? -----

----- Assume ou não a autarquia a prioridade da redução do número de viaturas que nela circulam? -----

----- Vai ou não ser incluída uma nova, efetiva e eficiente rede de transportes públicos coletivos, com qualidade, confortáveis e com uma oferta adequada? -----

----- Ou seja, vai ou não ser incluído em canal próprio, por exemplo, um elétrico rápido ou metro de superfície, ligando interfaces de transportes, que o PEV já no mandato anterior (2016) e repetidamente vem sugerindo nesta Assembleia? -----

----- Esta é, para “Os Verdes”, uma questão fundamental, porque não basta transferir o tráfego para outras vias já congestionadas ou embelezar a 2ª Circular com novo arvoredo, sem primeiro oferecer soluções de acessibilidades alternativas, complementada por uma rede de transportes públicos adequada, a que se deve juntar a criação de bolsas de estacionamento nos limites exteriores da cidade, numa visão global articulada a nível da Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Muito obrigado e muito boa noite a todos!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. -----

----- Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se quer usar a palavra?” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: -----

----- “Quero sim, Senhor Presidente!” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Faça favor!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero agradecer as questões colocadas pelos senhores deputados. -----

----- Relativamente às questões da Senhora Deputada Cláudia Madeira, do qual a Senhora Deputada conhece certamente o quadro legal, relativamente à questão dos resíduos, portanto, passa fundamentalmente pela CCDR que, aliás, teve na sua intervenção o caso que referiu, relativamente à questão posso-lhe enviar informação mais detalhada que solicitarei ao Gabinete do Vereador Ricardo Veludo. -----

----- Relativamente ao orçamento participativo, de facto, a Senhora Deputada deu a própria resposta, não haveria condições, não seria adequado, aliás, tendo este Orçamento Participativo Verde, que era o que nós pretendíamos na Capital Verde 2020, durante estas condições, vamos avaliar para mais breve prazo o podemos em marcha e permitir que toda a gente tenha as suas ideias e possamos ter financiamento para uma nova geração de investimentos verdes na cidade de Lisboa. -----

----- Quero gastar um pouco mais na resposta ao Deputado Sobreda Antunes, aquém também saúdo e agradeço, aliás, o facto de ter inovado e de pela primeira vez ter sido uma pergunta única da parte do Senhor Deputado, normalmente é sempre uma lista bastante mais extensa, mas é uma pergunta importante que, é sobre a questão relativamente ao futuro da 2ª Circular. -----

----- A nossa visão de futuro relativamente à 2ª Circular, é que ela venha a servir de forma bastante mais eficaz para o transporte coletivo, precisamente na ligação

Oriente, Benfica. Mas nessa ligação Oriente, Benfica, ela não está desligada da ligação que já foi muitas vezes, aliás, anunciada que é uma vontade comum dos três Municípios, Lisboa, Oeiras e Cascais, aliás, uma ideia original do Presidente da Câmara de Cascais, que é utilizar um corredor da A5, fazer um corredor dedicado para o transporte coletivo. -----

----- Ora, a questão que se coloca é que enquanto não ficar definir o modo e o molde, no qual o transporte coletivo andarà em faixa própria de Cascais até Lisboa, nós não podemos em Lisboa tomar uma opção definitiva, relativamente à forma como esta via é executada e vou dar um exemplo simples. -----

----- É diferente se a via a ser executada for, por exemplo, uma faixa *BUS* Expresso para e autocarros convencionais ou até autocarros articulados maiores, mas, no fundo, autocarro que funcionem da forma que como hoje conhecemos, que é porventura o modelo mais rápido de ser executado e, se calhar, o modelo mais exequível e mais eficaz para ligar à saída de Cascais e de Oeiras e de entrar em Lisboa, mas isto implica uma determinada configuração da via. É indiferente se for para uma solução, por exemplo, de Metro *BUS* só para termos uma ideia da diferença, é que é preciso neste caso que as portas sejam ao contrário, quer dizer que sejam do lado oposto da via ou que então se faça um investimento diferente, relativamente à circulação destes Metro *BUS* e diferente ainda seria se tivesse optado por uma solução de *Light Rail*.-----

----- A solução *Light Rail*, metro de superfície era uma solução que em primeiro lugar desarticulava da ligação com Cascais e seria financeiramente um projeto só dentro do Município de Lisboa com um volume de investimento, porventura da dimensão do que é a expansão da linha do Metropolitano, nomeadamente a expansão da linha vermelha que, creio que é unânime na cidade de Lisboa, que é a prioridade, que neste momento nos debatemos agora que já está encerrado o tema da linha circular, digo encerrado do ponto de vista da decisão, não da obra. Mas a partir do momento que essa obra esteja concluída, basicamente, os desentendimentos entre nós desaparecerão porque, há creio eu, uma convergência da cidade relativamente à expansão da linha vermelha até Alcântara e depois a partir daí metro de superfície, o projeto que foi anunciado.-----

----- E é por esta razão de ser necessário, de ser útil esta conjugação entre Cascais, Oeiras e Lisboa, relativamente à ligação A5, 2ª Circular que, neste momento não foi tomada opção de iniciar a obras física, ora, como este processo depende de uma negociação que ainda não se iniciou, que seja do meu conhecimento a nível do Estado Central com o concessionário das autoestradas, e como a situação na 2ª Circular a permanentemente se degradava, foi opção do Executivo avançarmos como pavimentação integral, não alterando o perfil da via, com uma pavimentação, sinalização horizontal, vertical, melhoria na eliminação, nas guias de proteção, isto é, melhoria das condições de segurança e de eficácia da via, com uma obra que sabemos que é uma obra com todas, neste caso uma obra provisória no sentido em que não é uma obra que altere o perfil, é obra que, também, não condiciona esta alteração de perfil, também, não é um investimento de tal forma, dizer, numa dimensão de tal

forma grande, que no fundo impedisse e inviabilizasse a Câmara, ou melhor, o Município tomar uma opção de mudar o perfil da 2ª Circular.-----

----- Gostava, aliás, só de precisar uma coisa Senhor Deputado, a 2ª Circular, neste momento, não está nos limites exteriores da cidade, a 2ª Circular hoje está a atravessar a cidade de Lisboa, aliás, a atravessar nas suas zonas mais povoadas, aliás, com maior densidade, em volta da 2ª Circular está a grande maioria, não direi todas porque falta Marvila, mas as principais, as maiores freguesias da cidade de Lisboa estão neste momento, todas posicionadas em torno da 2ª Circular. -----

----- E é esta a razão da opção que tivemos, uma opção de curto prazo, que não colide com o projeto de médio prazo, mas um projeto de médio prazo que, para ser bem feito dependerá desta solução que a nível nacional o Metropolitano for decidida, é esta a razão da obra que fizemos. -----

----- Uma obra que está a correr que, aliás, não consta da Informação Escrita, aliás, porque ela se inicia durante o mês de agosto, na fase final do mês de agosto, uma obra que está a correr a bom ritmo, a muito bom ritmo. Aproveito, aliás, para esclarecer muitas pessoas fizeram a pergunta a diz; bom, mas porque é que a Câmara está a iniciar uma obra no final de agosto, início de setembro e não iniciou enquanto a cidade estava parada no confinamento? Por uma razão simples, a vontade da Câmara que esta obra se fizesse é de dezembro de 2019, foi em dezembro de 2019 que a Câmara aprovou empreitada. Não recorde aqui, não tenho de memória a votação, mas, de certeza que teve um apoio mais largo do que a atual maioria. A obra é adjudicada em abril e só é possível ser consignada em final de agosto. -----

----- Em todo o caso ela está a correr bem, ela ocorre durante a noite com a menor perturbação possível para as pessoas, há sempre circulação total e integral na 2ª Circular durante todas as horas do dia e vamos tentar acelerar o tempo da execução desta obra para minorar os impactos sobre os lisboetas e acima de tudo para recuperarmos uma via segura, no qual as pessoas possam andar bem. -----

----- Obrigado, Senhor Presidente.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados, já ultrapassamos o período legal de funcionamento, a questão que eu ponho e que penso que deveríamos talvez encerrada esta sessão e continuamos numa próxima semana?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente, posso colocar uma questão?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Faça favor, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta:-----

----- “Se na próxima sessão teremos a presença da Câmara ou não?” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----
 ----- “Eu penso que haverá a presença da Câmara, mas isso a Câmara poderá responder.”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Oh, Senhor Presidente, não é possível haver Reuniões de Assembleia sem a Câmara, isso é de Lei, toda a gente sabe!”-----
 ----- **A Senhora Deputada Municipal, Isabel Pires (BE)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Nomeadamente o Presidente para responder às questões da Informação Escrita do Presidente, é só essa a questão muito prática que estamos a colocar, é só isso!”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Luís Newton (PSD)**, no uso da palavra, referiu o seguinte:-----
 ----- “A Senhora Deputada quer futurologia, isso é uma coisa diferente!”-----
 ----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte pergunta: -----
 ----- “Senhor Presidente da Mesa, eu pedia só a palavra por um instante?-----
 ----- O CDS era o próximo partido a entrevir, eu para a semana que vem não posso estar presente e eu tenho apenas uma intervenção de um minuto, portanto, se poder fazer hoje muito bem, se não o CDS fará na continuação desta Informação Escrita? É um minuto!”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra deu a seguinte resposta: -----
 ----- “Se ninguém se opuser, não serei eu o único.-----
 ----- Quanto à outra questão a Câmara é que poderá responder.”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “Senhor Presidente, eu procurarei assegurar que haja a representação da Câmara, eu não estarei, eu não poderei estar, aliás, nas compromissos já assumidos, mas também já tinha informado, aliás, da Mesa relativamente ao dia de hoje, por isso, é que estava agendado o debate para o dia de hoje, e eu estive disponível desde as três da tarde para o poder realizar! Estou, naturalmente sempre disponível para resposta a qualquer requerimento escrito que os senhores deputados coloquem. Pronto, só deixe ficar aqui o lamento, também já tenho saudades de um bom debate com os Senhores Deputados.”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “O Senhor Presidente estaria disponível para a pergunta do CDS, para terminamos a sessão hoje?”-----
 ----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta: ----
 ----- “Naturalmente!”-----
 ----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Diogo Moura, faça favor!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal, Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado, Senhor secretário, boa noite a todos, boa noite Senhor Presidente, obrigado pela sua presença que, obviamente em primeiro lugar agradecer aquelas informações que não sendo do período desta Informação Escrita aqui nos trouxe, umas bastante, pertinente relativamente à situação do surto pandémico, mas também saudar por todo o ano letivo que ontem de resto, tivemos oportunidade de ouvir no âmbito da 7ª Comissão o Senhor Vereador.-----

----- Eu apenas queria fazer uma intervenção muito rápida pelo seguinte. O CDS não iria fazer perguntas ao Senhor Presidente, porque, desde o início do ano nas últimas reuniões de Assembleia aonde tivemos Informação Escrita, nós colocámos varias perguntas que nunca nos foram respondidas e nós sempre chagamos a um compromisso com o Senhor Presidente da Câmara e também com o Senhor Vice-presidente que nos fizesse chegar as respostas por escrito, porque manifesta falta de tempo que é o que nós têm acontecido.-----

----- Algumas dessas questões, nenhuma delas nos chegou a resposta até hoje, nós reforçamos com requerimentos à Câmara Municipal de Lisboa e, portanto, hoje não gostaria de estar a fazer uma intervenção e daí estar a dizer que ela é muito curta, fazer uma intervenção das quais não terei resposta e que também não gostaria de ter uma resposta de promessa que irá enviar!-----

----- Portanto, o que pedia ao Senhor Presidente era que, o seu gabinete, a sua equipa e o Vice-presidente, vissem as últimas Informações Escritas e o que ficou acordado nas intervenções do CDS e nos enviasse respostas, porque é muito complicado nós queremos fazer fiscalização daquilo que é a atividade do município quando colocamos questões no âmbito da Informação Escrita e essa informação não chega no momento ou porque a Câmara não responde ou não a tem, ou não nos enviam depois no tempo que regimentalmente está previsto ou que a Câmara se compromete. -----

----- E, portanto, Senhor Presidente, deixar esta nota sobre algumas perguntas que tínhamos hoje, no âmbito da Informação Escrita e mais detalhadamente sobre a informação dos serviços e não tando da informação mais política, nós enviaremos também um requerimento ao Senhor Presidente, também, por manifesta falta de tempo. -----

----- Obrigado.” -----

----- **O Senhor Primeiro Secretário, António Avelãs**, no uso da palavra referiu o seguinte: -----

----- “Obrigado, Senhor Deputado.-----

----- Senhor Presidente, por favor!” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, deu a seguinte resposta:-----

----- “Muito obrigado.-----

----- Agradecer só ao Senhor Deputado, irei providenciar para que isso não volte a acontecer, aliás, é só agora que tenho informação de não estar a acontecer a resposta

que o Senhor Deputado coloca, da minha parte irei fazer o que for necessário para que essas respostas cheguem ao Senhor Deputado.” -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem Senhores Deputados, chegamos ao fim desta sessão declaro encerrada esta sessão, até para a semana.” -----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e trinta minutos. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação n.º 353/AML/2017 tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 21 de Novembro de 2017. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da então Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 6 de Novembro de 2017 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2017. -----

-----O PRESIDENTE -----